

1. INTRODUÇÃO

1.1 Breve contextualização

Este estudo tem como intento analisar a relação entre a sociodiversidade e biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos que estão associados à cultura Bijagós no atual contexto de globalização. Procura-se caracterizar a maneira como os guineenses se estabeleceram como povo e os primeiros contatos interétnicos entre os nativos da Guiné-Bissau e os portugueses “invasores” que desembarcaram na costa ocidental da África, com finalidade de conquistar novas terras para a coroa portuguesa.

Antes da chegada dos Europeus, a região da atual Guiné-Bissau constituía-se em uma parte do Reino de Gabu, tributário do Império Mali, ao qual esteve vinculado até o século XVIII. Segundo os escritos e as crônicas da época (Província da Guiné, 1972), os primeiros contatos travados entre os habitantes originais da Guiné e os europeus foram no século XV. O primeiro navegador e explorador europeu a chegar à costa da atual Guiné-Bissau foi o português Álvaro Fernandes, em 1446.

Por consequência da conquista, “invasão”, choque ou encontro e desencontro de civilizações na África, nasceram duas subjetividades: uma nativa e outra estrangeira, a europeia. Entre o fascínio e o horror, passaram a dividir o continente africano e, dessa divisão, nasceu o espaço que hoje chamamos de República da Guiné-Bissau. Guiné Portuguesa era o nome da atual Guiné-Bissau, colônia portuguesa desde 1446 até a data da independência, 10 de Setembro de 1974.

É válido lembrar que seu território hoje é denominado República da Guiné-Bissau, e antes da chegada dos portugueses fazia parte do Império Sahel¹,

¹ A palavra Sahel é proveniente do árabe, significando Borda do Deserto, que no caso é a do Saara. A área caracteriza-se pela presença de vastas extensões de savanas, sendo conhecida como Sudão (não atual país, mas o nome dado na época). Essa enorme porção do continente africano presenciou, particularmente na sua porção ocidental, o surgimento de grandes Impérios, como o de do Ghana, Mali e Songhai. Desses, o Mali ocupou uma posição de destaque.

cujas etnias locais comercializavam sal, ouro e outros bens de valor, inclusive o arroz, que era – e continua sendo – a principal base da alimentação dos guineenses.

É bom lembrar que o território da Guiné-Bissau foi, por muito tempo, o reino de Gabu², parte do Império do Mali; e partes do reino sobreviveram até ao século XVIII. Os rios da Guiné e as ilhas de Cabo-Verde estiveram dentre as primeiras regiões da África a serem exploradas pelos portugueses. O navegador português Álvaro Fernandes chegou à Guiné em 1446 e reclamou a posse do território; porém, poucas feitorias de comércio foram estabelecidas antes de 1600. A ocupação do território pela Coroa Portuguesa só se deu a partir de 1558, com a fundação da Vila de Cacheu, que foi criada em 1630 como Capitania-Geral da Guiné Portuguesa para a administração do território.

A feitoria de Cacheu, situada a norte de Guiné-Bissau, junto ao rio do mesmo nome, foi um dos maiores mercados de africanos escravizados durante vários anos. Com a abolição da escravatura, no final do século XIX, o comércio de africanos escravizados caiu em forte declínio, embora restassem alguns focos clandestinos.

A Cidade de Bissau, atual capital da República da Guiné-Bissau, foi fundada em 1697, como baluarte militar e entreposto de tráfico negreiro na costa da Guiné. Embora os rios e as costas dessas áreas estivessem entre os primeiros locais colonizados pelos portugueses, e aí tenham se iniciado o tráfico de escravos com a instalação de feitorias no século XVII, os colonizadores não exploraram o interior até ao século XIX.

O Mali era governado pelos Mansas, isto é, imperadores. Seu surgimento relaciona-se com os feitos que cercam a memória do primeiro Mansa, Sundjata Keita. A vitória de Sundjata sobre Suamoro Kantê, o Rei do Sosso, na Batalha de Kirina (1235 d.C.), foi o marco fundamental para a criação do Império, ampliado pelos seus sucessores, perdurando até o século XV. O Mali tornou-se um poderoso Estado, configurando um respeitável arranjo territorial, alcançando o Atlântico e o curso médio do Níger no sentido Leste-Oeste, e o Saara e a Floresta Equatorial no sentido Norte-Sul.

² O Reino de Gabu, também conhecido por outros nomes, como: *Kaabu*, *Ngabou* ou *N'Gab*, foi um reino da etnia mandinga que existiu entre 1537 e 1867 na região da Senegâmbia, centrado no atual nordeste da Guiné-Bissau, mas estendendo-se à Cassamansa, no Senegal, cuja ascensão se deu na região graças à sua origem como antiga província do Imperio de Mali. Após o declínio do Império Mali, Gabu tornou-se um reino independente.

Em consequência disso, a cidade de Bissau tornou-se logo a capital da Guiné Portuguesa, pois, nesse momento começa outra estratégia de exploração, o de conquistar mais grupos étnicos para poder ter uma administração completa, plena e confiante do território. Com a evolução das conquistas na África, Portugal perdeu uma grande parte do território para a França (que se tornaria, mais tarde, o atual país da Guiné-Conakry), incluindo a próspera área do rio Casamansa (hoje Senegal), que era um grande centro comercial para a colônia.

Antes disso, no período da invasão portuguesa, o Reino Unido também tenta apoderar-se de Bolama-Bijagós³, o que resultou numa grande disputa entre os dois aliados, quase se tornando uma guerra. A resolução do conflito muito se deveu a Antônio José de Ávila (recompensado pelo feito com o título de Duque de Ávila e Bolama), o qual, recorrendo à intervenção do presidente norte-americano Ulysses S. Grant, que intercedeu a favor de Portugal, conseguiu assegurar para a Coroa Portuguesa a posse de Bolama-Bijagós.

A Guiné foi administrada como uma colônia das ilhas de Cabo Verde até 1879, altura em que foi separada dessas ilhas para passar a ser governada autonomamente. No século XX, Portugal iniciou uma campanha contra as etnias animistas, sociedades tradicionais. Isso iria desencadear uma luta constante pelo controle do interior e arquipélagos (Bijagós). A conquista total das ilhas Bijagós aconteceu mais tarde em relação aos outros grupos étnicos guineenses. Devido à grande resistência à ocupação por parte dos Bijagós, somente em 1936 o controle das ilhas Bijagós estaria assegurado na totalidade para Portugal. Em 1951, quando Portugal reformou o sistema colonial, todas as colônias portuguesas passaram a designar Províncias Ultramarinas (AUGEL, 2007).

A luta pela independência iniciou-se em 1956, quando Amílcar Cabral e outros companheiros formaram o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que se manteve relativamente pacífica até 1961, ocasião em que foi deflagrada a Guerra Ultramar, declarando-se a Província

³ O nome dado a Bolama segundo a divisão administração, o país divide em oito regiões, Bolama bijagós referente ao arquipélago.

Ultramarina como independente e alterando-se o seu nome para Guiné-Bissau. A releitura e a compreensão dessas duas subjetividades originais da formação da nação guineense são especialmente importantes aqui para embasar a análise da dinâmica dos saberes e das práticas tradicionais dos Povos Bijagós.

O que se busca, ao resgatar essa leitura da conquista da Guiné-Bissau, é ressaltar o questionamento da visão atual do povo guineense enquanto sociedade civil composta por guineenses, frente à questão dos saberes e às práticas tradicionais, que podem ser entendidas como uma re-edição da questão dos Bijagós, como uma continuidade do drama do enfrentamento da “civilização” pelos povos nativos da Guiné-Bissau, no caso específico dos Bijagós, pois, além desse, a Guiné-Bissau tem 26 outros grupos étnicos.

Este breve histórico justifica-se ao buscar-se reavivar a lembrança das raízes desse processo, o qual, os guineenses enfrentam e continuam enfrentando, embora com feições diferentes, a globalização, que pode ser configurada como um desafio de lidar com essa herança colonial junto às suas comunidades tradicionais.

Dessa sorte, qual papel vem desempenhando a sociodiversidade guineense, herdeira dos invasores europeus e dos nativos africanos, em relação aos saberes e práticas tradicionais? A partir do se verificou nas entrevistas, há um entendimento de que os saberes tradicionais dos Bijagós são conhecimentos tradicionais produzidos e gerados de forma coletiva, a partir de ampla troca e circulação de idéias e informações, e transmitidos oralmente, de uma geração a outra.

Neste trabalho, pretendemos restringir-nos à análise dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, que vão desde as técnicas de manejo de recursos naturais, alimentícias e agrícolas de espécies, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, até as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais. Desse modo, os

conhecimentos dessas populações tradicionais - Bijagós são produzidos a partir de atividades e práticas coletivas.

Este estudo assume a perspectiva de que foi com a chegada da sociedade europeia que se criou um conflito por conta do choque de visões de mundo diferentes, ameaçando, assim, a sobrevivência dos saberes e das práticas tradicionais no continente africano; no caso específico, da etnia Bijagós. Sendo assim, cabe hoje ao Estado da República da Guiné-Bissau prover o amparo legal e político-institucional necessários para garantir as condições de sobrevivência das populações tradicionais guineenses, a posse dos seus territórios e de suas terras, e também a manutenção de seus estilos de vida tradicionais.

Acredita-se, para tanto, que a contribuição desse trabalho é fomentar o debate analítico acerca da gestão e apropriação do conhecimento tradicional e sua valoração, em uma nova perspectiva da relação homem-natureza. Sem dúvida, ao tratarmos desse tema, corre-se o risco de certo vernaculismo, de uma supervalorização das sociedades ditas “primitivas” em detrimento das sociedades ditas “civilizadas”. Entretanto, o mérito deste estudo está no diálogo analítico entre esses dois saberes: o tradicional e o científico.

A Guiné-Bissau é tida como uma das nações da costa ocidental africana que contribuem substancialmente para a conservação da biodiversidade local, regional e mundial, por acolher, a cada ano, milhões de animais migratórios de diferentes partes da região e do mundo. Não somente por isso, mas também por se encontrarem lá animais que só vivem naquela área, o que lhe dá uma posição ímpar no contexto dos países tidos como de mega-biodiversidade, graças à manutenção do estilo de vida de suas populações tradicionais guineenses. Por essas e outras razões, deve haver um diálogo entre esses dois saberes. O país também oferece condições ideais e seguras para a produção e reprodução de peixes e crustáceos, por conta de suas florestas de mangrove⁴, que faz um isolamento natural, impedindo, assim, a extensão do

⁴ Mangrove é o equivalente a região de manguezal, é o conjunto de florestas de mangues da costa da Guiné Bissau.

deserto do Saara para o sul, mediante savanas arvoradas e florestas secas e subúmidas, que assim se constituem em barreiras naturais à desertificação.

O solo é caracteristicamente plano e pantanoso, não se evidenciando elevações de destaque, já que o ponto mais alto do país é de 300 metros de altitude, predominando os planaltos, as planícies e uma extensa zona costeira com cerca de 350 km. Os principais acidentes de relevo resultam da densa rede fluvial que origina a existência de alternância nos traços caracterizadores da paisagem que, em função das regiões, varia entre savana arbustiva, savana florestal, floresta, mangais, tarrafe, lalas⁵, bolanhas⁶, estuários e praias (IBAP 2007).

O solo guineense, historicamente, tem sido utilizado pelas comunidades tradicionais locais para fins produtivos agrícolas e outras atividades afins. É diferentemente trabalhado pelas populações em função das características geográficas e do grupo étnico predominante da área, marcando a paisagem por zonas de transição que lhe conferem a imagem de um mosaico dos grupos étnicos típicos e únicos da costa ocidental africana.

No que diz respeito ao meio florestal guineense, frequentemente é possível encontrar bolanhas e lalas que dominam uma parte da paisagem nas proximidades de zonas de mangal, mangrove ou tarrafes; palmares constituídos por palmeiras de dimensões variáveis e cibes⁷, associados a florestas de galeria; florestas subúmidas, caracterizadas por vegetação densa e diversificadas em espécies e em dimensões, sendo de difícil penetração, complementadas pelas florestas de transição; florestas secundárias e degradadas que resultam de processos de desflorestação e queimada; savanas arbustivas e herbáceas, dentre outros.

⁵ As Lalas são áreas inundadas que representam zonas de transição entre o mar e as áreas florestais.

⁶ As bolanhas são terras baixas de mangal ou tarrafe que consistem em formações vegetais à beira mar ou rio de produção de arrozais alagados (Ministério do Desenvolvimento Rural/PNUD, 1997).

⁷ Cibe é uma variedade de palmeira africana.

O país é dotado de espaços naturais de áreas protegidas com importância reconhecida e oficializada de acordo com os critérios de nível nacional e internacional, como por exemplo, o Parque Natural de Mangrove do Rio Cacheu; o Parque Natural das Lagoas de Cufada; o Parque Nacional de Orango; o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão; a Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós; e finalmente, o Parque Nacional Marinho das Ilhas Formosa e outras áreas naturais que ainda aguardam oficialização.

Dessa maneira, as áreas naturais que caracterizam o país são dotadas de uma importantíssima biodiversidade de flora e de fauna, em meio florestal, de mangrove, de savana, costeiro e marinho, sendo algumas das espécies endêmicas⁸ e encontrando-se outras em situação de risco e ameaçadas de extinção, o que representa uma situação alarmante no que diz respeito à conservação da biodiversidade. São exemplos de espécies em risco: o manatin, hipopótamo, tartaruga marinha, elefante, búfalo, gazela pintada, onça, leopardo e leão entre outros felinos e o chimpanzé e outras espécies de símios; o crocodilo ou lagarto preto; algumas espécies de aves; o pangolim de cauda longa entre outros.

Nesse contexto, do ponto de vista sociocultural e socioambiental, a Guiné-Bissau é caracterizada pela diversidade étnica de particularidades culturais. Cada um desses grupos étnicos tem a sua própria forma de ser e de viver, que muitas das vezes se reflete no modo particular de estilo de vida social, cultural e espiritual, de organização e ordenamento do território, na construção das habitações, no seu estilo de vestuário; na simbologia, nas crenças religiosas, nos rituais, no jeito de adoração aos seus antepassados, na gastronomia, nas manifestações festivas, na produção artesanal, nas atividades produtivas de natureza econômica, políticas dentre outros.

Assim, apesar de esses grupos étnicos serem identificados em determinadas regiões do país pelo predomínio e ancestralidade da presença em um dado território, hoje em dia, em resultado de intensas imigrações internas e socialização entre os grupos, os mesmos se encontram difusos por todo

⁸ Fenômeno que consiste na ocorrência de espécies ou subespécies, animais ou vegetais numa área restrita e relativamente isolada (ilhas, montanhas entre outras).

território nacional em regiões em que não eram originários. Os espaços que recebem novos grupos não se deixam descaracterizar pela chegada do novo. Percebemos que há uma conservação das características que identificam o grupo originário, tal como manutenção de modo e estilo de vida, traduzido nas cerimônias religiosas dessa etnia.

Conforme a organização administrativa do país, no norte, região de Cacheu, predominam as etnias Manjaco e Mancanha; no litoral centro, região de Biombo, está referenciada a etnia Papel; no centro norte, região de Oio, a principal etnia é Balanta; as regiões de Bafatá e de Gabu são predominantemente ocupadas pelos Fulas e Mandigas; na região centro sul, em Quinara, a presença mais comum é dos Beafada; no sul, em Tombali, tradicionalmente são identificados os Nalu; e na região de Bolama-Bijagós, os da etnia do mesmo nome Bijagós, que habitam todo o arquipélago. Por fim, no Sector Autônomo de Bissau, encontra-se uma multiplicidade de origens étnicas diferentes, mas o território antigamente pertencia ao grupo étnico Papel.

Todavia, todos esses grupos étnicos continuam exercendo a cultura tradicional de culto aos seus ancestrais, o que reflete na produção de bens e materiais de serviço, que culmina numa forte pressão sobre o meio ambiente, sobretudo florestal e costeiro, incluindo áreas protegidas. Todas essas ações de âmbito produtivo são direcionadas para a subsistência, na base de venda e troca de excedentes.

Tudo isso acontece graças à conservação da comunidade tradicional guineense, em especial da etnia Bijagós, que é objeto deste estudo, pois a Guiné-Bissau, além de ter uma riquíssima diversidade biológica, também possui uma expressiva diversidade étnica e cultural.

Quanto à legislação ambiental, o país está dando passos lentos, mas bem seguros no caminho da conservação da biodiversidade. Em fevereiro de 2004, as autoridades guineenses aprovaram o Plano Nacional sobre o meio ambiente, incluindo a gestão de reservas, zonas protegidas e a criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas-IBAP, bem como a elaboração e execução de um programa de gestão da biodiversidade das

zonas costeiras, cumprindo, assim, as obrigações da Convenção da Diversidade Biológica-CDB, assinada na cimeira do Rio de Janeiro, em 1992.

Nos últimos anos, os esforços conjuntos das autoridades e das comunidades tradicionais guineenses têm contribuído para a gestão sustentável da biodiversidade, constituindo, assim, redes de zonas protegidas e sagradas com a participação das comunidades locais. A iniciativa mais significativa é a criação da Reserva Biosfera Bolama-Bijagós pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em 1996. Isso aconteceu devido aos seus habitantes (Bijagós), que respeitam uma série de regras ligadas às suas tradições orais, religiosas e culturais, o que ajuda na preservação e conservação da biodiversidade.

A criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas - IBAP foi um marco histórico, econômico, sociocultural e político na Guiné-Bissau, por estabelecer regras nacionais para o acesso aos recursos genéticos e saberes tradicionais guineenses. Isso chama a atenção para o valor parcimonioso dos recursos genéticos, saberes e práticas tradicionais, antes tidos somente como patrimônios e bens comuns da humanidade, sendo uns dos argumentos usados ao longo dos séculos pelos “piratas” da riqueza guineense para justificar o livre acesso aos recursos genéticos e saberes das comunidades tradicionais, sem levar em consideração o respeito às práticas e ao estilo de vida dessas comunidades.

Além de prover esse acesso, o IBAP busca fomentar a cooperação entre populações tradicionais na conservação e uso da biodiversidade para proteger seus estilos de vida tradicionais e gerar uma repartição justa e equitativa do uso econômico de seus saberes.

As regulamentações em nível nacional com a criação do IBAP reforçam os compromissos tomados pelo estado guineense na assinatura da Cúpula da Terra e sobre a conservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais. Dessa forma, verificar como se dá na prática o acesso aos saberes e às práticas tradicionais dos Bijagós, a proteção do modo de vida e dos recursos

genéticos, através da organização, gestão e conservação da biodiversidade é a principal questão deste estudo. Dentro dessa problemática, busca-se analisar qual é a relação entre a sociodiversidade e a biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos que estão associados à cultura Bijagós no atual contexto de globalização no período de 1975–2009, abordando-se o modo como o estado guineense tem formulado, criado e implementado os instrumentos legais de gestão do saber tradicional e conservação da biodiversidade no Arquipélago dos Bijagós.

Considera-se que esse instrumento legal se dá pela relação entre sociedade e natureza na comunidade Bijagós e se caracteriza pela apropriação coletiva da natureza e pelo respeito aos seus ciclos e ritmos. Para os Bijagós, a natureza é sagrada, religiosa, mística e a produção do valor de uso se sobrepõe ao valor de troca. Ademais, tais práticas e relações estão ameaçadas pelo uso intensivo e demandas de cunho mercantilistas e instrumentais – elementos típicos e característicos do atual processo de globalização.

Para estudar os saberes e as práticas tradicionais da etnia Bijagós, é necessário considerar tais pontos:

1. Respeito à natureza;
2. Existência de forma coletiva de apropriação;
3. Oralidade e transmissão oral de geração para geração;
4. Produção coletiva;
5. Preservação da língua;
6. Sistemas nativos de classificação de espécies animais e vegetais;
7. Reconhecimento de solos;
8. Conhecimento da astronomia para plantio e coleta;
9. Controle natural de pragas;
10. Domesticação de animais e plantas;
11. Uso de plantas medicinais e aromáticas, dentre outros saberes que contribuem para a:
 - a. Organização;
 - b. Gestão;
 - c. Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau.

Como tais práticas são “tocadas” pelos interesses do estado guineense e o mundo globalizado, este estudo procurou fazer um levantamento de dados qualitativos acerca dos saberes e práticas tradicionais da etnia Bijagós na preservação da biodiversidade e também do funcionamento do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas-IBAP. Por uma questão de princípio e de ordem, é bom lembrar que este trabalho pretende discutir e analisar a importância do saberes e práticas tradicionais da Etnia bijagós na conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau e não a especificidade do saber tradicional e sua dinâmica, nem tampouco produzir uma leitura absoluto dos diferentes marcos de referência para a proteção e promoção do saber tradicional.

A partir da apresentação da problemática a ser estudada, é importante esclarecer que este trabalho não pretende ser empiricamente conclusivo, mas, sim, apresentar um argumento bem informado à guisa de um passo inicial para o descuidado e necessário debate sobre o que é e o que não é o “saber e práticas tradicionais dos Bijagós”, bem como o que ela faz, a partir da análise dos princípios e premissas dos atuais instrumentos e mecanismos implementados pelo Estado Guineense na Guiné-Bissau.

Este estudo se justifica por um desafio que move essa reflexão: a busca da compreensão do real, da explicação de interrogações que carregamos (interna e externamente) com intuito de dar resposta ou conta das questões referentes às histórias e concepções de sociodiversidade.

Nas diferentes dimensões do conhecimento humano, o homem apresenta respostas avançadas à compreensão do mundo. Nesse propósito, ele buscou sempre sistematizar elementos acerca da ciência e das diferentes formas de conhecimento que se fazem presentes nas ações humanas.

Como isso, o saber pode ser entendido como uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se desejam estudar. Ou melhor, o saber é fruto da tendência humana para procurar respostas e justificações positivas e convincentes. Esse dinamismo questionador e peculiar

ao “espírito” humano já se manifesta na primeira infância quando a criança multiplica seus “para quê”, “o quê” e seus “porquês”, que chegam a embarçar os adultos.

Nesse sentido, nasce o intento de estudar a relação entre a sociodiversidade e biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos que estão associados à cultura Bijagós no atual contexto de globalização em que os guineenses estão inseridos.

O presente estudo se justifica, ainda, porque aponta as possibilidades de intervenção do governo da Guiné-Bissau na perspectiva de ampliar os limites da participação das chamadas populações tradicionais (etnias) na defesa de seus interesses e da conservação da biodiversidade. Por outro lado, indica a necessidade da afirmação de outro modelo de universidade, marcado pela busca de uma ação comprometida com os interesses dos grupos que historicamente vêm sendo excluídos dos espaços que se constituem a partir do saber oficial, sendo que grande parte desses recursos da biodiversidade guineense está associada aos conhecimentos tradicionais de diferentes etnias que compõem o território guineense.

Nesse cenário guineense, caminhando entre a ressonância do saber tradicional dos Bijagós e sobre as práticas costumeiras de preservação da biodiversidade, este estudo tem um propósito norteador: Analisar a relação entre a sociodiversidade, práticas, saberes tradicionais e a biodiversidade, caracterizando a gestão tradicional dos espaços e dos recursos pela cultura Bijagós. Analisar a relação entre a sociodiversidade no âmbito da gestão dos saberes e práticas tradicionais é o objetivo principal deste estudo. Também buscar-se-á caracterizar a importância do saber tradicional para as populações que dependem de tal saber para sua sobrevivência e para a sociedade como um todo, em uma perspectiva de desenvolvimento durável e equânime.

São objetivos secundários: i) Caracterizar os saberes tradicionais que conformam a sociedade guineense; ii) Qualificar a dimensão ambiental das práticas tradicionais e suas relações com o meio ambiente; iii) Discutir em que medida tais saberes contribuem ou não para a conservação e manutenção da

biodiversidade; iv) Discutir como se relacionam os saberes tradicionais com práticas e conhecimentos globalizados.

Dessa forma, para analisar a relação entre a sociodiversidade e a biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos Bijagós no atual contexto do mundo globalizado, este estudo parte do pressuposto de que a relação entre sociedade e natureza na comunidade Bijagós se caracteriza pela apropriação coletiva da natureza e pelo respeito aos ciclos e ritmo da mesma. Neste caso, para os Bijagós, a natureza é um ente sagrado, subsistindo uma relação religiosa e mítica entre homem e natureza. Entre os Bijagós, a produção do valor de uso se sobrepõe ao valor de troca e o atual processo de globalização, com o uso intensivo e demandas de cunho mercantilistas e instrumentais, constitui-se como uma ameaça a tais relações.

Espera-se também que esta dissertação traga uma análise rica sobre a gestão do saber tradicional, ao mostrar alguns princípios norteadores e sobre as melhores práticas dos Bijagós na conservação da biodiversidade. Também contribui para a avaliação do redimensionamento da questão cultural de acesso aos saberes tradicionais dos povos Bijagós e outras populações tradicionais da Guiné-Bissau, além de apontar para um quadro teórico cuja abordagem, conceitos e processos permitem uma melhor compreensão da complexidade da questão de pesquisa. Frente a essa aspiração, será construída a seguir uma reflexão teórica que corresponde aos princípios dos sujeitos que constituem a ideia maior deste estudo. Com isso, em seguida, apresentará o debate teórico, epistemológico e conceitual das definições a serem utilizadas neste estudo.

1.2 QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO-CONCEITUAL

No quadro teórico deste estudo, é exposta uma situação efetivamente de grande preocupação diante do contexto neoliberal de políticas, culturas e, conseqüentemente, de uma articulação epistemológica, na qual se insere a questão dos saberes e práticas tradicionais Bijagós.

Porém, para estudar as dinâmicas dos saberes e as práticas tradicionais da etnia Bijagó e suas relações com a organização, gestão e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, este estudo parte da abordagem teórica da ecologia cultural. Entretanto, Também serão englobadas algumas categorias de análise definidas pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, que consistem na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e saberes tradicionais, ou não ocidentais que circulam na sociedade (SANTOS 2006, p. 53).

O autor desenvolve sua análise a partir dos conceitos sociologia das emergências e sociologia das ausências. E propõe uma articulação entre o saber tradicional, social, como saber técnico e científico, num processo de mútua fertilização e de inclusão do conhecimento social excluído das universidades. Assim, ao falar da importância do saber que os Bijagós têm na conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, fica explícito o desempenho preponderante da cultura e das relações homem e natureza devido à diversidade cultural.

Segundo Leff (2009), as culturas e suas práticas tradicionais de convivência e manejo sustentável da natureza vêm sendo reconhecidas não só por seu valor econômico na bioprospeção de novas intervenções tecnológicas nos organismos biológicos, como também na sustentabilidade ecológica do planeta.

No entanto, reside na interação homem e natureza um dos pontos que diferenciam as várias correntes da antropologia no que diz respeito à cultura. Conforme os deterministas ambientais, seguidores de Ratzel citado por Renato Brigitte Viertler (1988), é o meio-ambiente que define a cultura; do lado oposto,

está o possibilismo histórico de (BOAS apud VIERTLER, 1988), em que o meio ambiente influencia a origem dos padrões culturais.

As raízes teóricas da ecologia cultural, embora tenha se constituído como abordagem sistemática apenas em meados dos séculos XX, representa a fusão de duas linhas de pensamento antropológico: o evolucionismo e o historicismo cultural, acrescidas de influências do determinismo geográfico, inspirado na antropogeografia de Ratzel.

Apesar da interpretação dada por Boas, às relações entre as culturas e o seu meio ambiente natural, longe de ser satisfatório, continua preocupando alguns dos seus discípulos, em especial Kroeber, que retorna o problema por meio da análise das relações entre “áreas naturais” e “áreas culturais”. Nessa mesma época, o antropólogo Julian Steward (1955) rompeu com duas correntes de pensamento (determinismo geográfico e possibilismo histórico), criando a Ecologia Cultural, que tem por objetivo o estudo das inter-relações entre os fatores culturais e ambientais. Ainda na voz do referido autor, alguns aspectos da cultura, como as atividades de subsistência, apresentam uma relação mais forte com o ambiente, constituindo o núcleo central da cultura.

Assim, ao analisar as dimensões culturais das adaptações ecológicas de grupos indígenas, Steward (1955) codifica essa linha de pesquisa no campo da Ecologia Cultural, que significa o estudo das relações entre culturas e ambiente do homem.

Conforme o autor, certos aspectos da cultura são mais susceptíveis a uma relação mais forte com o meio ambiente que outros. Esses aspectos são atividades econômicas, de subsistência, tecnologia, organização social, que constituem o "núcleo central da cultura" (cultural core).

A Ecologia Cultural produziu várias ramificações dentro da Antropologia, das quais se destacam a Etnoecologia (Conklin, 1954), a Ecologia Neofuncionalista (Rappaport, 1968), a Ecologia Humana (Moran, 1990), a Ecologia Processual (Bennett, 1993), a Ecologia Espiritual (Kinsley, 1995).

Essas variabilidades de ramificações do paradigma ecológico atestam uma constante ampliação de seu escopo de estudo, ao mesmo tempo em que representam respostas da ciência ecológica para as novas realidades ambientais e políticas que as sociedades confrontam no cotidiano. Duas das mais importantes forças contemporâneas são a vertiginosa aceleração, no último meio século, do processo de globalização e a crescente gravidade da crise ambiental no plano local e mundial.

Atualmente, as ciências ecológicas trabalham com conhecimentos diversificados, que vão desde aqueles da ecologia ambiental, que lida com as relações dos seres vivos com o ambiente nos ecossistemas, até aqueles que são estudados nos outros numerosos campos das ciências: as ciências humanas e sociais, as ciências exatas, as engenharias, dentre outras.

Quanto à crise ambiental, além dos problemas propriamente globais, como o aquecimento da atmosfera, o crescimento do buraco na camada de ozônio e as mudanças nas correntes oceânicas, no plano regional existem recorrentes crises ambientais manifestas pela desertificação, inundações, esgotamento de recursos naturais, contaminação do ar, água e solo, modificações climáticas e perda de biodiversidade .

A diversidade biológica, no entanto, não é simplesmente um conceito pertencente somente ao mundo natural, mas é também uma construção cultural e social. Segundo União Internacional para a Conservação da Natureza UICN (2002), as espécies para Bijagós, são objetos de conhecimentos, práticas tradicionais, domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas.

Segundo Viertle (1988), o estudo de redes de relações que existe entre as comunidades tradicionais e o meio ambiente é a característica central da Ecologia Cultural, e seus temas tratam do modo de produção, estrutura social, Agricultura, Saúde, Demografia, conflitos ambientais, dentre outros, e os seus efeitos distributivos.

A Ecologia Cultural é apresentada como uma totalização de questões centrais das ciências, em equidade da sua complexidade cultural, política e biológica, também por desenvolver uma base comum em que várias disciplinas convergem para se discutir à valoração da biodiversidade. Essa corrente tem cultivado um diálogo sucessivo com diversas outras correntes e campos teóricos e metodológicos.

A escolha desse foco é devido à natureza eminentemente interdisciplinar. A Ecologia Cultural constitui hoje um referencial seguro para movimentos e conflitos sociais, ou territoriais e processos de transformação, estabilização ou extinção cultural. Também seria uma maneira de usar a pesquisa para registrar a importância que os saberes e práticas tradicionais da etnia Bijagós tem na conservação da biodiversidade.

Uma das críticas que se faz à Ecologia Cultural diz respeito à carência de elementos simbólicos, míticos e rituais no núcleo cultural. Outras críticas consistem na busca de regularidades interculturais, focalizando as culturas no que elas têm de comum para construir uma ciência do homem. Assim, formulam-se críticas de cunho relativista apontando a invisibilidade dessa disciplina, que nada mais seria do que uma expressão ideológica do dominador "civilizado", o Norte.

Por exemplo, Vayda e Rappaport e tantos outros, criticam a importância da tecnologia no núcleo cultural, em detrimento dos aspectos rituais, além de dar pouca ou nenhuma importância aos fatores biológicos, tidos como cruciais em estudos como os de nutrição. Outra ressalva comumente feita à Ecologia Cultural é a de que os seus adeptos acabam "reduzindo" a complexidade dos fenômenos culturais.

A abordagem da Ecologia Cultural, a ser desenvolvida neste estudo, compreende que a questão principal é de analisar a relação entre a sociodiversidade e biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos, que estão associados à sociodiversidade Bijagós no atual contexto de globalização. Implica a existência simultânea de grupos

humanos com a posse de recursos sociais próprios, neste caso, os Bijagós. Isso significa padrões próprios de organização social, com modelos diferentes do convencional, de acesso à terra, de padrão habitacional, de hierarquias de valores ou prestígio.

Nesta pesquisa, no contexto de globalização, serão observadas as novas conotações que são dadas para proteger e manter os estilos de vida dos Bijagós. Serão analisadas as novas maneiras que revestem velhas práticas de apropriação e legitimação do saber e os conflitos entre diferentes modos de saber.

No quadro teórico deste trabalho, são englobados alguns conceitos analíticos dos conflitos entre diferentes modos de conhecimentos emergentes da leitura da abordagem de Santos (2006), fundamentada sobre os conceitos: sociologia das ausências e sociologia das emergências e o trabalho da tradução, que consiste na promoção de diálogos entre o saber científico e saberes tradicionais ou não ocidentais; em outras palavras: entre Norte e Sul. Partindo-se da constatação de que o conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento cuja importância na vida das sociedades contemporâneas é incontestável.

Para a superação dessa forma de conhecimento, o autor, propõe, contra a monocultura, o multiculturalismo, através dos procedimentos da Sociologia das Emergências e do trabalho de tradução. Ele propõe também uma Sociologia das Emergências para trazer à tona os problemas realmente existentes e autenticamente percebidos pela sociedade em suas diversas frações.

Nesse sentido, na medida das suas possibilidades, todos os países se dedicam à promoção da ciência, esperando benefícios de investimento nela. Com isso, trabalhar no sentido de “descolonização dos saberes” implica em defender uma epistemologia do “Sul”, desta forma, essa epistemologia segundo autor, assenta-se em três princípios: aprender que existe o “Sul”; aprender a ir para o “Sul”; aprender a partir do “Sul”; e aprender com o “Sul”.

Com isso, a abordagem a ser desenvolvida neste estudo parte da averiguação da relação conflituosa entre saberes e o modo de apropriação desses saberes; no entanto, longe de uma análise multiculturalista pretensamente imparcial, que oblitera a coerência dos conflitos tanto étnicos, religiosos, políticos e econômicos em prol do reconhecimento das diferenças culturais. Tal abordagem privilegia a importância desses saberes e práticas tradicionais no estilo de vida dos Bijagós e na conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau.

Conforme Boaventura Souza Santos (2006, p.4), que emerge neste tópico é apontar o caminho para uma nova produção científica, proporcionando diálogos com outros saberes e demonstrando possibilidades para a ciência construir conhecimentos “prudentes para uma vida decente”, através de uma aplicação edificante. O autor propõe uma nova teoria crítica para sacudir as ciências e a emancipação política e social que virá da aproximação de saberes, culturas, civilizações que constituem a diversidade.

Desta maneira, a razão indolente produz ausências, exclusão dos outros conhecimentos, que consideram que só a ciência ocidental é pensamento rigoroso e todos os outros saberes são irracionais. Conforme o autor, o modelo da racionalidade ocidental (razão indolente) é marcado por exclusão econômica, política, social e cultural que se sustentou e sustenta na legitimação científica necessária para manter todas as diferenças políticas, econômicas, culturais e é fruto da sociedade capitalista. O modelo de racionalidade ocidental (razão indolente) ocorre de quatro formas (Santos 2003): a) razão impotente, que pensa não poder fazer nada contra uma necessidade concebida no exterior a ela própria; b) razão arrogante, que não sente necessidade de se exercer, pois imagina-se incondicionalmente livre; c) razão metonímica, que reivindica como a única forma de racionalidade, não buscando descobrir outras, ou descobrindo apenas como forma de matéria-prima; d) razão proléptica, que não busca pensar o futuro, pois julga saber tudo a seu respeito.

No entanto, a conservação da biodiversidade nos mostra o quão é importante o saber das comunidades tradicionais, saberes sem os quais não conseguiremos preservar o planeta. Portanto, a visão indolente da ciência, como fonte única do saber, teria produzido, por exemplo, a ausência do pensamento dos povos tradicionais.

A razão metonímica baseia-se na idéia de totalidade sob a forma da ordem. No entanto, a forma mais acabada dessa totalidade é a dicotomia, visto que combina simetria com a hierarquia. A simetria, por sua vez, constitui-se em uma relação horizontal, que oculta uma relação vertical. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia: “cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; branco/negro; norte/sul, Ocidente/Oriente” (SANTOS, 2003, p.739). Como se vê, ela não é capaz de aceitar a compreensão do mundo além de sua compreensão ocidental.

Outra consequência desse divisor, conforme Milton Santos (2004) ocorre quando o conhecimento “dito globalizado” não presta atenção em situações e problemas específicos ou locais do sul. Em nível global, o conhecimento científico é, muitas vezes, coletado, analisado e resumido em avaliação dos problemas ambientais específicos. Esses mecanismos de avaliação criam um embasamento científico para o processo decisório em nível global, não levando em consideração que a maior parte das informações reunidas em nível global, ou incorporadas às modelos globais, é gerada em latitudes não-tropicais e em países desenvolvidos, e essas avaliações podem ser menos valiosas para problemas no Sul.

Conforme Daniel Esty:

Existem ecossistemas e espécies únicos de importância ecológica e econômica no sul apenas marginalmente presentes em alguns países desenvolvidos (por exemplo, florestas tropicais, mangues e recife de corais) em que podem não ser suficientemente levados em conta nas avaliações globais. Existe uma gama de sistemas (agrícolas, florestais e hidrográficos) igualmente únicos nos trópicos subtropicais. (ESTY, 2005, p. 73).

A concepção de conhecimentos rivais ou colonialidade do saber, neste caso, pode ser entendida como: O Norte como tendo o conhecimento e soluções e o Sul como tendo as informações e problemas. Essa colonialidade do saber acaba por infiltrar-se nas elites que por sua vez ignora ou exotiza as práticas e os saberes tradicionais ou locais, (SANTOS 2005, p. 54)

Desse modo, os conhecimentos são socialmente construídos e que, por sua vez, essas construções contemplam os instrumentos legais para uma legitimação do conhecimento científico. Por outro lado, o saber tradicional é repreendido como um conhecimento de pouco valor ou de valor nenhum, o que resulta no desprezo dos seus mecanismos de gestão.

Ainda tratando-se do desafio imposto pela ciência ocidental de hierarquização de saberes, Lopes (1983) anuncia que é possível imaginar outro conhecimento que funcione como princípio de solidariedade. Assim, esta crítica nos permite abordar a ciência moderna, outrora vista como única solução de todos os problemas das sociedades modernas, mas que, ao longo do tempo, acabou por se tornar também parte do problema.

Partido dessa relação conflituosa entre saberes e seus modos de apropriação, Santos (2006) afirma a urgência de uma sociologia das emergências, que, segundo ele, é a incorporação de saberes, a inclusão de experiências humanas que, mesmo pequenas, funcionam como embriões de alternativas, não só dos povos tradicionais, como também não-tradicionais.

Acredita-se que apenas com esse pleito podemos superar os entraves e proporcionar os saberes e práticas tradicionais sustentáveis para gestão e conservação da biodiversidade. Conforme Barros. O conhecimento tradicional é parte do patrimônio cultural de vários povos, o que deve ser protegido e valorizado, criando-se, também, mecanismos que garantam a sua manifestação segundo os padrões que cada cultura o concebe (BARROS, 1982, p 107-131)

Para o autor, o saber tradicional, sendo patrimônio cultural de vários povos, não deve ser encarado como um obstáculo a outros saberes, principalmente científicos, e às novas técnicas de produção e demais medidas de modernização.

É preciso, ao contrário, ver nele uma base indispensável para a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento harmonioso dos grupos populacionais. Também há de se ressaltar que os sistemas produtivos tradicionais, além de armazenarem importantes conhecimentos e técnicas para a exploração dos recursos de uma dada região ou local, são também a base sócio-cultural dos vários grupos rurais, por manterem a tradição oral não só como meio de comunicação de uma geração a outra, mas como um bem.

Segundo Ki-Zerbo (1982), uma sociedade oral ou tradicional, reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderia chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral.

Ainda na voz de Ki-Zerbo, a tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. Os Bijagós, sem dúvida, expressaram esse nominalismo da forma mais evidente. Nos rituais (religiosos, iniciação), constatamos, em toda parte, que o nome é a coisa, e que "dizer" e "fazer". Para os Bijagós, a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade.

Na Filosofia do saber Bijagós, a vida avança passo a passo e cada um aprende com os outros e consigo mesmo a adaptar-se ao meio natural em que vive e a relacionar-se dentro e fora da comunidade onde vive. Qualquer pessoa tem as mesmas oportunidades de obter riqueza e posição. Cada um é livre para se comprometer ou não com as responsabilidades do cotidiano.

As tradições requerem um retorno contínuo à fonte. Para os Bijagós, é ingenuidade ler/ouvir um texto oral uma ou duas vezes e supor que já o

compreendemos. Ele deve ser escutado, decorado, digerido internamente, mastigado e degustado como um poema, e cuidadosamente examinado para que se possam apreender seus muitos significados - ao menos no caso de se tratar de uma elocução im-portante. O estudioso da tradição deve, portanto, aprender a trabalhar mais lentamente, refletir, para embrenhar-se numa representação coletiva, já que o corpus da tradição é a memória coletiva de uma sociedade que se explica a si mesma.

No contexto social da tradição, tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido.

Numa sociedade oral (caso Bijagós), isso é feito pela tradição, enquanto numa sociedade que adota a escrita, somente as memórias menos importantes são deixadas à tradição. Foi esse fato que levou, durante muito tempo, os historiadores ou pesquisadores, que vinham de sociedades letradas, a acreditar erroneamente que as tradições eram um tipo de conto de fadas, canção de ninar ou brincadeira de criança. Toda instituição social, e também todo grupo social, tem uma identidade própria que traz consigo um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que o explica e o justifica.

Com isso, Santos (2006), sugere o domínio da ecologia dos saberes, como uma substituição à monocultura do saber. Afirma que, no domínio da ecologia dos saberes, não há saber em geral, tampouco há ignorância no geral; e que existe uma credibilidade contextual que legitima a participação de outros saberes não-científicos nos debates epistemológicos.

Toda ignorância é ignorante de certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância em particular. Deste princípio de incompletude de todos os saberes, decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes são um confronto e um diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias (SANTOS, 2004, p. 243).

Acreditamos que as perspectivas descritas acima sejam capazes de delinear teoricamente a análise aqui embasada, uma vez que a abordagem metodológica que será apresentada a seguir acrescentará no debate acerca da atual dinâmica do saber tradicional da etnia Bijagós. Nesse tópico, serão destacados os tipos de técnicas que serão utilizadas nesta pesquisa tanto na realização dos trabalhos, como nos critérios que demarcaram a escolha da amostra a ser estudada.

1.3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica empregada neste trabalho tem como premissa o entendimento do método científico. Conforme Severino (2008), todos os trabalhos de natureza científica têm por alvo intrínseco a demonstração, o desenvolvimento de um raciocínio lógico e sociocultural de uma determinada questão. Porém, uma das características do conhecimento vindo da ciência é a separação do sujeito e do objeto de pesquisa no processo de produção do saber. Para Moreira, a ciência é um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis e modelos, visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia científica (MOREIRA, 2003).

Dentro desse quadro, a ciência, enquanto conteúdo de conhecimento, só se processa como resultado da articulação do lógico com o real, da teoria com a realidade. Por esse motivo, uma pesquisa geradora de conhecimento científico, em consequência, procura demonstrar, mediante argumentos, uma dissertação, que é uma solução proposta para um problema, fatos levantados, dados descobertos por procedimentos da pesquisa e idéias avançadas, que se articulam justamente como portadores de razões comprovadoras daquilo que se quer demonstrar no nível de uma interpretação teórica, pois só a teoria pode dar valor científico a dados empíricos e “ela só gera ciência se estiver em interação articulada com esses dados empíricos” (SEVERINO, 2007, p.220).

Dessa forma, pretende-se realizar este estudo segundo a abordagem da pesquisa qualitativa. Conforme Edivaldo M. Boaventura (2007), as

características da pesquisa qualitativa podem ser esquematizadas como: pessoal, autônoma, criativa, rigorosa, a fonte direta de dados, análise de dados indutiva e emprego de técnicas, tais como entrevista, análise documental e observação.

Trabalho pessoal, no sentido de que “qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa fazer a parte de sua vida” (SEVERINO 2008, p. 214). Autônoma quer dizer que ela é fruto de um esforço próprio do pesquisador. Conforme autor, autonomia esta que não significa desconhecimento ou desprezo de contribuição alheia, mas, ao contrário, capacidade de um inter-relacionamento enriquecedor, portanto dialético, com outros pesquisadores, com os resultados de outras pesquisas, e com os fatos. O sentido de criativo não se trata mais de apenas aprender, de apropriar-se da ciência acumulada, mas sim de colaborar no desenvolvimento da mesma, de fazer cada vez mais avançar esse conhecimento.

A idéia de rigoroso não se opõe à exigência da criatividade, antes a pressupõe. Neste nível, não há lugar para o espontaneísmo, diletantismo, senso comum. Aqui se define a exigência da logicidade e da capacidade, do rigor da disciplina imposta pela metodologia geral do conhecimento e pelas metodologias particulares de várias ciências.

Edivaldo M. Boaventura (2007) conceitua a ciência como sendo a reunião organizada de procedimentos racionais utilizados para investigar e explicar os fatos ou fenômenos da natureza por meio da observação empírica e da formulação de leis científicas, em que se opera um conjunto de práticas de pesquisa interpretativa, mas nenhuma privilegia a outra.

Trata-se dos vários modos de interpretação lógica desses dados e do momento principal de articulação e de confluência de lógica com real, quando ocorre a efetivação do saber cinético. Por isso, a ciência moderna não pretende mais atingir uma verdade única e absoluta: suas conclusões não são consideradas

como verdades dogmáticas, mas como formas de conhecimentos, conteúdos inteligíveis que dão um sentido a determinado aspecto da realidade.

Neste estudo, é empregada a técnica da entrevista, que tem como vantagem principal permitir empreender as particularidades da visão de mundo dos entrevistados, e, quando compatibilizado aos dados levantados pela pesquisa bibliográfica, pode permitir uma perspectiva mais determinada dos fenômenos pesquisados. Conforme Boaventura (2007), sua estrutura se dá por uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode adicionar perguntas de esclarecimento.

Sabemos das dificuldades que esse método apresenta, principalmente na transcrição e tabulação das informações desse tipo de entrevista, contudo é capaz de revelar opiniões, atitudes e ações relevantes dos entrevistados que não seriam detectadas através de um questionário fechado.

No que diz respeito aos instrumentos utilizados na coleta de dados, esses são os seguintes: um roteiro de entrevistas, um gravador, que registrará a entrevista e uma câmera fotográfica. Todos esses instrumentos foram usados somente com autorização do entrevistado. O mais importante, nesse sentido, é buscar valorizar a diferenciação da especificidade entrevistada e suas relações e percepções da problemática dos saberes e práticas da etnia Bijagós na conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau.

Os entrevistados são: Representante de Populações Tradicionais Bijagós, os próprios Bijagós, Cientistas da Agência Estatal Guineense e também pessoas de outras agências governamentais e não-governamentais, tais como União Internacional para a conservação da Natureza - UICN, e os outros órgãos que estão diretamente relacionadas com a problemática, como, por exemplo, Secretaria do Estado de Energia e Recursos Naturais-SEERN, Diretor Geral de Ambiente – DGA e Instituto da Biodiversidade e das áreas protegidas-IBAP, entre outros.

Os roteiros de entrevistas foram alçados de maneira semi-estruturados abertas. Isso quer dizer que os diferentes assuntos tratados serão repartidos em perguntas, cujas respostas do entrevistado são livres, cabendo ao entrevistador intervir somente quando surgir uma reflexão característica, cujo maior esclarecimento se faça necessário.

No que diz respeito à coleta de dados secundários, esses foram obtidos através de análise de documentos e pesquisa bibliográfica. Conforme Severino (2008), esse tipo de coleta oferece melhores meios para decidir e resolver os problemas já conhecidos, mas também explorar novos campos em que os problemas não se cristalizaram suficientemente. Tal procedimento tem como objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas.

Quanto à análise dos dados obtidos, é realizada através do método comparativo. Tal método exige do pesquisador que se considerem as várias modalidades de observação e análise dos fenômenos, tanto eles sociais como políticos, que devem ser vistos em diferentes ângulos, sem modelos, enquadramentos e linearidades do objeto-sujeito de conhecimento, com isso, criando um espaço de debates.

Conforme o autor, o método comparativo é usado porque permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Além disso, pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação. Aqui, os fenômenos sociais e culturais são interpretados tanto no plural como no singular. Tanto há a crítica, quanto uma construtividade; tanto há a base empírica, quanto conceitual. Também as questões comuns são observadas e analisadas fenomenologicamente e conceitualmente.

1.4 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Além do Capítulo Introdutório, que traz uma breve contextualização o quadro de referencia teórico-conceitual e a metodologia adotada neste trabalho, o presente estudo possui Seis Capítulos, que estão organizados da seguinte maneira: O Capítulo Introdutório deste estudo traz uma pequena apresentação sobre o encontro interétnico das duas subjetividades “nativa e europeia”, que hoje compõem a sociedade guineense a partir de uma compreensão histórica de como se formou a nação guineense; também traz o quadro de referencial teórico-conceitual e a metodologia adotada neste trabalho. Apresenta-se, nesta seção, a orientação do estudo e as técnicas de coleta de dados empregadas neste trabalho. Dessa maneira, descreve a metodologia que orienta a abordagem dessa pesquisa e critérios de escolha das pesquisas realizadas; bibliográfica, etnográfica e documental.

O Segundo Capítulo direciona o olhar para população tradicional Bijagós e conhecimento tradicional. Esse capítulo trata também da discussão conceitual das populações tradicionais e do saber tradicional desse grupo étnico, bem como das tradições e práticas costumeiras de proteção da biodiversidade e manejo sustentável da mesma sem deixar de lado a modernidade ou o mundo global em que vivemos.

No Terceiro Capítulo, o debate versará sobre o saber tradicional, a ciência e a biodiversidade. Será debatida a relação entre a ciência e o saber tradicional, as especialidades desse modo de saber e uma definição de biopirataria, um novo jeito de colonização do Norte. Também será debatida como a ciência ocidental anda junto hoje com saberes tradicionais na conservação da biodiversidade.

Já no Quarto Capítulo, tratarão de biodiversidade x comunidades tradicionais. Neste, o debate enfoca a corrida pelo conhecimento tradicional e suas implicações na manutenção dos estilos de vida de comunidades tradicionais Bijagós. Ressalta-se também que, neste capítulo, o foco do estudo é sobre a apropriação de conhecimento tradicional relacionado aos recursos naturais

guineenses, ou seja, os recursos naturais não são os objetos em si, mas, sim, o saber tradicional relacionado a eles.

O Quinto Capítulo parte do desenvolvimento sustentável para debater a governança ambiental global. Especialmente, este capítulo debaterá a maneira como se dá a governança global ou a globalização governamental ambiental e de onde vem essa governança e onde as decisões são executadas, que impacto isso tem para uma população tradicional e para os países em desenvolvimento, como Guiné-Bissau. Também será debatida a implementação dos acordos internacionais de propriedade intelectual e seus reflexos na vida das populações tradicionais.

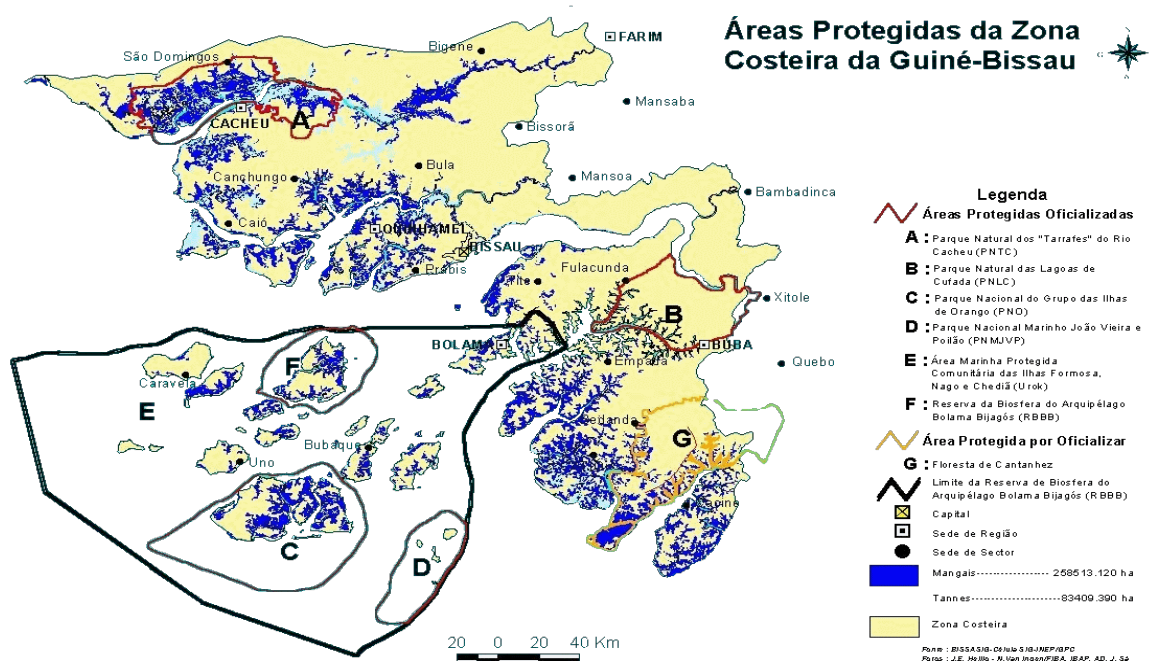
Com isso, já no Sexto Capítulo realizar-se-á análise de dados obtidos na pesquisa de campo. Discute-se como o Estado guineense, através das suas instituições responsáveis, como o IBAP, tem lidado com a problemática da conservação do saber das comunidades tradicionais. Assim, o trabalho finaliza com o Sexto Capítulo, que reúne as conclusões e resultados de toda a pesquisa, resumo do argumento da dissertação.

2. POPULAÇÃO TRADICIONAL BIJAGÓS E SABER TRADICIONAL

2.1 Arquipélago dos Bijagós - História e Origem

Vivemos atualmente numa época de transição na história da ciência e da humanidade; porém, surgem cada vez mais questionamentos acerca do papel que o ser humano exerce junto à natureza, coletividade, família, sociedade e a si próprio. Também surgem, cada vez mais com grande intensidade, questionamentos a respeito da conservação da nossa biodiversidade planetária. Nessa linha de pensamento e de responsabilidade do bem comum, este estudo, analisa a relação existente entre os saberes e as práticas da etnia Bijagós na conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. Para isso, faz-se necessário entender a história e a origem dessa etnia no arquipélago.

O Arquipélago dos Bijagós representa uma zona de importância estratégica para a Guiné-Bissau. É a principal zona de concentração de recursos haliêuticos e com maior potencial turístico do país. Também é considerado de grande importância em nível mundial devido ao seu patrimônio natural e cultural. Com o objetivo de conservar toda a excepcional riqueza ecológica e cultural do Arquipélago, em 1996, foi criada a Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós. Esse Arquipélago é composto de 88 ilhas e ilhotas. Situa-se na Costa Ocidental Africana, ao largo da Guiné-Bissau, no oceano Atlântico, entre os 10°36' e os 11°37' de latitude Norte e os 15°36' e os 16°29' de longitude Oeste e ocupa uma área de 10 200 Km² (BIAI, 2003). Conforme mapa em círculo abaixo:



Mapa: O Arquipélago Bolama Bijagós
 Fonte: IBAP

O arquipélago constitui a parte emergente de um vasto conjunto sedimentar com origem na desembocadura do Rio Cacheu, a Norte; e do Rio Grande de Buba a Sul. É considerado um delta "embrionário" por ser composto por ilhas e ilhéus que, na maré baixa, não ultrapassam os 270 000 ha, correspondendo esses apenas a 35% do cone déltico. Os limites laterais deste delta são o canal do Geba, a Norte; e o canal de Orango/Canhabaque, a Sul (IBAP, 2007).

Apenas vinte ilhas estão sistematicamente ocupadas por cerca de 30 mil habitantes: Bolama Bubaque, Canogo, Canhabaque, Caravela, Caraxe, Egoba, Formosa, Galinhas, Maio, Meneque, Orango, Orangozinho, Ponta, Rubane, Soga, Uno, Uracane, Unhocomo, Unhocomozinho. Outras 68 das ilhas e ilhotas têm habitantes temporários, algumas conhecidas como ilhas sagradas pelos Bijagós.

O grupo étnico mais representado são os Bijagós, embora existam hoje outros grupos étnicos nacionais, incluindo comunidades pescatórias de origem senegalesa, conakryeeses e gambianos. Os bancos de areia do Arquipélago dos Bijagós são muito extensos, refletindo a amplitude de maré de cerca de 4m. Os bancos de areia têm sedimentos mistos, aparecendo barreiras arenosas, na maré baixa, em vários dos canais que separam as ilhas. Após a independência, em 1974, o Arquipélago dos Bijagós foi dividido em três setores com funções administrativas: Bubaque, Caravela e Uno, pertencente à região de Bolama-Bijagós, com a capital na ilha do mesmo nome: Bolama.

No arquipélago dos Bijagós, existem dois Parques Nacionais. O Parque Nacional da Ilha de Orango Grande inclui o conjunto de ilhas localizadas mais a sul: a ilha de Canogo, de Imbone, de Meneque e do Orangozinho, que, no seu todo, ocupam cerca de 27.000ha. O limite do parque estende-se para o oceano por 10 km, estando incluídos no parque zonas de floresta, de savana costeira, de manguezais 17.400ha, de canais e de águas marinhas pouco profundas.

O Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão inclui quatro pequenas ilhas no setor sudeste do arquipélago e uma extensa área de 495km² de oceano. No nordeste do complexo de Orango, ficam as ilhas de Bubaque, Rubane, Soga, Canhabaque e Galinhas, a situar-se entre Rubane e Bolama. Bubaque é o centro comercial e logístico dos Bijagós. As ilhas mais a norte - Caravela, Carache, Formosa, Nago e Maio, podem considerar-se como extensões do Canal do Gêba. Entre este complexo e o grupo de Orango, distribuem-se numerosas ilhas e ilhotas, que incluem Enú, Uracane e Uno, a oeste das quais ficam as mais isoladas: Unhocomo e Unhocomozinho.

A área terrestre do arquipélago tem cerca de 90.000ha, enquanto que outros 100.000ha ficam descobertos durante a maré baixa, dos quais pelo menos 76.000ha se referem a bancos de areia e 35.000ha a manguezais. As ilhas têm, ainda, zonas de floresta, de savana e de planícies aluviais, assim como áreas agrícolas, temporárias ou permanentes.

2.1.1 Áreas protegidas – Conservação

O conceito da criação das áreas protegidas na Guiné- Bissau está baseado na filosofia das áreas de conservação de população para a população. Isso quer dizer, que as áreas de conservação guineenses estão fora dos conceitos e da filosofia dos parques do Norte; ou seja, as comunidades locais ou residentes que vivem nessas áreas, em hipótese alguma, podem ser retiradas dos seus territórios, já que dependem exclusivamente da exploração dos recursos naturais dessas áreas, a qual vem sendo conservado através dos saberes e práticas tradicionais dessas comunidades ao longo de várias gerações.

O Arquipélago de Bolama-Bijagós, em 1996, foi declarado como Reserva da Biosfera pela UNESCO (Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas) - A reserva inclui toda a área a oeste de Bolama e todas as ilhas dos Bijagós, e as vastas áreas entre marés e entre os setores de mar aberto. A Reserva engloba dois Parques Nacionais: o Parque Nacional das Ilhas de Orango, formado pelas ilhas de Canogo, Imbone, Meneque e Orangozinho, que foi instituído em 1997; e o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão, instituído em 2000.

As atividades nas áreas protegidas na Guiné-Bissau, no intuito de promover a defesa do meio ambiente, concentram-se na resolução de problemas imediatos da população local. Independentemente de sensibilizar as comunidades a preservar o ambiente e os seus recursos, as áreas protegidas têm capitalizado as práticas e o conceito tradicional da utilização sustentada dos recursos naturais, reconciliando as iniciativas de desenvolvimento com a valorização das potencialidades locais, humanas, econômicas e culturais.

A gestão dos parques Bijagós é liderada pela União Internacional para a conservação da Natureza (UICN) em parceria com entidades governamentais, não-governamentais e populações tradicionais locais. Para o Parque Nacional de Orango, existe um plano de gestão específico em que estão incluídas recomendações de ações e obrigações para uma gestão sustentável dos recursos naturais do Parque (CATRY, 2001).

Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas atividades relativas à Reserva da Biosfera, nomeadamente o zoneamento do arquipélago e a definição de áreas protegidas, documentação sobre a diversidade cultural, apoio a infra-estruturas das comunidades locais, educação e sensibilização pública, investigação, e integração da reserva nas iniciativas sub-regionais de planeamento (UICN, 1993). As iniciativas locais de desenvolvimento nas áreas protegidas assinalam, sobretudo, a melhoria das condições de vida das populações na base e, ao mesmo tempo, criam um ambiente próprio e condições favoráveis para a valorização da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

No Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão não existem populações e nem povoações permanentes, embora aconteçam durante os meses de janeiro a maio, algumas atividades agrícolas que são utilizadas nos rituais tradicionais e religiosos, como o fanado (circuncisão). Existem, nesse parque, seis sítios sagrados, os quais só podem ser visitados pelos iniciados (BOUJU et al. 2001), embora hoje exista um pequeno hotel ecológico sustentável a modo de construção local.

No tocante às ilhas habitadas, as principais atividades econômicas são agricultura e pesca. A atividade agrária é constituída, na sua maior parte, por mosaicos de culturas de arroz, de amendoim, feijão, inhame, mandioca, batata doce, entre outras plantações. A vegetação nativa é composta de florestas e savanas, ladeadas de manguezais e bancos de areia. A coleta de crustáceos e de bivalves durante a maré baixa assume também grande importância, sendo geralmente feita por mulheres e jovens.

Atualmente, várias ações foram implementadas nos últimos anos, nas áreas protegidas, em benefício das comunidades residentes, nomeadamente: introdução da apicultura, valorização do palmar com a introdução de prensas para a produção de óleo de palma, valorização e conservação do pescado, introdução de fornos e fogões melhorados, apóia a valorização do artesanato local, horticultura, criação de escolas de verificação ambiental, rádios comunitárias e o principal e, a mais importante de todas: a alfabetização de adultos, dentre outras.

2.1.2 História do povoamento do Arquipélago

O primeiro registro escrito referente ao povo e as ilhas Bijagós se refere à segunda metade do século XV. Conforme Lima (1947), os primeiros contatos travados entre os habitantes Bijagós e os exploradores europeus foram com Álvaro Fernandes, em 1446: “Chegara às imediações do Cabo Roxo, e afigurou-se estranho que se tivesse levado tanto tempo a dar o pequeno salto do Cabo para arquipélago” (LIMA 1947, p. 6). Conforme o autor, isso não conduz a nenhum fato, pois somente avistou-se e não se teve nenhum contato com os mesmos.

De acordo com o autor, o primeiro contato físico travado mesmo entre Bijagós e europeus foi feito pelo comerciante veneziano, Luís de Cadamosto, em 1456, numa expedição de três caravelas, seguindo a margem norte do Rio Grande, atual canal Gêba.

Daí avistaram, para sul, novas terras, de aspecto verdejante. Atravessando o que julgaram primeiro ser um golfo, afigurou-se-lhes então estarem num imenso estuário, salpicado, a sul, por um arquipélago cujas ilhas, cobertas de vegetação, se iam definindo sucessivamente. Já juntos delas, aproximaram-se da pequena frota duas almadias de notáveis dimensões, uma delas quase tamanha como as nossas caravelas, mas não tão alterosa. Nesta vinha trinta homens e na outra dezesseis, todos eles espantados por verem navios tão extravagantes e homens diferentes da sua. Tentou-se a fala, mas os intérpretes que de Portugal vinham a bordo não se conseguiram entender com tais gentes. Mais adiante, fazendo-se já na volta do mar para regressar à Europa, a frota passou por várias ilhas, sendo sempre em vão as tentativas de estabelecer relações orais (LIMA 1947, p. 5).

De acordo com mesmo autor, o relato do comerciante veneziano constitui a mais antiga e importante referência escrita feita ao povo e às Ilhas. Até aqui, nenhuma crônica, escrita ou cartas anônimas, como era costume na época, referia-se ao nome desse povo e nem contato com eles. Somente por volta do ano de 1460, Cadamosto menciona outro contato, ao descrever a viagem de Pedro de Cintra.

O mesmo autor refere que [...] “Pedro de Cintra desembarcou numa das ilhas do arquipélago e meteu-se pela terra dentro”. Mas, outra vez, não foi possível estabelecer conversa, por incompreensão mútua. Mais dois fatos novos foram registrados sobre habitação e ídolos (deuses): “As suas habitações eram ‘choupanas de palha pobríssimas’; nalgumas delas encontraram ‘estátuas de ídolos de madeira’ e deduziram que eles eram “idólatras, e adoravam aquelas estátuas” (LIMA 1947, p. 7).

Ainda, segundo o relato mesmo autor, após alguns anos sem qualquer relato de novos contatos com os Bijagós, somente por volta de 1471, no cartográfico de Gracioso Benincasa, aparece o nome Usamansa, fortemente estranho, pois o sufixo mansa é de língua mandinga e significa rei. Como esse nome podia aparecer no arquipélago? Talvez por engano do cartógrafo, ou outro motivo que foi explicado, já que nessa mesma carta aparece o nome Buamo. Mais tarde aparecem outros nomes, como Ynonchi; Unúku, provavelmente vindo do nome de Uno ou Unhocomo.

Em 1471, são encontrados outros nomes portugueses aplicados ao arquipélago: “Ilha de Formosa, ilhas de Buan e ilhas de Bigao” (LIMA 1947, p.10). Esses mesmos nomes ilhas aparecem também por volta de 1500, na outra carta portuguesa anônima que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris. Somente por volta de 1507 aparecem dois nomes, Ilha Roxa e Ilha das Galinhas, que persistiram até hoje, copiado no “Livro de Rotas” por Valentim Fernandes, mas sem falar do povo dessas Ilhas. Os Bijagós até então continuavam na obscuridade.

Somente em 1597, no Tratado Breve dos Rios da Guiné, do capitão André Álvares de Almada, obteve-se, pela primeira vez, informações detalhadas acerca do arquipélago (Lima, 1947). No Tratado, a menção feita aos Bijagós refere ao povo como hostis e guerreiros, que vive em constante luta não só em relação ao outro povo, como Beafadas, Manjacos, Papéis, mas também entre si, umas ilhas contra as outras.

O autor cita alguns acontecimentos de conquista travados entre nativos Bijagós e invasores portugueses: “Assim sabemos que houve tentativa de conquista da Ilha Roxa, por parte de habitante de Santiago, dirigido por Gomes Balieiro, capitão-mor, e Gomes Pacheco, que resultou num desastre, morrendo a quase totalidade dos invasores” (LIMA, 1947, p. 11).

Para alguns autores, como Cadamosto (1457) Lima (1947), Almada (1594), entre outros, a tentativa de conquista ficou no espírito, por serem os últimos habitantes da Ilha Roxa (atual Canhabaque), em todo o arquipélago, os que mais tempo levaram a pacificar. Conforme para autor “os habitantes da Ilha Roxa ficaram tão bravios, com este acontecimento, que por muitos anos não quiseram ter comércio conosco, matando implacavelmente os tripulantes dos navios que davam à costa” (LIMA, 1947, p. 12).

O mesmo avança com a suposição de que essas ilhas, outrora chamadas ilhas de Boão ou ilhas do Infante, poderiam ter estado ligadas ao continente numa época remota. Mais tarde a confirmação veio pela investigação científica dos nossos dias, que provam que as ilhas se constituíram por um fenômeno de transgressão, isolando-se do continente. Isso também tem relação com as lendas que até hoje circulam na sociedade Bijagós acerca da representação do elefante, cavalo, girafa e tantos outros animais encontrados nas pinturas das casas desses povos ou nos rituais religiosos e fúnebres. Para o autor, o isolamento desse povo em relação aos outros da costa da Guiné constituiria a principal causa das definições entre a língua falada no arquipélago, e a língua falada no continente pelos Brames e Beafadas.

2.1.3 Origem do povo Bijagós

Ao longo dos séculos, vários navegadores, comerciantes, anônimos, conquistadores das novas terras e exploradores e também diferentes autores formularam várias hipóteses, registradas cronologicamente, como veremos a seguir, acerca da origem do povo Bijagós. Mas, até aqui, o assunto continua em aberto.

No século XV, são encontrados os primeiros escritos detalhados referentes ao povo e ilhas Bijagós e também às expedições de três caravelas, onde seguia o já referido veneziano à margem norte do Rio Grande. No século XVI, não se tem nenhuma informação sobre povo Bijagós. Somente no século XVII voltamos a ter notícia, através do Frei André de Foro (1664), que escreveu a “Relação” da 2ª Missão dos Capuchos da Província da Piedade. Esse autor escreveu vários trabalhos acerca de outros povos guineenses. Sua ligação com os Bijagós se deu através de um acidente marítimo (naufrágio), quando ele volta de uma missão (Rio dos Cárceres). Devido ao mau tempo, o navio onde se encontrava afundou na ilha de Maio.

Lima diz que, conforme Faro, “o ilhéu era deserto normalmente, mas que periodicamente os Bijagos vinham a ele colher os frutos da terra (vinho, azeite de palma)” (LIMA 1947, p. 19), o que não é diferente nos dias atuais. O ilhéu continua desabitado e é considerado sagrado pelos Bijagós, (provavelmente, a colheita era feita na época seca e não chuvosa, pois tais atividades citadas acima não acontecem na época chuvosa).

Faro cita outra característica dos Bijagós: “valente em suas guerras” e passaram a segui-los na Ilha Roxa (Canhabaque), “que é a maior nação dos Byagos, a qual é habitada por muitas gentes”. Isso dá a entender que o Frei André de Foro não ficou na ilha de Maio, mas sim foi levado para Ilha Roxa, que é habitada até hoje. Também continua sendo usado do mesmo jeito nos dias atuais como fez menção o Frei na época e é patrimônio sagrado de quatro tabancas de Canhabaque, e considerado por IBAP como parque nacional.

Em 1688, no De La Croix Nouvelle relation de l’Afrique (abrir uma nota) faz-se outro relato acerca dos Bijagós: “fort cruels, coupat La tête des gens qu’ils ont tués, les écorchant, faisant sécher la peau avec la chavelure et en parant la devant de leurs cases. Tout étranger qui ne demeure pas sur ses gardes est certain d’être par eux ”. Francisco de Azevedo Colho citado por Lima, comerciante autor de um manuscrito “Descrição da Costa de Guiné”, cita uma opinião acerca da origem dos Bijagós nos seguintes termos:

Estas costas dos negros dizem os antigos que foram povoadores do Reino dos Beafares, as quais foram conquistados pelos ditos Beafares, gentes do sertão dentro, e que vendo-se apertados fugiram em canoas que também chamam almeadias, e vieram povoar estas ilhas, em as quais os vinham forças de fraqueza e se começaram de se defender de medo que vencidos se fizeram vencedores, e não contente com o serem nas suas ilhas os vieram buscar nas canoas à terra firme, donde tiveram depois de tantas vitórias, e amararam tantos que diziam eram os Beafares suas galinhas, e com isso se fizeram tão grandes soldados que cometeram outras nações principalmente de papéis de que amararam muitos, e entraram até o Rio de Cacheu e o de Geba” (LIMA 1947, p. 20)

Em 1699, Francisco de Azevedo Colho, também tenta encontrar resposta para a origem dos Bijagós. Este mercador e viajante, que viveu durante vários anos (25 anos) no arquipélago, informou que os Bijagós teriam originalmente ocupado o continente, até que os Beafadas os expulsaram e forçara-nos a procurar refúgio nas ilhas. Essa seria a razão pela qual os dois povos estariam constantemente em guerra, tendo os Bijagós, na altura, tomado vantagem sobre os seus antecessores conquistadores. Isso nos deixa a entender que a ilha Roxa foi a primeira a ser povoada.

No século XVIII, conforme documentos da época, diferentes navegadores europeus tentaram apoderar-se das ilhas dos Bijagós. O navegador inglês Philip Captain Beaver explica a tentativa de invadir a ilha de Bolama em 1792. Beaver escreveu um volumoso livro “African Memoranda” acerca da sua falhada tentativa de estabelecer território na parte nordeste da ilha de Bolama, com cerca de duas centenas de pessoas. Conforme Beaver (1805), o navegador inglês tentou negociar a posse da ilha com o Governador Britânico, chefe Jalorem e com Bellchore da ilha Roxa (Canhabaque). A essa altura, a ilha era disputada entre o rei da ilha Roxa e os Biafadas da Guinala. Depois de 17 meses de domínio, é forçado a deixar a ilha devido ao alto índice de

mortalidade entre seus companheiros, provocado pelos contínuos combates com os “Bijuga de Canabac”.

Na primeira metade do século XIX, a mais importante informação que conhecemos acerca de povo Bijagós são os relatos de Honório Barreto no que diz respeito à sua viagem ao arquipélago. Segundo registro que diz respeito da opinião sobre os Bijagós, à época, havia o seguinte provérbio que corria na Senegâmba (atual Gâmbia): “Inimigos de toda gente e amigos de ninguém” (LIMA 1947, p.24). Conforme Lima, se as tribos continentais fronteiras assim pensavam, era com razão.

Outro registro importante da época acerca dos Bijagós vem do general português Henrique Dias de Carvalho, publicado pela Agência Geral da Colônia Antonio de Almeida (1944). Carvalho descreve a sua visita à ilha de Orango: “Uma visita a Orango, onde foi recebido pelo rei. Curioso a cerimônia da imolação de um galo, para apurar a amizade do visitante.” (LIMA 1947, p.25). Outra observação de Carvalho trazida por Lima diz respeito a ligações matrimoniais:

Não é o homem que as promove, e sim a mulher; homem que tal fizesse era motivo para ser desprezado. Também fim de ser considerado como homem para marido, é necessário que seja circuncidado e tenha 30 anos de idade; idade em que são admitidos nos serviços das lavoras, da navegação e da guerra. Antes da circuncisão, são considerados criaturas (crianças), não trabalham e são sustentados pelos pais. A circuncisão consiste, apenas, em pinturas e tatuagens na barriga (LIMA 1947, p.26).

Registra o autor que se supunha serem os Bijagós descendentes de escravos que habitavam na Guinala e, revoltados contra o sistema, teriam se refugiado no arquipélago. Para Lima (1947), Carvalho descreveu com bastante precisão as características do matrimônio Bijagós e nunca mais se volta a fazer descrição tão exata a respeito das ligações matrimoniais, embora tenha sido de forma muito simples e esquemática.

No Século XIX, após tentativa incerta de Beaver, outros conterrâneos dele tentaram a façanha de colonizar a ilha de Bolama. Os navegadores ingleses, entre eles o famoso capitão Owen, visitaram o arquipélago (Owen, 1833). Entre 1826-1846, vários oficiais da armada britânica fizeram uma inspeção

cuidadosa do arquipélago, com intuito de começarem a fixar-se (Stallibrass, 1899), o que, mais tarde, resultou numa grande disputa entre esses dois seculares aliados (Portugal x Reino Unido), quase se tornando uma guerra, cuja resolução muito se deveu a Antônio José de Ávila, o qual, recorrendo à intervenção do presidente norte-americano, Ulysses S. Grant, que intercedeu a favor de Portugal, conseguiu assegurar para a Coroa Portuguesa a posse do arquipélago.

Conforme (Baguet, 1887), nem através das descrições dos franceses nem dos ingleses, que conseguiram descobrir a origem dos Bijagós, mais sim com os autores portugueses que conseguimos encontrar mais informação sobre os Bijagós, o que era de esperar, pois arquipélago fazia parte do território colonial português. Outro autor que deu grande contribuição é o padre guineense Marcelino Marques de Barros, autor de varias obras, uma delas intitulado – Guiné Portuguesa - breve notícia sobre alguns dos seus usos, costumes, língua e origens dos seus povos.

Conforme Barros (1882), os Sinjás ou Bijagós, como chamavam na época, eram escravos fugitivos de guerra étnicas, provenientes de diversas regiões da África e refugiados no arquipélago. Perseguidos correram até as ilhas mais longínquas de Orango e Caraxe, onde encontram finalmente coragem para combater os seus opressores, e durante séculos foram respeitados pela suas culturas influenciadas por vida guerreira, com fé profunda na transmigração da alma.

No Século XX, o olhar dos escritores modernos sobre o povo do arquipélago mostra outras tendências, o interesse pelas suas características e índole mitológica. É bom observar aqui que aquilo que os primeiros autores atribuíram aos Bijagós como crueldade e barbárie não aparecem, mas, sim, há semelhanças mitológicas com outros povos remotos da Etiópia, do Egito e da Fenícia. Falando do povo Bijagós, segundo essa tendência comparativa, seria bem mais fácil explicar a sua origem, a estrutura social e traços invulgares do seu comportamento.

Pereira (1914) coloca que, entre os Bijagós, eram as mulheres quem escolhiam seus próprios maridos, e continua sendo assim, o que se confirma ainda nos dias atuais. Também nalgumas ilhas os régulos podiam ser de sexo feminino, o que então sucedia na ilha de Orango. Landerset Simões (1935), nos seus estudos (Babel Negro) junta uma boa dose sobre o conhecimento da etnia Bijagós, ao falar da vida familiar: “Sua vida familiar, com características de matriarcado , embora sua vida social fosse, por fulcro, um regime patriarcal” (LIMA 1947, p. 26).

Conforme Lima (1947), a misteriosa origem da etnia Bijagós tornou-se motivo de especulação, estabelecendo paralelismo com costumes e arte de Gregos e Egípcios. Entretanto, para os que tiveram contato direto ou trataram diretamente com eles, os Bijagós aparentam ser povo original, pacíficos, independentes e inventivos, cuja crueldade para os navegantes, comerciantes e exploradores europeus era a maneira encontrada de se defender de invasões estrangeiras e que os aspectos da estrutura sócio-cultural, diferente dos outros Negrícios do litoral ou da costa da Guiné, eram mais bem entendidos pela sua capacidade de adaptação ao meio ambiente do arquipélago.

Os Bijagós, posteriormente, aprenderam como tirar vantagem dos diferentes acontecimentos ocorridos historicamente na África Ocidental, primeiro com os impérios africanos, e, depois, com o comércio de escravos e com as atividades coloniais.

Nos últimos tempos, muitos escritos recentes sobre o povo Bijagós de autores portugueses e austríacos tentaram descrever alguns aspectos da vida e da sociodiversidade desse povo, tais como: Hugo Adolf Bernatzk (1959), Carvalho Viegas (1937), José Mendes Moreira (1946) e Augusto Santos Lima (1947), que trouxeram novas informações, principalmente da tradição oral e sobre seus origens.

O viajante Hugo Adolf Bernatzk, que esteve nos arquipélagos em 1928, observou que os habitantes de várias ilhas eram um único povo que tinha imigrado do continente para o arquipélago por razões, segundo ele,

desconhecido (Bernatizk, 1959). Para Vegas, os Bijagós são descendentes dos Tendas da região de Conhaqui, da vizinha Guiné-Conakri. Para esse autor, primeiro os Bijagós teriam fugido para Cacine por causa das ameaças e oposição dos Fulas e, posteriormente, dos Biafadas. Com isso, refugiaram-se no arquipélago.

Para José Mendes Moreira (1946), os Bijagós são originários da Guiné-Bissau como outros grupos étnicos (Balantas, Felupes, Manjacos e os Papéis). Já Augusto J. Santos Lima (1947), Administrador português do arquipélago, sugere duas soluções para origem dos Bijagós: primeiro, seriam um povo não muito diferente dos outros grupos do atlântico-ocidental da Guiné-Bissau; segundo, convivendo com eles, era possível ver sociedades diferentes somente de uma ilha para outra.

Lima (1947) coloca essas duas observações, mais próximas da teoria de Vegas, pois, segundo ele, o povo Bijagós era dividido em quatro troncos de origens diferentes: i) Ilha de Canhabaque, com domínio nas Ilhas das Galinhas, Bissássema e João Vieira, originário de Canhagui, na Guiné-Conakri com afinidades religiosas com Nalús. ii) Ilhas de Bubaque, Soga e Galinhas, como originários de Quínara. iii) Ilhas de Orango Grande, Orangozinho, Canogo, Meneques, Uno, Uracane, Eguba, Formosa, Unhocomo e Unhocomozinho, originário de Bandim (um dos bairros da atual capital Bissau). Conforme Lima, diz a tradição ter sido uma família Papel do nome Munca, oriunda de Bandim, quem primeiro povoou Orango Grande, vindos depois novos povoadores dos régulos de Intim, Safim e Antula; iv) Ilhas de Carache, Caravela, Ponta e Maio, originário de Biombo e Pecixe (Lima, 1947).

A teoria dos autores recentes, como Maclaud, reforça as indagações de Lima, que explica os movimentos do chamado grupo de povos atlântico-ocidental (Balantas, Baiotes, Bijagós, Landumas, Nalus, Papéis, Tendas e Koniaguis) em direção à costa da Guiné, pelas migrações para a parte ocidental da África do chamado grupo de povos sudaneses (Mandigas e Soninkés), durante o século XV e XVIII (Maclaud, 1906).

Quanto à tradição oral recente, o que é de extrema importância para a memória de povos tradicionais, conforme Mato apud Scantamborgo (1991), alguns grupos de povos, como Badjarancas, Biafadas, Bijagós e Conhaguis estariam fixados na costa da Guiné antes da chegada dos Mandigas, o que reforça os estudos feitos por Bernartzik (1959), de que os Bijagós pertencem aos mesmos povos com os mesmos ancestrais mitológicos. Isso nos leva a conclusão de que são mesmo originários do arquipélago.

A maioria dos habitantes das diferentes ilhas Bijagós Gabonga (*home grandi*), acredita que é descendente de um espírito chamado Orebok (Ser Superior), que teve quatro filhos: Omica, Orága, Ogubané e Orácuma, que são os quatro ancestrais mitológicos de quatro clãs matrilineares. Todos eles equivalem em importância; a nenhum foi dado privilégio por Orebok, a não ser o de se tornar dono do chão em que primeiro chegasse.

Isso é muito importante, porque somente os da linhagem do dono do chão podem assumir cargos dos Reis, Chefes, Sacerdotes, Sacerdotisas aqueles nascidos no lugar. Isso é elemento de relevo, porque regula as atividades e o agregado social, o que também reforça as afirmações dos autores, navegadores e escritores anteriores, de que os Bijagós são originários da costa ocidental da África. As primeiras ilhas que teriam sido ocupadas por eles, em ordem, cronológica, são: Canhabaque, Orando, Uno, Bubaque, Formosa e Caravela.

Conforme Costa (1962), a história oral sobre esse assunto também não nos leva a lugar nenhum por apresentar pouca precisão e tão pouco um esclarecimento convincente, pois os próprios Bijagós se dizem provenientes de alguns povos do continente, como Nalus, Fulupes, Papeis e Manjacos, ao mesmo tempo não têm nenhuma afinidade com esses grupos étnicos, o que torna ainda duvidosa a sua origem. No tocante à origem cultural, essa ainda continua sendo um mistério, pois as crônicas escritas da época de invasão européia referem-se somente a sua vida e aos modos de estar e a nada concreto sobre sua cultura.

De uma coisa temos a certeza: a de que os Bijagós ocuparam o arquipélago muito antes da chegada dos invasores europeus no século XV, altura em que tiveram os primeiros contatos com aqueles e que o povoamento das ilhas não se deu no mesmo lugar, como afirmam alguns autores, mas sim a ocupação das ilhas se deu de diferentes modos.

Na verdade, até hoje ninguém sabe ao certo a origem dos Bijagós. Muitas hipóteses foram levantadas sobre sua origem, mas até então nada há concreto sobre tal e nem sobre o período exato em que foi povoado o arquipélago. Atualmente, pouco mais de vinte ilhas das oitenta e oito são habitadas permanentemente, conforme as informações recolhidas no campo junto aos mais velhos (de acordo a tradição bijagós), entidades religiosas e também de fontes ligadas junto aos órgãos governamentais guineenses e organizações não governamentais – ONGs, que trabalham com os Bijagós.

Outras ilhas ainda continuam sendo usadas periodicamente para fins agrícolas, e também outras como João Vieira e Poilão e tantas outras continuam sendo destinadas à prática de cultos religiosos e iniciação (fanado). O ordenamento das normas tradicionais Bijagós de gestão tradicional das ilhas ou dos territórios é feito pelos Bijagós há milhões de anos, e continua sendo tabu e mistério para todos, mesmo para as autoridades governamentais guineenses, a não ocupação ou não permissão de vida humana de forma permanente em certas ilhas. Também, mesmo nas habitadas, conforme gestão tradicional Bijagós, há certos lugares nessa ilhas que são reservados, ou parte desses, para cultos religiosos e fanado. Nessas áreas, as restrições são maiores ainda, pois não é permitido ter relações sexuais, o que significa que todos os seres vivos que habitam esse espaço estão livres de ação humana.

Nas outras ilhas, não pode haver derramamento de sangue e relações sexuais humanas e nem tão pouco matança dos animais. Em certas ilhas, são vetadas as pessoas que ainda não foram ao fanado (iniciadas). Outras ilhas, como Rubane, hoje ocupada por acampamentos turísticos não Bijagós ainda não podem ter um cemitério e nem tão pouco a construção permanente de moradias. Isso justifica a conservação do arquipélago, que, ao longo de

milhões de anos, vem sendo gerenciado pelos Bijagós segundo uso e costumes tradicionais locais. No Capítulo que segue explicaremos o significado do termo Bijagós ou Ojoco.

2.1.4 Afinal, quem são os Bijagós?

Antes de responder a essa pergunta, é de extrema importância tentar explicar a origem ou sentido da palavra Bijagós. O termo Ojoco é o nome original dessa etnia, que significa pessoa ou indivíduo, em oposição aos irracionais. Conforme o saber Bijagó, todas as pessoas que não comportam de forma racional, decente e conveniente não podem ser, e não são, por conseguinte, um Ojoco, e não pertencem ao grupo humano, mas sim ao reino animal.

O termo Bijagós é uma corruptela que se disseminou na Guiné-Bissau durante a invasão européia - “descoberta”. Mas o sentido do vocábulo Bijagós permanece dizendo respeito à sensatez, à hospitalidade, à solidariedade, à lealdade e à racionalidade. Tais características são importantes para os membros dessa etnia, pois não só permeiam diversos aspectos da vida Bijagós, como também orientam diversas práticas e relações interpessoais e socioculturais.

Neste estudo, o foco não é investigar a origem dos Bijagós ou da pronúncia desviante, mas sim a importância dos seus saberes e práticas na conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. No entanto, para melhor compreensão dos saberes e das práticas tradicionais dos Bijagós é de extrema importância o conhecimento dos três dimensões fundamentais para este estudo: as Gerações, as Categorias de Idade e a Religião aplicada. Conforme Lima (1947) é impossível dar um passo em frente sem encarar esses três elementos e sem lhes dar a importância que efetivamente têm, pois essas três categorias são essenciais na compreensão do saber e práticas tradicionais Bijagós e também na organização, gestão e conservação da biodiversidade.

Todo Bijagós se considera descendente de um dos quatro troncos ou como eles chamam “Gerações” seguintes: Orácuma, Orága Ominca e Ogubané. Uma

coisa muito importante nessas gerações é que todas elas se equivalem em importância, a nenhum foi dado qualquer privilégio por Deus-Nindo (Ser Supremo). Isso nos ajuda a entender por que os grupos étnicos guineenses como os balantas, os papéis, os manjacos, os mancanhas, os fulas, os mandingas, e os felupes denominam os Bijagós de unsongron, vocábulo esse a cujo campo semântico subjaz a idéia dos traços identitários do grupo: indivíduos de grande porte, ou seja, os robustos, os gigantes, os valentes (CAMPOS, 1970, p. 13-21).

Todo o grupo étnico vive na parte insular da Guiné-Bissau. Na sua maioria, realmente são indivíduos de grande porte, fazendo jus à designação dos outros povos guineenses e também jus à designação dada pelos “conquistadores”. São realmente muito escuros, em comparação com os outros grupos étnicos guineenses. É um povo muito zeloso de tradição cultural, sendo um dos grupos mais conservador da cultura tradicional do país. Por isso, foi declarado, em 1996, como Reserva da Biosfera.

Outra coisa interessante na sociedade Bijagós é que, apesar de ser uma sociedade em que há régulo, rainhas e sacerdotes, isso não o classifica como grupo vertical. É, portanto, pertencente ao eixo horizontal, bem diferente de outras etnias guineenses pertencentes ao eixo vertical, tais como os fulas, os mandingas, os papéis, os manjacos, os mancanhas, dentre outros. Lembramos que balantas e fulupes também são grupos étnicos guineenses que pertencem ao eixo horizontal.

2.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CONHECIMENTO TRADICIONAL - CONCEITO

Para melhor entendimento deste estudo, antes de definir o que é saber tradicional, conhecimento tradicional, populações tradicionais, sociedades tradicionais, culturas tradicionais, comunidades tradicionais, é de extrema importância lembrar que, historicamente, as ciências sociais vêm estudando as coletividades ou vêm estudando modos de classificar as coletividades humanas, seguindo as mais diversas descrições teóricas. No caso das

chamadas sociedades tradicionais guineenses (etnia Bijagós), não é diferente. Apesar do esforço de diversos autores, tanto nacionais quanto internacionais, existe certa dificuldade ainda em encontrar definições sobre a etnia Bijagós livres de ambiguidades teóricas.

Conforme, Kabengele Munanga (1986), no século XIX, aconteceram grandes sínteses intelectuais, confirmadas pelas obras de Karl Marx (Economia Política), de Darwin (Biologia) e de Arthur Gobineau (Teoria Racial) e duas correntes de pensamento influenciaram a atitude perante povos não-europeus: a evolucionista e a racista. A primeira explicava as diferentes culturas baseando-se no predomínio exercido pelo meio ambiente, já a segunda, pensava o destino dos homens determinando a raça à qual pertenciam. Isso explica por que as sociedades ditas tradicionais ou não-ocidentais sempre foram vistas pelos “teóricos” e “estudiosos” das coletividades como sendo povos inferiores em saberes em relação aos demais povos. O adjetivo “tradicional” atribuído a esses conhecimentos é dado, fundamentalmente, pelo sistema de transmissão oral, entre coletividades e gerações.

Para Campos (1970), entende a população tradicional como uma entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, pela ocupação do mesmo território, por uma mesma religião e, sobretudo, pela consciência coletiva de pertença a essa comunidade.

Para Lima (1947), os povos tradicionais Bijagós, têm uma ligação intensa com ilhas ancestrais; autoidentificação e identificação pelos outros como grupos culturais diferentes; língua própria, presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e também sistema de produção voltado para a subsistência.

Para Diegues (2001), no Brasil há certo consenso sobre o uso do termo “população tradicional” significando “etnia”, ou seja, povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia.

Desse modo, para esse autor, haveria uma distinção nítida, entre os povos tradicionais e os não tradicionais, fundamentada no reconhecimento de uma comunidade, principalmente no conceito da etnia, através da sua especificidade sócio-cultural, histórica e identitária face à sociedade envolvente. Por outro lado, ainda de acordo esse autor, o reconhecimento coexiste devido a um intenso debate a respeito do significado dos termos “populações nativas”, “tribais” e “tradicionais” (DIEGUES 2001, p.17).

Conforme Scantamburlo (1991), o termo arquipélago de Bolama - Bijagós “Ojoco” é usado em muitas das organizações, governamentais não-governamentais - ONGs e internacionais de cooperação e tantas outras. Existem diferentes percepções a respeito do significado do termo e para algumas dessas entidades, costuma ter um significado mais amplo que povo tradicional ou povo do arquipélago no sentido étnico e tribal, englobando também comunidades que vivem em áreas geográficas delimitadas insulares (nesse caso, as Ilhas Bijagós). Na academia, esse tipo de organização social tem sido objeto de diferentes pontos de vista.

Na visão marxiana, as culturas tradicionais estão associadas aos modos de produção pré-capitalistas que, de modo geral, seriam elementos das ditas sociedades igualitárias, escravagistas, despóticas e feudais. Para Marx, a noção da sociedade tradicional está associada à não existência do estado e da propriedade privada. Já com o capitalismo, o atelier industrial gera uma nova dinâmica de organização social que reflete uma subordinação dos ciclos naturais e da capacidade de trabalho à reprodução e acumulação do capital (KIPP, 1994).

Nesse sentido, pode-se constatar que a distinção essencial entre sociedade capitalista e sociedades tradicionais é que nessas últimas a capacidade de trabalho ainda não se transformou em mercadoria, apesar de que, em certos casos, já exista alguma dependência dessas sociedades em relação ao mercado capitalista.

A mercantilização da força de trabalho e a existência de propriedade privada e do Estado são uns, dentre outros elementos, que caracterizam a sociedade capitalista. Em outras abordagens teóricas, o estado das sociedades tradicionais é compreendido, seja como sociedades “camponesas”, tratadas como elemento formador de “sociedades parciais”, seja a partir da relação dessas sociedades com o meio que as envolve, distinguindo os chamados “povos dos ecossistemas” dos “povos da biosfera” (CAVALCANTI, 2003).

De acordo com mesmo autor, partindo do critério da relação com a natureza, distinguimos dois tipos de sociedades: os povos dos ecossistemas (econsystem people) seriam aqueles que se estabelecem em simbiose com os ecossistemas, e conseguem viver, por longo tempo, mediante o uso sustentado dos recursos naturais de um ecossistema ou de ecossistemas contíguos; já os povos da biosfera seriam as sociedades ligadas a uma economia global de alto consumo e de transformação da natureza, causadores de grandes impactos e desperdício de recursos naturais.

Nessa relação entre populações tradicionais e a natureza, um dos elementos importantes é a noção de reconhecimento da demarcação das suas “jurisdições”, o que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade dos recursos naturais ali existentes (SCANTAMBURLO, 1991).

Ressaltamos que essa classificação é simplificadora e que, na verdade, o que se verifica é uma continuação entre uma categoria e outra. De modo complementar, pode-se afirmar que o equilíbrio entre as populações humanas e o meio ambiente não é mantido por decisões conscientes, mas por um conjunto complexo de padrões de comportamento, fortemente marcados por valores éticos, religiosos e por pressões sociais.

Conforme Diegues (1999), as sociedades tradicionais desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não tendem diretamente ao

lucro, mas à reprodução social e cultural. Refletem também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia da associação dessas populações com a natureza e da dependência de seus ciclos.

Com isso, pode-se afirmar que as sociedades tradicionais caracterizam-se pela dependência e, frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais constrói um modo de vida; e pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, o que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais.

Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração a geração; pela noção de território, ou espaço, onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para centros urbanos e voltado para terra de seus antepassados; pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, implicando uma relação com o mercado (MARQUES 1955, p. 293-297).

Acrescente-se ainda como característica marcante dessas sociedades a reduzida acumulação de capital; a importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal, e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; a importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; a simplicidade e a relativa “criatividade” das tecnologias utilizadas, de impacto limitado sobre o meio ambiente.

Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo-se o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; o seu poder político é relativamente fraco; e a auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (MARQUES 1955).

Assim neste trabalho, parte-se da noção da sociedade tradicional Bijagós como: Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduziram e reproduzem até hoje seu modo de vida, de forma “isolada”, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relacionamento entre si e com a natureza. Esta noção se refere tanto a povos Bijagós quanto a outros segmentos das populações tradicionais guineenses que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (MARQUES, 1955)

Apesar de creditar uma razoável suficiência descritiva à definição acima, entende-se que a substituição da designação “sociedades” por “populações” seja particularmente esclarecedora, pois nos remete mais diretamente à imbricação dos aspectos ecológicos e territoriais característicos desses grupos sociais, além de escapar da imagem, um tanto abstrata e genérica, a que o uso do termo “sociedades” pode conduzir.

Além disso, o conhecimento e a preservação das línguas são de fundamental importância, pois possibilitam a apreensão do conhecimento tradicional dos povos tradicionais sobre, dentre outras coisas, sistemas nativos de classificação de espécies animais e vegetais; de reconhecimento de solos; de conhecimento da astronomia para plantio e coleta; de controle natural de pragas; de domesticação de animais e plantas; de uso de plantas medicinais e aromáticas, dentre outros.

Lima (1947) demonstra que, entre os povos do arquipélago, o conhecimento dos nomes de plantas na língua nativa está fortemente correlacionado com o conhecimento dos usos tradicionais delas. Sem informação dessas línguas, é impossível alcançar esse conhecimento; quando uma língua tradicional morre, o conjunto desse conhecimento desaparece.

Tendo isso posto, afirma-se que, para os propósitos deste estudo, ao nos referirmos aos agrupamentos tradicionais de origem Bijagós, usar-se-ão as denominações povos Bijagós, povos do Arquipélago, Ojoco ou povos nativos do litoral guineense.

Já em relação aos demais agrupamentos humanos tradicionais, pretendemos empregar a denominação populações tradicionais, culturas tradicionais, comunidades tradicionais. Para Diegues (1963), ambas as designações seguem a mesma caracterização do conceito de sociedades tradicionais. Nesse sentido, para melhor entendimento, é preciso reportar-se a conceitos capazes de ilustrar a natureza das relações sociais que os homens estabelecem entre si no processo de produção da sua vida material.

Na academia, há diversas denominações usadas: conhecimento local, conhecimento dos povos nativos, saber local, conhecimento tradicional africano, conhecimento ecológico tradicional, sistemas de manejo de recursos étnicos, sistemas de conhecimentos indígenas (caso brasileiro), dentre outros. Para os propósitos deste estudo, todos esses acrônimos têm, grosso modo, a mesma importância e significado. Porém, conforme Maria de Lurdes Sequeira (2006), afirma que a academia ainda tem por referência para construção do conhecimento a hegemonia Ocidental e o etnocentrismo. Para a Mudimbé citado por Sequeira, distingue dos tipos de etnocentrismo: um de filiação epistemológica outro de conexão ideológica.

De acordo com o PNUMA⁹, conhecimento tradicional pode ser definido como:

Um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto-manejo que governa o uso dos recursos (PNUMA, 2001, p.5).

Pensar em termos de futuro para os saberes tradicionais implica, necessariamente, entender o valor que esses saberes têm em termos presentes. Como é o traço mais marcante em qualquer cultura, a língua funciona como um elemento central da identidade de um povo, instrumento pelo qual o conhecimento tradicional desse povo é repassado de geração para geração, e também determinante do modo como é passado. Antropólogos que querem estudar uma cultura coletam o vocabulário específico de parentesco, cosmologia, natureza e outros aspectos da cultura, idealmente também se tornando falantes da língua.

⁹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Desse modo, podem-se perceber algumas das características intrínsecas do saber tradicional, tais como: ancestralidade, autenticidade e sua dinamicidade, ou seja, longe de qualquer idéia de imutabilidade que a palavra tradicional pode sugerir erroneamente, ela se transforma com o tempo em um processo contínuo de mudança, acumulação e uso (ALMEIDA, 1952).

Cabe aqui também o alerta de que o uso do termo tradição na definição dos Bijagós não busca restringir exclusivamente essa característica a comunidade estudada, já que, a rigor, todas as culturas e sociedades possuem “tradição”. Partindo disso, citam-se como exemplos de populações tradicionais guineenses as comunidades balantas, Manjacos, Biafadas, Mancanhas Nalus, e, no caso brasileiro, as comunidades indígenas.

Para compreender o saber tradicional e o estilo de vida dos Bijagós, é necessário, antes de tudo, compreender sua visão de mundo. Sendo assim, nota-se que o saber tradicional Bijagós, parte de uma visão de mundo holística, em que a natureza, as relações sociais e espirituais são vistas de modo interdependente e em consonância com Mendes (1946), que descreve a percepção holística dessas populações como segue: as tradições Bijagós, ensinam que tudo se distende de uma forma e fonte única, formando um arranjo sagrada de relações e inter-relações, de modo que tudo se acopla a tudo. O pulsar de uma estrela na noite é o mesmo do coração. Homens, árvores, serras, rios e mares é um corpo, com ações interdependentes. Esse conceito Bijagós, só pode ser compreendido através do coração, ou seja, da natureza interna de cada um de nós.

Os Bijagós, ao tratar o meio ambiente que os cercam com o mesmo respeito com que tratam seus próprios antepassados, com isso, o povo do arquipélago desenvolveram um sistema de saber mais integrado com o meio ambiente no qual o sagrado e o secular são inseparáveis. Desta forma, se pode afirmar que esses saberes e práticas de conservação do ambiente dependem não somente da relação entre o Bijagó e natureza, mas também da relação entre o mundo visível, invisível e espiritual.

Embora de inerentemente multidisciplinar e for um resultado de paciente observação empírica e convívio com o meio natural, os saberes tradicionais, em seu aspecto holístico, é uma fundamentação racional para a prática das populações tradicionais Bijagós assentadas em ambientes naturais, pois é capaz de gerar uma ética de preservação para todos que seguem seus princípios. Ao contrário de uma comunhão, proximidade ou união mística com a natureza, a idéia de convívio na natureza dos Bijagós povos tem pouco a ver com a imagem reusseauiana do “bom selvagem” ou homem natureza.

Segundo Pierotti (2000, p.31), a principal característica do saber ecológico tradicional é de que todas as coisas estão conectadas, o que não é simplesmente um clichê romantizado ou uma homilia, mas, ao contrário, é a percepção de que nenhum organismo pode existir sem a rede de outras formas de vida ao seu redor que torna sua existência possível. Porém, esse conceito segundo autor, aproxima-se muito da disciplina ocidental Ecologia das Populações, que enfatiza as relações entre diferentes espécies e indivíduos e descreve essas relações empregando a metáfora da rede.

No entanto, apesar da idéia de ciclo, ou círculo, da vida ser uma parte integrante das crenças espirituais dos Bijagós, esse não é um conceito místico baseado em grandes mistérios, mas no reconhecimento prático do fato de que todos os seres vivos estão literalmente conectados uns aos outros, e essa conexão, se confirma através da conservação da biodiversidade no arquipélago.

Em decorrência dessa visão de mundo, é importante salientar que o território dessas comunidades é muito mais que um simples espaço de reprodução econômica, mas também é espaço das relações sociais, das representações do imaginário mitológico e religioso que guiam o saber e o saber fazer dessas populações sobre o meio físico em que habitam, ou seja, o espaço físico pode ser considerado como parte integrante dessas populações (MARETTI, 2001).

Segundo Lopes (1983), faz-se necessário ressaltar que essa codificação do conhecimento tradicional pela religião não é incontestada pelas populações com o passar do tempo, afinal as crenças tradicionais tiveram e têm um longo período

para terem suas consequências testadas, avaliadas, compartilhadas e modificadas, conforme o caso, por sucessivas gerações.

Ao analisar saberes, prática e os estilos de vida de diversas populações do arquipélago. Scantamburlo (1991) chamou a simbiose de valores culturais e espirituais com o meio ambiente. A partir dessa interface é que se originariam as práticas sustentáveis dos Bijagós, condicionando os chamados “estilos de vida tradicionais”, que, remarcados pelo padrão dinâmico e sustentável de uso de recursos em seu território, poderiam ser expressas pelas populações tradicionais através dos seguintes valores: cooperação; laços familiares e comunicação entre gerações, incluindo os antepassados; preocupação com o bem-estar das gerações futuras; auto-suficiência em escala local e dependência dos recursos naturais disponíveis localmente; direitos às terras, territórios e recursos que tendem a ser coletivos, em vez de individuais e alienáveis; restrições na exploração de recursos e respeito à natureza, especialmente pelos lugares sagrados. Para Sales (1994), essa relação torna-se possível por causa da existência da forma coletiva de apropriação da natureza e não há a existência do estado e da propriedade privada.

Além desses valores, pode-se acrescentar às demais características do saber tradicional Bijagós, a questão da oralidade, da sua transmissão, já que a grande maioria das populações não possui uma tradição escrita de repasse desse saber. Assim, levando em conta os aspectos relativos à visão cosmológica de mundo preponderante entre as populações tradicionais e os valores que dirigem seus estilos de vida, podem-se listar, resumidamente, as seguintes características da dinâmica do conhecimento tradicional: mantido e produzido coletivamente; transmitido oralmente de geração para geração; dinâmico; e o acesso e uso do conhecimento tradicional dessas populações são geralmente governados por uma ampla variedade de leis usuais não-escritos e comumente aceitos (KI-ZERBO, 1982).

Após a apresentação das definições de populações tradicionais e conhecimento tradicional, base da discussão que anima este estudo, caberá à próxima seção a caracterização da sociobiodiversidade da Guiné-Bissau e de

sua importância. O mote usado para aprofundar o debate da dinâmica do conhecimento tradicional será o conceito das tradições Bijagós e a modernidade.

2.2.1 As tradições e Organização social Bijagós.

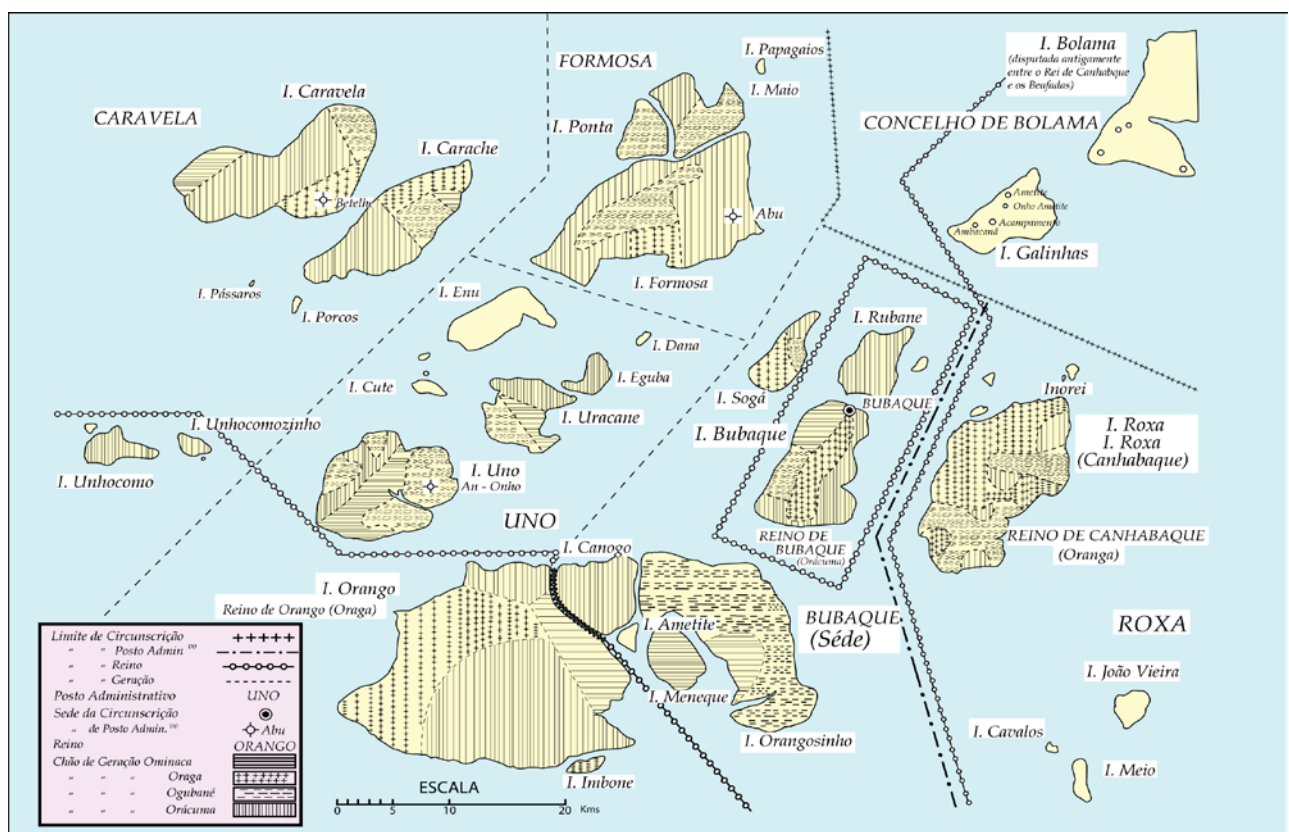
Tratar das tradições e organização social dos Bijagós ou da sociedade Bijagós, significa falar duma comunidade em que todos gozam das mesmas liberdades pessoais e individuais (criança, jovens, homens, mulheres e velhos), mas com uma particularidade especial: todos devem de um jeito ou de outro, sempre respeito absoluto pelos direitos e deveres coletivos, quer seja no nível familiar, coletivo e individual, classe de idade a que pertencem, quer no nível de toda a comunidade no geral, pois, segundo a tradição Bijagós, a educação de uma criança é dever de toda a comunidade e não somente dos pais.

Conforme Lima (1947), como já foi mencionado acima, não se pode dar passo nenhum em frente nos estudos sobre a etnia Bijagós sem encarar esses três elementos ou assuntos que são de fundamental importância, em nosso entender, para quem deseja estudar os Bijagós: as gerações, as categorias de idades e a religião aplicada. Desprezando-os, não há problema algum que se possa atacar com probabilidade de êxito. No levantamento feito em campo, constatamos essa afirmação, pois a gestão e a vida de um Bijagós giram em torno desses três assuntos.

A vida de toda a comunidade Bijagós é regida por algumas regras sociais e religiosas que vão ao encontro da determinação ou condições do grupo. Sendo assim, a coletividade está acima de todos e de tudo o que acontece na vida e no estilo de vida cotidiano de todos. Durkheim (1893) diz que todas as coletividades nas quais prevalece uma solidariedade mecanizada, uma solidariedade por semelhança, onde eles deferem um pouco uns dos outros ou uma comunidade em que os seus membros têm a mesma semelhança por experimentar ou experimentarem os mesmos sentimentos e aderirem aos mesmos valores e reconhecerem o mesmo segredo.

Esse jeito de organização ou de relacionamento entre os indivíduos e o seu coletivo que há milhões de anos adjudicou ao sistema de organização social Bijagós uma originalidade incontestável. Para Scatamburlo (1991), a organização social Bijagós assenta-se, em primeiro lugar, sobre a filiação clânica matrilinear, ou seja, cada Bijagós considera-se pela parte da mãe descendente de um dos quatro ancestrais míticos que estão na origem dos clãs atuais.

O mapa que é apresentado abaixo data de 1947 e mostra essencialmente a localização dos três reinos Bijagós (Orango, Canhabaque e Bubaque) e o “chão” dos quatro clãs: Ominca, Oraga, Ogubane e Orácuma, conforme mapa.



Mapa: Arquipélago de Djerçon

Fonte: Lima 1947

Ao comparar a etnia Bijagós com outros grupos étnicos africanos que têm a mesma semelhança tanto na Guiné-Bissau como em outras partes do planeta globalizado, percebemos que eles também não estão isento das metamorfoses culturais, sociais e políticas dos nossos tempos, pois encontramos novos valores e novas práticas tanto culturais ou sociais hoje introduzidas na

comunidade devido à convivência com outros povos. Um exemplo disso é a mercantilização de certos espaços coletivos para fins individuais. Também percebe-se o afastamento cada vez mais notável do estilo de vida no que concerne às vestimentas tradicionais e tantos outros, sendo que essa mudança de estilo de vida da comunidade Bijagoneenses é mais visível em ilhas consideradas turísticas do arquipélago. Tais mudanças ou mutações são mais vistas nas classes mais jovens (MATEUS 1952, p. 683-689).

Na fase da puberdade, segundo uso e costume dos Bijagós, os jovens vivem uma vida aparentemente independente. Postas de lado as suas “obrigações” morais e sociais em relação às classes que lhe são superiores, os jovens de ambos os sexos vivem uma vida livre. Tanto meninos com meninas, nessa fase, têm o mesmo direito e as mesmas obrigações sócio-culturais, salvo os rapazes, que têm alguns privilégios a mais em relação às meninas no que concerne somente ao alojamento, pois os rapazes podem morar sozinhos em habitações isoladas da família, mas não muito longe da casa dos pais. Em relação às meninas, continuam morando na casa dos pais, mas com total liberdade igual aos rapazes. Todos sempre devem obediência e obrigações sociais e morais às classes de idades superiores.

Quanto à responsabilidade sócio-cultural das duas classes da comunidade, os homens e mulheres, como em qualquer outra sociedade no que diz respeito ao quesito da responsabilidade, os Bijagós não fogem à regra. Os homens têm maior responsabilidade em relação às mulheres, por terem engajamentos familiares que devem honrar a comunidade, apesar de que, no caso dos Bijagós, a mulher tem peso significativo na família, e goza da liberdade de escolha do cônjuge.

Quanto à liberdade sexual da mulher, conforme Vieira (1955), sobretudo na fase juvenil, é relativa, na medida em que as normas que orientam a sua iniciação (fanado) obrigam-na a fazer confissão total dos seus atos. Passando dessa fase de fanado, a mulher Bijagós, ao se encontrar na situação de solteira, divorciada e viúva, pode casar-se e ter filhos com quem ela gostar ou achar melhor para ser pai dos seus filhos. Não é sujeita a pressões familiares

nem sócio-cultural, bem diferente dos outros grupos étnicos guineenses, o que nos leva a concluir que a etnia Bijagós é matriarcal. Todavia, a não existência de grandes pressões familiares e sócio-culturais não significa que a mulher pode fazer o que desmoraliza a comunidade, pois os atos imorais não são aceitos nem bem vistos aos olhos dos Bijagós.

A mulher, de um modo geral na etnia Bijagós, aparece em todas as posições de destaque, tendo grande responsabilidade econômica, política e social, principalmente do ponto de vista econômico, pois, na maioria das vezes, são elas que garantem uma boa parte do sustento da família. O mais importante na mulher Bijagós é que o seu papel não se limita às atividades domésticas ou ao tradicional, como a tarefa de educar os filhos ou de trabalhar para o sustento. A mulher Bijagós pratica e goza com peso igual e por vezes superior aos homens na vida social e política.

Quanto à vida política, ela participa das esferas de decisão de modo igual ao homem. No que concerne ao poder de *Oronho* (Rei) enquanto entidade máxima da vida social, política e econômica da etnia Bijagós, sempre é assente de igual compromisso com *Okinka* (sacerdotisa), que é representante do poder no seio das mulheres, chefe religioso supremo e guardiã do santuário dos espíritos dos antepassados denominado de *Orebok* (entidade), que, segundo o saber Bijagós, ditam certas regras de conduta social e até econômica e participam nas esferas das decisões com papel determinante. Nenhum *Oronho* pode governar sozinho ou, em outras palavras, sem a orientação de *Okinka*, pois ela é responsável pelos espíritos dos antepassados *Orebok*.

Para Moreira (1946), as mulheres integram todo o sistema do poder político, não só através da pessoa de *Okinka*, mas através de outras figuras representativas, dentre as quais, chefes das diferentes classes de idade, essa também com grande autonomia na sociedade. Outra coisa importante na organização social Bijagós é que nenhuma iniciação pode ser feita pelos homens sem primeiro ser feita pelas mulheres, o que não deixa de ser uma posição de destaque. É por causa disso e de outros fatores, principalmente da

filiação pela mãe, que faz muitos dos antropólogos, estudiosos, autores e tantos outros concluírem que existe na sociedade Bijagós o matriarcado.

A família é o núcleo social de base na sociedade Bijagós. É a primeira forma de organização dos membros da comunidade, independentemente de qualquer situação, antes ou depois de qualquer *Canhevoque*¹⁰. Por isso, a liberdade dos jovens é sempre acompanhada com certo cuidado, pois a verdadeira família é constituída depois do *Canhevoque*, levando em consideração que quem passa por esse ritual de iniciação pode assumir qualquer responsabilidade na sociedade por pertencer à classe de *Iacotó*¹¹. A família se constitui na base de um casamento contraído por livre escolha dos conjugues e, sobretudo, com nenhum pagamento de dotes, como acontece em outras comunidades tradicionais guineenses.

2.2.2 As categorias de idades

As categorias de idade é um dos elementos importantes na organização social dos Bijagós. Nesse sentido, o indivíduo Bijagós está nitidamente escalonado, sendo que a progressão etária com passagem por grupos é um momento fundamental na vida social do Bijagós. Essa etnia apresenta classe de idade típica nos dois gêneros, sendo que a classe masculina tende a ser mais marcante nesse sentido.

A estrutura da sociedade Bijagós masculina é comporta por cinco faixas etárias principais: Canhocam, dos 15 aos 21 anos; Cavaro, dos 22 aos 35; Camabin, dos 35 aos 45; Cabonga, dos 46 aos 50; Ocontong, dos 51 em diante. As faixas etárias da hierarquia social feminina recebem os mesmos nomes, exceto a que designa o primeiro estágio (Canhocam). Assim, o termo que corresponde à hierarquia feminina é Campuny, que se refere apenas à mulher virgem; todos eles recebem o mesmo nome quando se refere à criança: *Ombá*.

¹⁰ Refere-se ao ato de iniciação. O ritual que acontece durante o período de reclusão na floresta, depois de todo um processo em que os jovens provarem que estão aptos a serem indivíduos de pleno direito e, acima de tudo, conhecedores das normas de conduta e das leis que regem a sociedade.

¹¹ Refere-se ao conselho de anciãos, respectivamente de homens e mulheres.

A composição social é regida por outros critérios, tais como o da classificação de total obediência àquela que lhe é ou são superiores. Tal obediência é devida dos mais simples pedidos de favores até os mais complexos. As diferentes faixas etárias têm vestimentas características, obrigações sociais na cadeia de produção de bens de caráter comunitário e no cumprimento dos ritos - o egresso do fanado.

Na sociedade Bijagós, duas outras categorias sociais são importantes: os Ouquinca e Oxemmi, que são o sacerdote e o vidente, respectivamente. A função eminentemente sacerdotal é atribuída à pessoa que tenha cumprido um ritual denominado de fanado (iniciação). Contudo, a iniciação por si só não confere a função de Ouquinca - ela é apenas um pré-requisito, uma condição *sine qua non*¹² para isso. Há outros requisitos a serem cumpridos, dentre os quais o da linhagem à qual pertence o sacerdote.

Assim, na organização social Bijagós não há uma pessoa a quem a comunidade local deva tributos, sejam eles sob a forma de dias de trabalho ou produtos de qualquer natureza. Mas, por outro lado, a composição social é regida por outros critérios, tais como o da classificação de indivíduos de acordo com as faixas etárias às quais pertencem.

À medida que cada indivíduo passa de um grupo etário para outro, vão diminuindo as obrigações e, em contra partida, aumentam os privilégios, o que leva a entender que aumenta a sua categoria social por ficar cada vez mais próximo dos círculos de poder. Essa representação ou vantagens sociais garantidas é um atributo para aqueles que já terminaram as suas obrigações, ganham reconhecimento pelos conhecimentos adquiridos ao longo da sua vida. Entre os Bijagós, *Manrass*¹³ há três fases distintas, sendo as duas primeiras como pré-fanado, e a última o *Manrass* propriamente dito, como os votos

¹² **Sine qua non**, ou condição *sine qua non*, originou-se do termo legal em latim para “sem o qual não pode ser”. Refere-se a uma ação, condição ou ingrediente indispensável e essencial.

¹³ O termo tem muitos significados: Iniciação; Floresta onde ocorre iniciação; grupo de idade ou colegagem. Mas, nesse caso, refere-se à iniciação.

verdadeiros. Conforme as épocas da sua vida, que se denominam por nomes especiais, como já vimos, o Bijagós vai sendo industriado nos deveres que tem de cumprir na sociedade e depois adquirindo direitos que vão sendo mais vastos à medida que a idade avança.

Na primeira fase, sendo primeiro noviciado, aparecem rapazes mais novos. Essa fase é chamada de *Cadene*; a segunda, de *Canhocam*. Nessas duas fases, são reunidos sempre juntos da própria tabanca e ali recebem ensinamentos e conselhos dos mais velhos, que lhes dizem, nessa cerimônia, quais deveres têm a cumprir para com as pessoas de idade superior a sua: obediência aos parentes, respeito pela sua religião, pelos seus Chefes e Grandes e toda a comunidade; deveres que têm com as crianças; desprezo por todas as faltas que constituem crimes na sociedade Bijagós. Essa primeira fase é chamada de Etube.

A segunda fase do noviciado consiste, fundamentalmente, em averiguar se os preceitos do primeiro foram seguidos e cumpridos. Caso contrário, todos recebem punição mesmo aqueles que os cumpriram. Essa fase é conhecida ou chamada de *Etikapumà*. É dela que saem os *Cabaros*. É o melhor período da vida do Bijagós. Nessa fase, ele não é obrigado a fazer nada. Enquanto durar essa época, tudo lhe é permitido, mas as coisas que constituem crimes na sociedade Bijagós não são permitidas em hipótese nenhuma.

Depois dessas fases, chega-se à conclusão de que realmente são cumpridas as recomendações e o indivíduo já tem maturidade para a terceira fase, marcada pelo *Manrass* (fanado), em que se fazem os votos. Depois do *Manrass*, os Bijagós deixam de ser *Cabaros* e entram no período de *Camabi*, que faz deles uma espécie à parte, pois passam por um período muito triste, quando são afastados de tudo, principalmente, obrigados aos trabalhos mais duros da comunidade. Esse período dura dez anos ou mais, sendo que hoje segundo os Kabongas, esse rigor já anda meio esquecido em algumas ilhas do arquipélago.

Depois de outro *Manrass*, finalmente adquirem o direito à categoria de Okuto-kabongá (homens e mulheres grandes), categoria que lhes confere o direito sobre outros e privilégios de serem consultados sobre qualquer assunto quando as circunstâncias o exigirem na direção dos negócios gerais.

As meninas, quando chegam à puberdade, também têm o seu *Manrass* obrigatório. A cerimônia é conduzida pela uma Okinka (sacerdote) e outras mulheres Grandes. Somente um homem pode ter acesso Oronho (rei), e, se quiser, pode levar lá o Oamcandjam-ó (sacerdote homem). É rigorosamente proibido aos homens a aproximação do local em que a cerimônia se realiza, que sempre é bem distante da tabanca. Nesse caso, não podemos avançar em nada, pois o segredo é de tal, que não julgo haja alguém qualificado para afirmar alguma revelação, mesmo em parte.

Conforme Fernando Leonardo M. Cardoso, *“As classes de idade constituem não só a forma de organização na qual cada membro goza dos mesmos direitos e se encontram sujeito as mesmas obrigações, mas também um fator de diferenciação e de desigualdade social e política (CARDOSO, 2008, p. 21)”*.

Na realidade, as principais mudanças na organização dos Bijagós começam a ocorrer desde o primeiro contato com o fanado (iniciação) e se intensifica na fase de *Kassukai*, pois nessa fase já não são mais simples iniciados, mas também se tornam iniciadores, o que também representa a porta de entrada na plenitude dos direitos e da vivência social e religiosa da comunidade, pois ganham direitos políticos. Além disso, ganham um grande status por serem detentores de sabedoria e conhecimento (no ocidente seria um PHD ou mais).

No tocante a linhagens ou *Djorçons*¹⁴, todos os Bijagós se consideram descendentes de um dos quatro Djorçons, aos quais nos referimos no início deste Capítulo (Ominka, Ogubane, Oraga e Orakuma), sendo cada um com seus poderes, deveres e direitos conforme a tradição. Também conforme a tradição, nenhum é superior aos restantes. Em todos eles existem Oronho (Rei) ou Chefes, sacerdotes e Grandes.

¹⁴ Grupo de indivíduos que pertençam à mesma linhagem.

A única distinção que existe é a seguinte: uma Ilha ou parte dessa Ilha pertence a tal Djorçon por ser o primeiro a habitá-la. Para saber se tal indivíduo, masculino ou feminino, pertence a tal Djorçon, ver-se-á qual é a mãe e, assim, essa será a sua. Portanto, esse critério serve somente para saber a Djorçon (dono do Chão) e não para declarar quem deve ser *Oronho* (rei). Para ser *Oronho*, o indivíduo tem que ser de sexo masculino dela proveniente. A posição social é verdadeiramente dada a Djorçons representada por um homem, vedada a uma mulher, salvo o que aconteceu na ilha de Orango Grande com a Rainha Pampa, carinhosamente chamada de Okinka Pampa, que segundo a história, desempenhou as duas funções.

Conforme a tradição Bijagós, Ogubane é dado por *Nindo* (criador do universo), todo o poder especial sobre os animais, tanto eles selvagens e domésticos e sobre o mar; enquanto que aos Ominkas é dado o poder das chuvas; a Oraga, o poder sobre o céu; e a Orakuma é dado o poder sobre a terra. Por essa e outras razões, a conservação da biodiversidade é levada a sério, pois cada um desses Djorçons zela pelo que lhe foi dado para cuidar, caso contrário, ter-se-á a punição de *Nindo*.

2.2.3 Organização política

Embora o poder político dos Bijagós não tenha sido muito abalado pelo colono português do ponto de vista da sua organização, devido a sua resistência a dominação colonial, e nem tão pouco depois da independência em 1974, o sistema do poder dos Bijagós não deixou de ser objeto de aproveitamento de alguns políticos, embora numa escala de menor intensidade, em relação a outros grupos étnicos guineenses (FERNANDES, 1989). Depois de 1936, com a pacificação política, o sistema colonial criou a figura de chefes de tabanca para melhor contato com os nativos. Com a independência, o PAIGC (Partido Africano da Independência Guiné e Cabo-Verde), aparece com nova roupagem: Comitê de Tabanca, lembrando que o regime era de Partido-Estado.

A organização política dos Bijagós é um assunto complexo, dados os muitos elementos que compõem o seu sistema, como propriedade do solo, espaço, o tempo, idade, linhagem, o sexo e os rituais de iniciação e tantos outros.

Conforme Cardoso (2008),

O poder é analisado numa perspectiva de funcionalidade. Ele é analisado enquanto um sistema, ou seja, enquanto um conjunto de órgãos dinâmicos, que interferem na regulamentação e na definição das normas de conduta social e econômica, assim como o relacionamento com outras comunidades (CARDOSO 2008, p. 29).

O sistema político dos Bijagós é composto dos seguintes órgãos: *Uam-Moto*, *Oronho*, *Okinka*, *lakonton*, *Ogonne* e *Oum*. Essa estrutura sofre pequenas variações de uma ilha para outra. São esses órgãos que constituem o poder em todas as ilhas do Arquipélago, embora, muitas vezes, as designações possam variar e as competências de uma ilha para outra, mas sempre sem prejuízo dos mecanismos de funcionamento.

O poder é centralizado na figura de *Oronho* (rei), sendo ele entidade máxima de supervisão, mas sempre acompanhado de *Okinka* (sacerdotisa), de um conselho de *lakonton* (Anciãos). Integram ainda esse sistema de poder a figura de *Oum* (tocador de *Bombulom*¹⁵) e *Ogonne* (indagador de mote). Toda essa estrutura sempre é dirigida por um grupo de conselho de anciãos. As mulheres integram todo o sistema do poder político, não só através da figura de *Okinka*, mas também através de outras personagens das diferentes chefes de diferentes classes de idade. São esses órgãos ou figuras que constituem a organização do poder político dos Bijagós, sendo um sistema complexo, com muitos tabus e segredo que já mais será revelado.

¹⁵ Instrumento de forma oval, feito de uma madeira especial, oco no interior. É utilizado por Bijagós nos cultos tradicionais e também serve como meio de comunicação para todos os momentos de paz e de guerra, por ter sons que podem ser ouvidos a alguns quilômetros; é também um instrumento musical.

2.2.4 Competências essenciais dos órgãos de poder político-Bijagós

Os **Uami ia moton** são dos donos de chão, quer dizer os que pertencem a Djorçon, que primeiro habitou a ilha. No seio desse são escolhidas as figuras que constituem e representam o poder da comunidade e também desses sai Oronho. Não há nenhuma decisão que possa ser tomada em nível da comunidade sem que essa figura seja informada. Ela está sempre acima de todas as estruturas.

lakonton é Conselho de Anciãos, constituído por representação da comunidade e também por membros da linhagem. Esse órgão sempre é integrado por homens e mulheres representantes das outras estruturas do poder político. As mulheres, nesse conselho, têm uma função de destaque nas decisões.

Oronho é a figura máxima de supervisão da vida social, econômica, política e religiosa, mas sempre lado a lado com *Okinka* em representação das mulheres.

Compete ao Oronho:

- Distribuir as terras para a atividade agrícola;
- Guardar o espírito tabanca;
- Determinar a data de início do ano agrícola;
- Participar da justiça;
- Determinar as datas de realização dos fanados;
- Representar a comunidade perante as autoridades formais;
- Orientar os ritos fúnebres;
- Declarar o estado de emergência;
- Receber os donativos da comunidade, dentre outros.

Oum é a figura que tem uma função muito importante na organização política bijagó. Assiste Oronho em todos os atos públicos e demais atos religiosos e, no fanado, é porta-voz de toda a comunidade. Compete a ele também:

- Convocar o conselho de anciãos;
- Assegurar o papel fundamental de comunicação nas cerimônias de fanado dos homes e das mulheres.

Ogonne são indivíduos especialmente designadas por conselho de anciãos nas sessões sagradas para serem carregadores de *djongado*. São pessoas sempre temidas.

Em relação a todos esses órgãos de poder político e algumas formas de autoridade, cabe aqui dizer que existe um chefe maior, um representante considerado “dono do chão”, o rei na concepção ocidental. Ele não governa isolado da comunidade; quer dizer que todas as decisões são sempre tomadas no Conselho de Anciãos.

2.2.5 Relacionamento dos Bijagós com o Governo central

Pelo fato de o Arquipélago ou os Bijagós serem os últimos a ser ocupados por administração portuguesa, devido a sua resistência aos colonos por vários anos, desde 1446 até 1936, o sistema tradicional do poder Bijagó é quase “intacto”, pois, quando se instalou o sistema colonial português já havia um poder político instituído há várias décadas, por que não dizer, há milhões de anos pelos Bijagós. Com isso, os portugueses não tentaram aniquilar esse poder, mas, para melhor administrar, criou a figura de chefe de tabanca, em paralelo com o poder de *Oronho* e de *Uam-moto* (donos da terra). No nível da tabanca, os portugueses sempre mantiveram o conjunto de órgãos representativos do poder tradicional intacto nas suas atribuições e competências.

A administração de todo o sistema político colonial baseava-se sempre numa aliança com os poderes e as autoridades tradicionais Bijagós. Ao mesmo tempo, essa aliança legitimava a presença da administração colonial portuguesa nos territórios ocupados, um jeito encontrado pelos colonos portugueses, no caso guineense, para poder fincar a sua presença nas comunidades rurais e no arquipélago dos Bijagós.

Em relação aos Bijagós, a situação era outra. Foi pelo fato de os portugueses não terem confiado neles ou continuarem a não confiar nos seus chefes tradicionais, pois, segundo José Eduardo A. da Silva Marques (1955), os

Bijagós se opuseram, durante vários anos, à administração portuguesa. Os chefes tradicionais não aceitavam falar a língua dos colonos, obrigando-os a terem um intérprete. Obrigaram-nos a criar chefes de tabanca que, muitas vezes, não eram Bijagós, para melhor controle, mas sem tocar ou esvaziar o sistema tradicional local. Dessa forma, o sistema do poder local manteve-se intacto, apesar de a comunidade passar a ser governada também por outra nova figura chefe de tabanca. Pouco a pouco, a figura de Oronho quase não era vista. Era essa entidade que servia de elo entre os Bijagós e a autoridade administrativa. Isso diz respeito somente ao poder administrativo, pois o poder religioso continuou na mesma condição anterior. Assim, o poder não foi aniquilado nas ilhas, mas sofreu mutações.

Com a independência, em 1974, conforme Cardoso (2008), ao contrário do que aconteceu com outros grupos étnicos do território guineense, que tiveram quase todos os seus chefes tradicionais aniquilados, porque os revolucionários entenderam que foram traidores da pátria, por colaborarem com a força colonial na luta junto de libertação nacional, isso não aconteceu no Arquipélago. O regime do Partido PAIGC/Estado mantém no Arquipélago o poder tradicional vigente, mas também, para melhor administração, cria outra figura, o Comitê de Tabanca, ampliando, assim a administração que se vinha exercendo na chamada zona libertada.

Na verdade, se analisarmos esse processo ao fundo, não houve mudança nenhuma, pois, em termos de competência de funções, era a mesma coisa. Nessa mudança, uma coisa tornou-se importante e ressurgiu de novo com mais intensidade: a figura de **Oronho**. As autoridades administrativas locais, por não terem experiência, muitas vezes convidavam os representantes do poder local a opinar sobre alguns assuntos da vida da comunidade, mas, ao mesmo tempo esse reconhecimento era meramente político.

Essa condição muda com a instituição da estrutura democrática, marcada pela liberalização do sistema político no país. Em 1994, houve as primeiras eleições pluripartidárias. Com isso, são contestados o poder dos Comitês e esses passam a perder espaço, pois vão deixar de ser inteculutores ente esses

dois órgãos (Estado e poder local). Com esse espaço vazio cada vez mais, outra figura tradicional, o *Oronho*, reassume a função que é, por direito, a de porta-voz da comunidade junto às autoridades. Ao mesmo tempo, são convidadas a participar com papel de destaque nas decisões ao nível do Arquipélago, nesse caso, tanto nos níveis governamentais e não governamentais. Com essa nova figura nacional de conservação do meio ambiente e com a criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau – IBAP e a criação da Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama / Bijagó e dos parques da ilha de Orango e de João Viera / Pilão, a convivência aproxima o poder local do Estado e cria um relacionamento propício para a conservação da biodiversidade no Arquipélago.

O IBAP foi criado para promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade, assim como para criação e gestão das áreas protegidas, além de favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais. Trata-se de uma instituição pública dotada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O IBAP concentra as suas atividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspectiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável.

Na sua planificação estratégica, o IBAP formulou a sua visão, que se sustenta na idéia de que a biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras. Essa visão permitiu precisar a missão do IBAP, que é gerir de forma participativa e eficaz as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional.

Essa longa contextualização sobre o Arquipélago e os Bijagós é conduzida com o intuito de se apresentarem as condições históricas necessárias sobre o Arquipélago, ou seja, a origem, organização social e política, dentre outros, para melhor entendimento desse povo e do quadro atual em que este estudo se insere. Já dentro do contexto contemporâneo dos conceitos sobre

populações tradicionais e conhecimento tradicional da gestão do saber e prática tradicional, em seguida, debateremos outro conceito que orienta este trabalho, que é as práticas costumeiras de proteção e uso do saber tradicional.

2.4 Práticas costumeiras de proteção ambiental e uso do saber tradicional

A etnia Bijagó produz e reproduz historicamente as suas práticas costumeiras, que se refletem no seu modo e estilo de vida de forma relativamente isolada do continente. Com base nessa cooperação social e relações próprias com a natureza, eles se diferenciam, sob o ponto de vista sociocultural e socioambiental, das outras etnias guineenses, desempenhando, assim, um papel fundamental na sustentabilidade ambiental de áreas hoje consideradas protegidas do arquipélago. Portanto, não se pode dissociar o homem bijagó da sua biodiversidade.

As áreas de conservação e de uso sustentável do arquipélago Bijagós visam a compatibilizar o uso dos seus recursos e a preservação da natureza, permitindo a presença de população tradicional nessas áreas preservadas, com a preocupação de proteger a população local, estabelecendo um paralelo entre o aspecto sociocultural e a questão ambiental.

O modelo criado para definição de áreas de conservação de uso sustentável nos dois Parques Nacionais do arquipélago tem como função conciliar o meio ambiente e as populações tradicionais locais, levando-os ao mercado por meio de suas atividades; ou seja, tenta-se conciliar o desenvolvimento econômico social com a preservação do meio ambiente. Com isso, a sua identidade sociocultural precisa ser valorizada e preservada, uma vez que dos seus saberes e práticas depende a conservação dos recursos naturais, de subsistência e a preservação da biodiversidade.

Com efeito, os Bijagós apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar

e coletiva, com tecnologias tradicionais de baixo impacto, derivadas de saberes e práticas de manejo patrimonial e, habitualmente, de base sustentável.

O modo de vida dos Bijagós, os costumes tradicionais e o caráter sagrado de alguns locais explicam o estado de conservação excepcional do meio ambiente e da biodiversidade existente no arquipélago. Pelo reconhecimento do valor deste patrimônio, o arquipélago foi classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera e pelo governo guineense como área de protegida. Os Bijagós ocupam o arquipélago há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra. Eles definem apenas o local de moradia com uma pequena terra ao redor da mesma, como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, e seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

Os Bijagós mantêm uma relação peculiar com a natureza, privilegiando a sustentabilidade, que garante a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, a reprodução do meio ambiente. Têm o seu modo de viver baseado em relações familiares, comunitárias, com uso em comum dos recursos naturais; organizam-se de forma cooperativa para poderem sobreviver. Hoje a globalização dos mercados encoraja a monetarização progressiva da economia dos Bijagós, que se orienta pouco a pouco para o plantio comercial, como o de caju, em detrimento das zonas de palmeiras e outras culturas.

Um exemplo dessa interação entre os Bijagós e a natureza pode ser visto no Parque Nacional de Orango, uma Área de Reserva e de Desenvolvimento Sustentável, que se define como uma área natural e abriga a população tradicional local, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais.

De acordo com uso e costumes desta etnia, as tarefas individuais e coletivas são definidas segundo as faixas etárias e o sexo, sendo que os adolescentes se beneficiam de uma grande liberdade, e, no início da idade adulta, dedicam o essencial de sua energia às necessidades da comunidade e da família; os

anciãos ocupam um lugar de destaque por serem detentores de saberes e práticas tradicionais adquiridas ao longo da sua vivência, o que lhes dá também direito e autoridade sobre todas as outras faixas etárias.

A relação entre o homem bijagó e o seu meio ambiente, entre os vivos e os mortos, manifesta-se pela existência de lugares sagrados (florestas, cabos, lagoas e ilhas), que mostram uma interdependência com que a natureza e a cultura se alimentam mutuamente. O modo de vida tradicional dos Bijagós é baseado numa economia de subsistência e o conjunto dos recursos naturais do território é aproveitado de forma diversificada.

A economia e a sobrevivência da etnia Bijagó dependem diretamente da exploração da biodiversidade e dos recursos naturais, tanto em nível macroeconômico como em nível local. Por exemplo, a prática de ***pam-pam***¹⁶, a forma tradicional de pesca e a exploração desses recursos constituem a base do desenvolvimento do arquipélago e também ocupa um lugar importante na vida cotidiana do bijagó.

A cerimônia para o Iran (espírito supremo) é uma prática religiosa tradicional de reverência aos antepassados e proteção contra todos os espíritos ruins é encontrada em todo o arquipélago. Há uma particularidade especial na Ilha *Poilão*, pois, nessa, somente os bijagós que passaram por *manrass* (*iniciação*), pertencentes às quatro tabancas (vilas) de Canhabaque, podem desembarcar. Além disso, devem respeitar regras restritas, tais como explorar somente os recursos que serão utilizados no próprio sítio, não derramar sangue humano nem animal, não ter relações sexuais e não sepultar mortos. Para desembarcar nessa ilha, é necessário pedir a autorização dos espíritos. Esse tabu, muito respeitado, permite que as tartarugas possam desovar dezenas de ovos sem enfrentar qualquer predação humana e também a preservação de uma megabiodiversidade.

Conforme Catry (2010), cerca de 7.000 fêmeas desovam uma centena de ovos por ano no arquipélago dos Bijagós, constituindo, assim, a maior colônia de

¹⁶ Pam pam é a prática de cultivo de arroz em terrenos não alagados.

tartarugas verdes do litoral atlântico africano. Em muitas dessas ilhas, alguns animais são considerados sagrados pela população, como, por exemplo, na ilha de Orango, onde se situa o Parque Nacional de Orango (PNO). Lá, os hipopótamos são sagrados e protegidos, com a particularidade de serem os únicos dessa espécie a habitarem as zonas marinhas e não os rios. Na ilha Formosa, os tubarões são considerados seres igualmente sagrados.

O arquipélago também é considerado Sítio do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (PCNM), um título de grande prestígio, que reconhece o valor universal de um lugar. Esse título constitui uma garantia de proteção internacional e permite, assim, que a sociedade dos Bijagós e o seu meio ambiente conservem o seu equilíbrio, ao tempo em que enfrentam os desafios do nosso século: a globalização e desenvolvimento.

É bom lembrar que a biodiversidade existente no arquipélago é fruto da atividade tradicional humana, nesse caso, da etnia Bijagós. Isso leva a questionar outros modelos que pretendem conservar a floresta intocada, mediante remoção de suas populações locais.

As florestas do arquipélago contribuem substancialmente na vida dos Bijagós, e também servem de fonte de inspiração; de alimentos; de combustível (energia lenhosa); de materiais de construção; de fibras para confecções de roupas tradicionais (saia bijagó) e outros utensílios, e como fonte de medicamentos para cura de todas as enfermidades.

Peixes e moluscos são as primeiras fontes de proteína animal dos bijagós. São de vital importância para a economia e a segurança alimentar do país, pois 40% do PIB guineense vêm do uso do arquipélago dos bijagós, vêm do mar, da pesca (IBAP, 2007). O arroz constitui a base da alimentação, ao passo que as palmeiras fornecem frutos, óleo e vinho, bem como uma vasta gama de produtos usados na alimentação, artesanato, habitação.

A dança e a música ocupam um lugar de grande importância nas cerimônias, nas festas, nos momentos fúnebres e nos rituais religiosos; em suma, na vida

quotidiana do bijagó. Os jovens *cabaros* (faixa etária dos homens entre 18 e 30 anos) expressam as forças da natureza terrestre (com o uso de uma máscara de touro) e marinha (máscara de tubarão), ao passo que as *campuni* (as jovens mulheres dos 18 a 30 anos) realizam uma dança mais suave, conhecida como *cundere*.

A sociedade Bijagós rege-se por uma grande quantidade de ritos de cerimônias tradicionais, relacionados, em grande parte, ao meio ambiente. No entanto, contemporaneamente, com a globalização e a socialização com outras culturas planetárias, a transformação das florestas em terrenos agrícolas já se faz sentir em grande escala em todo o território nacional e em pequena escala no arquipélago dos bijagós. Isso se constitui num exemplo de má prática sustentável e causa de degradação ambiental, dadas as novas práticas, tais como a plantação de caju, novas tabancas com conceitos ocidentais, a exploração turística de certos lugares considerados sagrados pelas empresas turísticas internacionais.

Tudo isso acontece devido ao fraco nível de desenvolvimento existente no arquipélago, o que leva a uma agricultura itinerante com queimadas, contribuindo, assim, para o declínio da cobertura florestal. O arquipélago dispõe de uma importante potencialidade turística, o que permite desenvolver um turismo especializado voltado para a valorização de um tesouro patrimonial ecológico e cultural. Essa modalidade de turismo especializado está ainda em caráter de experimental no PNO, onde se encontra um hotel na parte norte da ilha, com uma gerência das comunidades locais e um turismo que respeita a tradição e costume local e se baseia na valorização da cultura e conservação da biodiversidade.

Nesse cenário, também podemos encontrar alguns impactos negativos de conflitos no arquipélago. Foram observados, dentre outros, o conflito de interesses com as populações locais de certas ilhas, como restrições de circulação em certos sítios sagrados por parte dos bijagós; a ocupação de praias de postura das tartarugas pelos empreendimentos turísticos internacionais, a exemplo da Ilha de João Vieira (onde há um pequeno

complexo turístico de um francês), e a pesca de espécies vulneráveis (tubarão), em algumas ilhas, para fins comerciais entre nativos e pecadores da subregião.

Na procura de reduzir essas práticas nocivas e de conservação da biodiversidade no arquipélago, o IBAP, em parceria com UICN e outras organizações não governamentais nacionais e internacionais, optou por uma gestão integrada da Zona Costeira com uma valiosa assistência técnica e científica da UICN e população local, aproveitando, assim, os saberes e as práticas tradicionais de conservação e gestão dos recursos naturais, o que leva o país a um modelo único de conservação da biodiversidade na África nesse domínio. É bom salientar que essa instituição governamental (IBAP) foi criada para promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade da nação guineense, assim como para criação e gestão das áreas protegidas e favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais. Trata-se de concentrar as suas atividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspectiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável em todo o território nacional.

A Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) é uma alternativa viável e que favorece a valorização dos modelos tradicionais de conservação da biodiversidade, planificação e gestão dos recursos naturais, sendo que esse modelo comporta uma visão e conceito guineense de áreas protegidas, que é “*áreas protegidas de população para população*”.

3. SABER TRADICIONAL, CIÊNCIA E BIODIVERSIDADE

3.1 A Biodiversidade e as teorias conservacionistas: conceitos e definições

O debate que pretendemos fazer neste capítulo reside na análise da biodiversidade não simplesmente como um produto da natureza, mas, sim, como um produto da ação das culturas e sociedades humanas, em especial, das sociedades tradicionais. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação-SNUC é dividido em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. As áreas de proteção integral são áreas de uso indireto, ou seja, são áreas que não envolvem o consumo, coleta, dano ou a destruição dos recursos naturais (artigo 2º da lei nº9597 de 18 de Julho de 2000), não admitindo, portanto, a presença de moradores, nem mesmo sendo de populações tradicionais.

No caso da Guiné-Bissau, o sistema é inverso, por entender-se que a preservação dos saberes e práticas tradicionais e da cultura depende da manutenção desses povos em seu lugar de origem; e, quando esses povos são retirados de seu lugar, corre-se o risco de sua cultura se desaparecer devido à perda de contato com a natureza. Também os indivíduos ficam suscetíveis a enfrentar situações traumáticas e problemas da sociedade moderna.

O Governo guineense, por isso, entende que a Biodiversidade ou Diversidade Biológica, no entanto, não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural, mas é também uma construção cultural, social e socioecológico dos grupos etnia Bijagó, pois as espécies são objetos de saberes, de domesticação e uso e também fonte de inspiração para mitos e rituais Bijagós.

A biodiversidade é uma neologia derivada do termo *diversidade biológica*, que também pode ser definida em sua forma mais objetiva como sendo a variedade da vida existente no planeta ou a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, tanto ela terrestre quanto marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte (Convenção sobre a Diversidade Biológica, Artigo 2). Essa variabilidade aparece como produto da própria natureza, sem a intervenção humana.

Outra definição, mais desafiante, é a de "totalidade dos genes, espécies e ecossistemas de uma região". Essa definição unifica os três níveis tradicionais de diversidade entre seres vivos: genética, espécies e ecossistemas, sendo esse último considerado em nível mais alto de organização, incluindo todos os níveis de variação desde o genético. É foco deste estudo tentar entender como

os Bijagós, há milhões de anos, vêm mantendo, em seu cotidiano, a preservação da biodiversidade.

A biodiversidade pode ser definida como a variedade e a variabilidade existente entre organismos vivos e as complexidades ecológicas nas quais elas ocorrem. Também ela pode ser entendida como uma associação de vários componentes hierárquicos: ecossistema, comunidade, espécies, populações e genes em uma área definida. A biodiversidade varia com as diferentes regiões ecológicas, sendo maior nas regiões tropicais do que nos climas temperados.

Esse termo foi cunhado em 1985 por Walter G. Rosem durante a preparação de um congresso, cujo relatório final, publicado em 1988, popularizou esse vocabulário entre ecólogos e ambientalistas. Desde 1986, o termo e conceito têm adquirido largo uso entre biólogos, ambientalistas, líderes políticos e cidadãos informados no mundo todo. Esse uso coincidiu com o aumento da preocupação com a extinção, observado nas últimas décadas do Século XX.

Somente sete anos depois, em 1992, com o estabelecimento da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro do mesmo ano, a temática da biodiversidade foi efetivamente alçada à categoria dos grandes problemas a serem enfrentados globalmente no século XXI.

A CDB é um instrumento assinado e ratificado por grande parte das nações do planeta. Ela estabeleceu um novo regime global e um novo código de conduta internacional relativo à conservação dos recursos biológicos, genéticos e dos saberes tradicionais de maneira extremamente abrangente.

A CDB assegurou a soberania de cada país sobre os recursos encontrados em territórios sob seu território e trata a conservação da biodiversidade intrinsecamente associada ao uso sustentável de seus componentes, condicionando o acesso a recursos genéticos à transferência de tecnologias e incorporando a preocupação com os interesses e direitos das populações tradicionais. Por ser uma convenção-quadro, a CDB estabelece princípios e

regras gerais, mas não estipula prazos nem obrigações específicas. Para Alencar (1995:134), a Convenção da Diversidade Biológica,

“estabelece princípios, metas e compromissos globais, criando a moldura para as políticas de proteção da biodiversidade global (...) ficando a decisão, na maior parte dos casos, para ser tomada no interior dos Estados nacionais e mesmo no nível administrativo local” (ALINCAR 1995, p.134).

Isso quer dizer que, enquanto a convenção demarca claramente uma instância político-institucional importante para as relações entre os países signatários, cabe a cada membro estabelecer as regras que melhor assegurem a gestão desse patrimônio em seus territórios. Portanto, responder positivamente ao chamado da CDB através de uma boa gestão da biodiversidade, respeitados os princípios e diretrizes estabelecidas pela convenção, é um dever de cada nação signatária.

O respeito e a manutenção dos conhecimentos e práticas tradicionais são um dos objetos da Convenção, que, em seu preâmbulo, recomenda que os benefícios derivados do uso desse conhecimento sejam também distribuídos entre as comunidades que o detêm.

A comunidade tradicional Bijagós, ao longo desses últimos anos, vem aumentando o reconhecimento e o interesse em seus conhecimentos sobre a riqueza biológica do Arquipélago, bem como a possibilidade da utilização dos seus recursos genéticos baseada no conhecimento tradicional associado. Os conhecimentos tradicionais Bijagós são uma variada gama de práticas da comunidade.

A Convenção da Diversidade Biológica e os conservacionistas-preservacionistas enfatizam as áreas protegidas de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas, dentre outros) como localidades privilegiadas para o estudo e a conservação da biodiversidade. Como, na maioria dos casos, em muitas dessas áreas, por lei, não se admite habitação de moradores em seu interior, nem temporariamente, reforça-se o argumento ou a ideia de que a biodiversidade não só é um produto natural, como sua conservação

pressupõe a ausência e mesmo a transferência de populações tradicionais de seu interior. As áreas protegidas guineenses não seguem o mesmo modelo dominante, uma vez que esse modelo está em crise, e é criado no contexto ecológico e cultural norte-americano de meados do século passado.

A Guiné adotou outro modelo, que é aplicado nos países tropicais do sul, pois o modelo norte-americano tem outra visão da relação entre sociedade e natureza, como também os conceitos científicos de escolha das áreas protegidas, unidade de conservação, e modo de manejo e gestão não atendem às comunidades tradicionais guineenses, uma vez que não se aceita a convivência mútua, mas sim a retirada da população para outras áreas, partindo do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem, e não se levam em conta as distinções entre várias formas de sociedades (industrial, tradicional, urbana etc).

No caso particular da Guiné-Bissau, a escolha das áreas protegidas não segue as mesmas normas da convenção ou norte-americanas das áreas protegidas, pois a Guiné-Bissau adotou outro modelo, (modelo africano), no qual as populações tradicionais não são retiradas das suas áreas ancestrais, o que subentende que a relação entre o homem e natureza nas comunidades tradicionais não é degradadora nem tão pouco destruidora do mundo natural e selvagem. No caso guineense, a biodiversidade não é meramente um produto da natureza, mas um produto da ação das sociedades e culturas humanas, em especial da sociedade tradicional Bijagós.

No conceito norte-americano, denominado *wilderness*, “salvação da humanidade” das áreas protegidas (áreas de grande beleza cênica) as áreas sempre foram destinadas ao desfrute da população das grandes cidades norte-americanas e não da preservação da natureza, pois predominava uma visão estética da natureza, conforme a visão romântica e transcendentalista dos seus propositores Thoreau e John Muir. Os filósofos e artistas da época tiveram um importante papel na sua difusão (DIEGUES, 2001). A definição das áreas protegidas no início do século XX pelos cientistas, principalmente os cientistas

naturais, passou a ser indispensável na escolha, uma vez que se tratava de proteger o mundo natural contra a ação humana. Conforme Diegues,

“a teoria dos ecossistemas, apesar dos esforços de cientistas naturais como Odum, não escapou da tendência a considerar os homens como exteriores ao ecossistema, passando a se preocupar com áreas chamadas “naturais”, “prístinas” onde poderia se analisar as cadeias e energéticas, em seu clímax, antes da intervenção humana” (DIEGUES 2001, p. 5).

O cientista graduado em Ciências Florestais, Aldo Leopold, foi outra figura interessante, que desempenhou um papel importante nesse período. Ele tornou-se, mais tarde, administrador de parques nacionais e trouxe uma visão mais abrangente sobre a *história natural*. Conforme Leopold (1949), é correta toda decisão que trata sobre o uso da terra quando presa a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. Mas, para ele, não importava somente isso, mas também as pessoas. Pela primeira vez, alguém pensou nas pessoas e não somente no mundo natural. A partir desse conceito, o Estado guineense pensou as áreas de preservação, que são áreas preservadas de população para população.

Porém, já nos anos 60 e 80, surge a *ecologia profunda* e *biologia da conservação*. A *ecologia profunda* afirma que a natureza deve ser preservada independentemente da contribuição que possa trazer aos seres humanos, o que reforçava a expansão do modelo dominante de parques nacionais e de controle da população; juntou-se a essa corrente a visão da *biologia da conservação*, que associa a ciência à gestão e ao manejo das áreas naturais.

Esse último, apesar de ter uma visão preservacionista, trouxe novos conceitos vindos da biogeografia insular e também das pesquisas referentes às espécies para determinar áreas de tamanho ótimo no interior das áreas protegidas a fim de evitar a extinção dessas. Também visou à reintrodução de espécies reproduzidas em cativeiro no meio natural e a definição de corredores ecológicos desempenharam e continuam desempenhando um papel importante na *biologia da conservação*.

O mais importante nesse conceito é a preocupação com a biodiversidade, objetivo que nunca apareceu na proposta inicial dos parques nacionais, uma

vez que a diversidade biológica é anterior à criação dos parques nacionais. A implantação do modelo das áreas protegidas nos países do Sul e Norte também, e quase em todo o continente africano trouxe vários conflitos sociais e culturais sérios com as populações locais, principalmente nas comunidades tradicionais, por serem as principais vítimas desse modelo preservacionista.

Atualmente, a maior parte de cientistas, tanto eles naturais quanto sociais, estão se ajustando à nova ciência e práticas de conservação do século XXI: a chamada ecologia dos movimentos sociais ou ecologia cultural. A nova tendência de conservação é baseada na ecologia, na ética, na política e na cultura, acima de tudo no aproveitamento dos saberes e práticas costumeiras das comunidades tradicionais local.

Por que a ética? Na ética, por se entender que é desumano e injusto expulsar as pessoas ou comunidades que vivem há tantas gerações no mesmo território e, de um momento para outro, são postas fora desse lugar em nome de um conceito de conservação do Norte, que não respeita o estilo de vida dessas pessoas e nem tão pouco a sociodiversidade das mesmas. Sob o ponto de vista político, em especial na Guiné-Bissau, que é composto de um mosaico étnico. Hoje é tão nítido, que, sem o apoio dessas comunidades, não adianta tentar conservar, pois o desmatamento ou distribuição da natureza não vem dessas comunidades tradicionais, mas, sim, do sistema capitalista.

Além disso, no caso específico da Guiné-Bissau, a não escolha desse modelo preservacionista não se deve somente ao alto custo social e político, mas também à formação da sociodiversidade que o país apresenta. Portanto, seria um desastre nacional tirar essas comunidades das suas terras ancestrais.

Sob o ponto de vista cultural, os estudos sobre a biodiversidade na Guiné-Bissau (IBAP, 2007), mostram o manejo e a gestão das áreas naturais pelas comunidades tradicionais, em especial os Bijagós, que é objeto deste trabalho, em que a visão do mundo está profundamente ligada às práticas culturais, mitológicas e simbólicas, e não exclusivamente aos conceitos e práticas científicas. Ainda na visão moderna da ciência, alguns ecologistas sociais,

como Noorgard (1994), Larrère (1997) e outros, usam vários conceitos e metodologias relacionados à “natureza prístina” e entendimento da relação sociedade e natureza, tais como a noção de clímax¹⁷, de papel do fogo na regeneração de espécies, de perturbação natural, de equilíbrio ecossistêmico, ecologia da paisagem e co-evolução, dentre outras, essa última entendida como uma síntese interativa dos mecanismos de mudança social, natural e cultural.

Para Larrère (1997), a paisagem é uma estrutura especial resulta de interação entre atividades humanas e os processos naturais. Também pode ser considerada como mosaico de habitats, desde os menos tocados pela ação humana até aqueles que sofreram por conta de uma atividade humana intensa.

A ecologia da paisagem considera as áreas onde vivem as sociedades tradicionais e que são ainda diretamente dependentes dos usos dos recursos naturais, como uma estrutura importante para a manutenção dos processos ecológicos e da biodiversidade, (caso específico dos Bijagós), o que nos leva a entender a paisagem como sendo fruto de uma história comum e interligada à história humana e natural.

Tanto a noção de ecologia cultural, ecologia da paisagem e co-evolução mostra que as sociedades tradicionais Bijagós e a natureza sempre se transformam, deixando de existir, nesse sentido, o “bom selvagem” segundo conceito rousseauiano. Portanto, esse conceito não serve para basear uma política conservacionista, pois algumas dessas transformações no tocante às sociedades urbano-industriais são prejudiciais à conservação. Além disso, as comunidades tradicionais Bijagós também se transformam sob efeito de dinâmicas externas e internas, mas num ritmo bastante lento em relação a outras comunidades.

Alguns autores, como Diegues (1996); Guha (1997), Schwartzman (1999) e Indjai (2010), entre outros, fazem críticas aos modelos e práticas conservacionistas autoritárias e também ao papel de autotitulação de alguns

¹⁷ O grau máximo de desenvolvimento de qualquer fenômeno ou ponto culminante.

autores do Norte como guardiões da biodiversidade nos países tropicais ou do Sul sem antes conhecer a biodiversidade desses países do Sul, que é muito bem diferente do Norte. Ainda no tocante ao ponto de vista científico, conforme Diegues,

“os que baseiam na ecologia social têm proposto que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o *resultado das práticas*, muitas vezes, milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local (DIEGUES 2000, p.9).

Em muitos países (no caso da Guiné-Bissau) a ecologia cultural e social tem apoiado na etnociência em seus variados ramos, em que os saberes e práticas das populações tradicionais, são considerados peça fundamental e importante para a conservação das áreas protegidas e da biodiversidade. É bom lembrar também a importância da criação de etnociência da conservação nas décadas de 70 e 80 pela expansão e surgimento de vários movimentos sócio-ambientais nos países tropicais ou do Sul.

O estado da Guiné-Bissau adotou o modelo guineense de conservação, que é feito em parceria com comunidades locais para o manejo e a gestão da biodiversidade e de animais selvagens. Também é um movimento que reúne cientistas de diversos campos tanto das ciências sociais quanto naturais e de domínio das comunidades de várias organizações não-governamentais nacionais e internacionais, com o intuito de programar uma conservação das paisagens, a proteção da diversidade sociocultural e biológica guineense. Por isso, é considerado um modelo interdisciplinar e único, porque reúne os dois saberes, tradicionais e científicos, na conservação, o que tem dado certo até hoje. Os resultados já são vistos, por exemplo, no Parque Nacional de Orango, onde já se faz sentir o aumento a cada ano a população de hipopótamos (IBAP, 2007).

3.2 Saber tradicional, ciência e biodiversidade

Neste trabalho, saber tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer Bijagós à respeito da cosmovisão do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração. Para os Bijagós, há uma

interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Na concepção dos Bijagós, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória de separação rígida entre o natural e o social, mas, sim, uma linha contínua entre ambos. A exemplo disso, os Bijagós acreditam fielmente na continuação de vida ou na vida para além deste mundo. Com isso, há um respeito aos antepassados.

Conforme o Artigo 3º do Decreto 118/2002, entendem-se conhecimentos tradicionais assim: são considerados conhecimentos tradicionais todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais e restantes materiais autóctones espontâneos abrangidos pelo disposto no presente diploma (Artigo 3º do decreto 118/2002).

No entanto, todo o aparato legal de mecanismos de proteção e de repartição de benefícios não supera antigos preconceitos. Para Vandana Shiva, a distinção entre conhecimento científico e conhecimento tradicional sobre a qual trabalha a legislação se baseia em uma falsa perspectiva de que os sistemas de conhecimento tradicionais não operam com uma lógica científica (SHIVA 1997).

Assim, o IBAP (2007) recomenda que, para os povos tradicionais Bijagós, as florestas ou matas sagradas no arquipélago, não são apenas espaços reduzidos para a retirada dos meios de subsistência, mas se constituem como palco de uma sociabilidade sutil, no qual, dia após dia, dominam seres que se distinguem dos humanos pela diversidade das aparências e pela falta de linguagem. Para essa etnia, o que se considera natureza são alguns seres, cuja existência é tida como maquinal e genérica.

Mas, para os Bijagós, os humanos são humanos e não podem tornar-se animais e vice-versa. Ainda segundo Lima (1947), as cosmologias Bijagós fazem distinções ontológicas entre humanos, de um lado, e um grande número de animais e plantas de outro. É, portanto, essencial ter em conta que, na cosmologia Bijagó, a natureza e outros conceitos como ecossistema, tal como a ciência ocidental entende, não são domínios independentes, mas fazem parte de um conjunto de inter-relações.

De certa maneira, ainda que em graus e qualificações distintas, o que foi explicitado para as populações tradicionais Bijagós vale também para outras etnias guineenses, como os Mancanha, os Balantas, os Nalus e outros, para os quais a influência da cultura Bijagó é importante (LIMA, 1947).

O autor enfatiza a ideia de interligação entre essas espécies, ligadas um às outras por um vasto *continuum* governado pelo princípio de sociabilidade, em que a identidade dos humanos, vivos ou mortos, das plantas, dos animais e dos espíritos é completamente relacional, logo sujeita a mutações.

Lévi-Strauss (1997), em seu livro, *O pensamento selvagem*, destaca a importância do saber tradicional das populações tradicionais ao afirmar a existência da elaboração de técnicas, muitas vezes complexas, que permitem, por exemplo, transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos para consumo ou efeito medicinal.

Segundo o autor, existe, nesses grupos humanos, uma atitude científica, uma curiosidade assídua e alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma fração das observações e das experiências poderia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis (Lévi-Strauss, 1997, p.30). Ele afirma, portanto, que são dois modos diferentes de pensamento científico, não em função de estágios desiguais de desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico.

Outros autores, como Boaventura Santos (2004), Paul Cox e Michael Balick (1996) e William Balée (1993), comungam da mesma ideia ao afirmarem que o saber e práticas das populações tradicionais e o científico ocidental estão epistemologicamente próximos um do outro, uma vez que ambos se baseiam numa constatação empírica, enquanto o científico é comunicado por meio da escrita, o saber tradicional utiliza a oralidade. Com isso, o saber tradicional somente pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que ele é gerado. Ouvir e contar histórias são uma predileção humana universal, uma vez que as histórias de tradição oral que ouvimos quando crianças constituem, em grande parte, a nossa educação geral, principalmente para os povos Bijagós.

Assim, fica evidente que há diferenças marcantes entre as formas pelas quais as populações tradicionais Bijagós, produzem e reproduzem e expressam seu conhecimento sobre o mundo natural e aquelas que foram desenvolvidas pela ciência moderna. Essas visões se refletem, muitas vezes, no uso dos conceitos desenvolvidos e aceitos pela ciência moderna, como o de recursos naturais, biodiversidade e manejo. Desse modo, para a ciência moderna, a biodiversidade pode ser definida como a variabilidade entre seres vivos de todas as origens, levando-se em conta a inclusão de diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas (2º Art. da Convenção).

Conforme a ciência moderna, na sua concepção, a biodiversidade é uma característica do mundo conhecido ou denominado natural, produzida exclusivamente por esse e analisada segundo as categorias classificatórias propostas pela ciência ou outras disciplinas científicas, tais como a Biologia, a Genética, Botânica, dentre outras.

De acordo com Trigueiro (2005), as populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Nesse caso, é de extrema importância levar em consideração que as populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas também nomeiam e classificam as espécies vivas segundo

suas próprias categorias e nomes. Outra particularidade importante é que a natureza diversa não é vista pelas comunidades tradicionais Bijagós como selvagem em sua totalidade. Ela foi e é denominada e manipulada. Outra diferença marcante é que essa diversidade da vida não é vista como sendo “recurso natural”, mas como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, e esses valores são integrados numa complexa cosmologia do mundo. (IBAP, 2007).

Conforme Lopes (1983), o conceito de conhecimento científico ou Ciência é o conjunto organizado de conhecimentos sobre um determinado objeto, em especial obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio. O conhecimento científico é crítico, rigoroso, objetivo, nasce da dúvida e se consolida na certeza das leis demonstradas.

A cultura ocidental desconhece a legitimidade dos processos de geração do conhecimento que não sejam ocidentais. Há uma ideia de que o único sistema válido é aquele imposto pelo Ocidente. Esses sistemas ocidentais de propriedade intelectual valorizam somente um determinado tipo de conhecimento, o "formal", e em sua grande maioria são cegos ao saber tradicional das comunidades.

Conforme o exposto, anteriormente, fica evidente que existem diferenças marcantes entre as formas pelas quais as populações tradicionais produzem e expressam seus saberes sobre o mundo natural e aquelas diferenças desenvolvidas pela ciência moderna. De acordo com Trigueiro (2005), as populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nome para falar da riqueza da natureza ou etnobiodiversidade da qual também participa o homem, nomeando-a, classificando-a e domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada.

Com isso, conclui-se, então, que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural como do cultural, porém é através da cultura como saber que se permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente,

manuseá-la, retirar suas espécies e colocar outras, enriquecendo-a com frequência (IBAP, 2007).

A biodiversidade frequentemente definida pelos cientistas é fruto exclusivo da natureza. Não pertence a lugar nenhum senão a uma teórica teia de interações e funções, como pretende a teoria dos ecossistemas. O conhecimento da biodiversidade, no fundo, é domínio exclusivo da ciência, e aí reside um dos graves problemas do nosso mundo moderno, porque uma parcela importante das descobertas científicas é feita em laboratórios de empresas não nacionais, mas multinacionais. Para que conhecimento se produza sem interferência dos outros homens, o cientista necessita de uma área de proteção que não permite a presença humana, ou de um parque nacional. Isso inclui a presença daquelas populações tradicionais que colaboram para que aquele pedaço da sua terra ou território se mantenha preservado.

Para Diegues (2001),

“os parques nacionais acaba representado um hipotético mundo natural primitivo, intocado, mesmo que grande parte dele já tenha sido manipulado por populações tradicionais durante várias gerações, criando paisagens mistas de florestas já transformadas e outros que, raramente, sofreram intervenções por partes dessas mesmas populações tradicionais” (DIEGUES 2001, p.32).

A transformação de lugares em terra de ninguém ou “não-lugares” - consequência de uma política conservacionista equivocada, com a expulsão das populações que há milhares de anos vivem nesses lugares -, abriu sempre espaço para convênios entre entidades de pesquisa nacionais e internacionais e até pesquisas multinacionais, por que não “privatizados”, como manda a cartilha neoliberal. Sem dúvida, é por isso que as entidades conservacionistas internacionais e multinacionais investem e associam de forma tão íntima a conservação da biodiversidade e as áreas protegidas vazias de seus habitantes tradicionais e de sua cultura.

Por fim, outro aspecto que mostra a divergência dos enfoques sobre as estratégias de conservação da biodiversidade diz respeito aos critérios,

frequentes utilizados para definir *hot spots*¹⁸ para a conservação. Esses critérios são quase que totalmente de ordem biológica. Com os novos parâmetros de uma etnoconservação, pode-se pensar em critérios decorrentes das paisagens criadas pelas populações tradicionais, como já descritas.

Um dos critérios a ser incorporado é o da existência de áreas de alta biodiversidade, decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etnomanejo realizado pelas populações tradicionais africanas e não-africanas. No caso da Guiné-Bissau, as populações tradicionais, ao invés de serem expulsas de suas terras para a criação de um parque nacional ou áreas protegidas, passariam a ser valorizadas e recompensadas pelos saberes e manejo, os quais deram origem a um mosaico de paisagens, que incluem florestas pouco ou nada tocadas por Bijagós até aquelas já manejadas por eles. Nesse caso, há o exemplo do parque nacional de Orango Grande, que engloba Meneque e Imbone, esse último conhecido como coração do parque de Orango por se encontrar nessa área uma mega-biodiversidade de aves migratórias vindas de diferentes partes do mundo, principalmente da Europa.

Com esse novo conceito, sem dúvida, ter-se-iam mapas de áreas críticas para a diversidade, diferentes daqueles gerados em workshops financiados por instituições ambientalistas internacionais e multinacionais. A criação desses mapas é possível com a utilização de indicadores diferentes de biodiversidade que não são apenas de ordem biológica, mas provenientes de uma nova etnociência da conservação.

Essa nova alternativa, falando-se da Guiné-Bissau, é realizada por inventário da etnobiodiversidade realmente participativo, com plena cooperação das populações tradicionais, manejadoras da biodiversidade. O que os cientistas denominam de biodiversidade, demonstrada em longas listas de espécies de plantas ou animais, descontextualizadas do domínio cultural, é muito diferente da biodiversidade em grande parte construída e apropriada material e simbolicamente pelas populações tradicionais.

¹⁸ Hot spots. Pontos quentes (do Inglês *hotspot*), são locais em que ocorre o manto superior de temperatura mais alta do que outras regiões.

As populações tradicionais Bijagós não só têm o conhecimento aprofundado dos diversos *habitats* e solos em que ocorrem as espécies, como também os classificam com nomes distintos. Elas manipulam esses ambientes, sua flora e fauna, por meio de práticas agrícolas tradicionais, como a de rotação, que acaba resultando numa maior diversidade de espécies nesses *habitats* manipulados do que nas florestas consideradas nativas. O modo de vida, os costumes tradicionais e o caráter sagrado de alguns locais explicam o estado de conservação excepcional do meio ambiente. É por reconhecer o valor desse patrimônio que o arquipélago foi classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera.

Nesse sentido, o que se propõe, para a criação de uma nova ciência da conservação, é uma síntese entre o conhecimento tradicional e o científico. Para tanto, é preciso, antes de tudo, o reconhecimento da existência, nas sociedades tradicionais, de outras formas, igualitárias, racionais de se perceber a biodiversidade além daquelas oferecidas pela ciência moderna (SANTOS 2006).

O mesmo autor fala da ecologia dos saberes, que é um conceito que incorpora visões que vão além do conhecimento técnico-científico, que é outra fonte de saber, mostrando que a razão indolente acredita que só a ciência moderna se intitula como sendo pensamento rigoroso e todos os outros saberes são irracionais. Acontece que a biodiversidade nos mostra o quão importante é o saber dos Bijagós na conservação da biodiversidade.

Para Boaventura de Sousa Santos, não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos. Há hibridizações, mas essas, em vez de eliminarem as relações desiguais entre os poderes, contribuem muitas vezes para fincá-las. O autor acrescenta que a desigualdade das relações consiste na capacidade de uma forma de conhecimento converter numa outra em recurso ou matéria prima. As constelações de conhecimento no âmbito da biodiversidade seriam apenas a manifestação mais dramática de desigualdade social, cultural, política, local, regional, dentre outros.

Santos (2004, p.7) diz que *“o reconhecimento, mesmo viciado de outros conhecimentos rivais, é já uma manifestação da crise de confiança epistemológica”*, mostrando também que a ciência moderna foi muito mais eficaz em ampliar a capacidade da ação humana do que em ampliar a capacidade de controlar as consequências da ação humana. Por essa razão, as consequências da ação científica tendem a ser menos científica do que as ações que as causam. Neste século, o que há de novo é o reconhecimento, principalmente nas áreas da conservação da biodiversidade, de que há conhecimentos rivais alternativos à ciência moderna e de que, mesmo no interior dessa, há alternativas aos paradigmas dominantes.

Depois da apresentação do conceito de biodiversidade e as teorias conservacionistas conceitos e definições, que baseia na discussão que entusiasma este estudo, caberá, na próxima seção, a continuidade dessa temática caracterizando os saberes e práticas tradicionais da etnia Bijagós.

3.3 Saberes e Práticas Tradicionais da Etnia Bijagós na Ilha de Orango.

Neste trabalho, a ideia dos saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós na Ilha de Orango, tratada neste item, busca mostrar de que forma esses saberes e práticas são transmitidas e vivenciadas dia a dia. Para melhor entendimento, buscou-se em um contexto mais aberto, entender com e feita a gerencia compartilhada do Parque entre população local e organização governamental e não governamentais que trabalha no Parque Nacional de Orango (PNO), relacionando a gestão da mesma com o saber da comunidade local e sua importância na conservação da biodiversidade no arquipélago.

A Ilha de Orango Grande é uma área protegida comunitária, lembrando que as áreas protegidas comunitárias, tradicionais ou não, são áreas em que o poder de decisão é partilhado ente Estado guineense e outros autores, particularmente as comunidades locais, neste caso, os Bijagós, que dependem dessas áreas para assegurarem a sua qualidade de vida e estilo de vida, que é baseada na existência de fortes locos culturais.

Dessa forma, este estudo escolheu a Ilha de Orango para ilustrar os saberes e práticas tradicionais da Etnia Bijagós ou do arquipélago Bijagó, por reunir condições favoráveis para tais e também por ser a única Ilha no Arquipélago onde existe área de conservação permanente com comunidade local, lembrando que essa ilha é um dos Parques Nacionais de áreas protegidas, sendo que outro Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão, que também se encontra no arquipélago, não é habitado permanentemente, não somente por essas razões mencionadas acima, mas por ser também a maior Ilha e com grande variabilidade de espécies terrestres e marinha conforme (INDJAI, 2010), e historicamente sempre é habitado, o que confirma e responde as nossas inquietações neste trabalho, sobre saberes e praticas tradicionais da etnia Bijagós e as relações que esses saberes e práticas têm com a organização, gestão e conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau.

Sendo que, a gestão da mesma é baseada num sistema de governança pluralista que defende assumir formatos variados e também recorrer a diferentes mecanismos tradicionais na gestão das áreas protegidas e de conservação permanente no caso do PNO, e também, baseada no concito guineense de criação das áreas protegidas e de conservação da biodiversidade, que é; “áreas de proteção e conservação de população para população”.

No entanto, para que esse sistema de gestão se concretiza é necessário que ambas as partes envolvidas e interessadas na gestão se dialogam através de processo de negociação continua, que dá origem aos planos de co-gestao, acordos e iniciativas legais sempre em paralelos. Com isso, sempre deve existir mais estruturas envolvidas na gestão para melhor entendimento e comunicação entre as partes. Esse diálogo permanente é de fundamental importância para a implementação das ações nas áreas protegidas.

Todas as áreas de proteção e conservação comunitárias guineenses incluem ecossistemas naturais e transformados, que são ricos em biodiversidade, e que também prestam serviços ecológicos. Detêm valores dos mosaicos culturais e étnicos particulares e devem ser conservados de forma espontânea e

voluntária por ambas as partes, mas através da aplicação de regras comunitárias tradicionais ou outras consideradas eficazes.

Nesse sentido, as áreas protegidas comunitárias e de conservação são também patrimônio natural e cultural dos Bijagós. Por isso, a participação dos mesmos no processo de criação, gestão e na distribuição equitativa de custos e benefícios é de extrema importância para o bem estar de todos envolvidos.

A boa gestão praticada pelos bijagós, há milhões de anos, dos recursos naturais existe no arquipélago, é assegurada no estilo de vida dos mesmos, relacionados com seus modos de vida e o sistema tradicional de organização das suas tabancas (vilas). A ordenação das tabancas Bijagós é sempre baseada no conceito de agrupamento e em círculos. São sempre organizados em quarteirões, onde todas as casas se agrupam um perto das outras. Segundo o saber Bijagó, esse conceito demonstra que ninguém vive isolado no mundo, de uma forma a outra, todos os seres fazem parte do todo, o que materializa através das correntes que fazemos em círculos, onde cada um passa um pouco da sua energia para outra, e só assim existe vida na terra.

Dessa forma, o estado de conservação da biodiversidade encontrada no arquipélago nos leva a entender a filosofia bijagós. Esses modos de vida e de saberes são de extrema importância para a etnia Bijagós e deve ser levado em conta na elaboração e gestão das áreas protegidas. Outra consideração que deve sempre ser levada em conta é a demarcação dos seus territórios, aos nossos olhos. Às vezes parece igual, mas todos os povos tradicionais conhecem bem os territórios dos seus antepassados.

Isso é de grande valor para os bijagós, pois, apesar de falar a mesma língua, obedecer à mesma liderança, tanto social quanto religiosa, eles também dão grande importância aos seus antepassados. Por esse e outros motivos, nas cerimônias fúnebres, entregam ao defunto a encomenda para levar ao outro defunto falecido há muito tempo, por entenderem que, apesar de essa pessoa não estar fisicamente na família, à vida continua no outro mundo.

Essas práticas dos Bijagós concretizam-se na preservação de certos lugares como sagrados ou intocáveis para qualquer atividade agrícola, reservados somente para atos religiosos e de *Manrass* (iniciação). Esse último acontece nesses lugares sagrados, sempre num intervalo de 15 a 20 anos, e somente as pessoas iniciadas podem visitar esses lugares. Muitas das vezes é sagrado até para derramamento de sangue animal e humano.

Por serem áreas de conservação social e patrimônio da população local, que há muito tempo ou há vários séculos vem mantendo essas saberes e práticas de conservação da biodiversidade é uma política fiel na gestão da mesma. Sempre esteve relacionada a uma forte identidade comunitária e cultural, com estratégias próprias tradicionais de preservação e conservação dessas áreas, o que facilitou a qualidade e o estado invejável da mesma. Essa gestão é feita respeitando-se a hierarquia e as faixas etárias, na transmissão dos conhecimentos de uma geração a outra, através de procedimentos de oralidade, o que demanda saber, experiências e maturidade espiritual, socioambiental, e marinha e também da astronomia, já que as atividades agrícolas, de colheitas de frutos silvestres, de pesca e tantas outras atividades comunitárias dependem do tempo e época certa para serem feitas.

A administração e gestão das mesmas servem para tomadas de decisão, o que contribui para a conservação e preservação da biodiversidade no arquipélago nessas áreas considerados por bijagós sítios sagrados e muitas das vezes especiais. Por haver ligação com a ancestralidade de certos Djorçon, deve ser feita sempre em conjunto com comunidade local é os principais autores das áreas protegidas.

Por essa e outras razões, não existem moranças separadas entre os Bijagós. Essas moradias ficam sempre no meio da floresta ou perto de uma mata, o que confirma a relação de sustentabilidade e de preservação da biodiversidade existente no arquipélago. Além disso, a relação entre homem e natureza na etnia Bijagós e vice-versa é confirmada na variabilidade de espécies existentes no arquipélago ou da biodiversidade. O arquipélago bijagós apresenta um conjunto de diversidade de vida animal e vegetal bem conservada, de um

importante equilíbrio planetário. No nosso entender, a sua verdadeira importância consiste no aspecto da conservação de estilo e modo de vida dos bijagós.

A Ilha de Orando situa-se no Arquipélago dos Bijagós a cerca de 90 km a sudoeste de Bissau, sendo que a designação Orango pode ser usada de duas formas. Primeiro no sentido mais amplo do nome; se utiliza para designar o conjunto de cinco ilhas, juntinhas somente separadas por pequenos canais e rios, sendo, alguns de passagens atravessando andando á pé na maré baixa, outras somente de pérolas (canoas); que são: Orango-Grande, Orangozinho, Meneque, Canogo e Imbone, além de varias outras ilhotas inabitadas ou habitadas temporariamente para fins de rituais sagrados ou colheitas de frutas, sendo que, o mesmo nome é utilizado também para designar a maior Ilha do arquipélago, Orango Grande e para designar habitante/s da mesma (Orangona / Iarangona).

No entanto, neste trabalho utilizaremos Orango como unívoco de conjunto de ilhas, que constituem também o Parque Nacional de Orango (PNO), classificada como área de preservação natural e reconhecida pelo governo da Guiné-Bissau como área protegida em 2000, pelo Decreto-lei nº 11/2000. As cinco ilhas que fazem parte do PNO estão situadas no Oceano Atlântico e têm uma superfície total de 1.582,35 km² (maior que todo território da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe que é de 964 km²). Foi classificada como área protegida pela sua importância ecológica e um bom estado de conservação, sendo a zona do Arquipélago dos Bijagós com maior diversidade de fauna e flora, também, com uma presença de grandes mamíferos aquáticos, normalmente os hipopótamos. Esse tem outra particularidade especial, pois o único local no mundo onde esse mamífero (hipopótamo) habitat em água marinho. Também há uma gama de diversidade de outras espécies aquáticas como: os manatins, golfinhos, crocodilos, lagarto preto e uma grande diversidade de espécies de tartarugas marinhas. No meio terrestre, podem ainda ser encontradas no PNO outras espécies, como gazela pintada, macaco verde, uma vasta diversidade de pássaros, entre outros (INDJAI, 2010, p. 14-15).

O PNO é um sítio de grande importância regional e internacional em termos avifauna, pois é habitat para milhões de aves de espécies paleárticas e afro-tropicais, tais como o papagaio cinzento, o periquito massarongo, gaivota, entre outros, que conservam um longo espectro de ecossistema, que assegura diferentes serviços ecológicos, contribuindo, assim, para a sobrevivência econômica e cultural de milhões de pessoas do arquipélago e do país em geral. Dessa forma, o seu sistema de gestão baseia-se em conhecimentos ecológicos tradicionais e científicos, que influenciam a gestão sustentável e são geridas por instituições com conhecimentos profundos, como (IBAP e UCN e tantos outros parceiros), que conhecem a realidade local do arquipélago, que são geralmente eficazes no domínio da gestão adaptativa e capazes de reagir à mudança com flexibilidade.

A Ilha de Orango é constituída principalmente por florestas abertas, palmares de *Elaeis guineenses*, savanas arborizadas por uma grande superfície de mangais, que ocupa quase toda às amplas zonas costeiras sob influência dos mares (INDJAI, 2010).

A população dessa ilha de Orango é quase exclusivamente Bijagó, a etnia que habita o arquipélago desde que há memória ou há várias gerações. Conforme (INEP/INEC, 2007), um estudo feito exclusivamente nas áreas protegidas guineenses (um estudo Socioeconômico Ambiental das Áreas Protegidas), constatou que havia em Orango 3.369 habitantes, residentes em 33 tabancas (vilas).

As principais atividades econômicas em Orango são agricultura de subsistência e a pesca artesanal, havendo também nos últimos anos um progressivo desenvolvimento do turismo étnico e ecológico que vem ocupando um lugar importante na divulgação e manutenção do estilo de vida dos bijagós. Eticoga é a maior tabanca da ilha de Orango Grande, composta por quatro bairros: Ancanacube, Canighabane, Etighatchunque e Etubate, sendo gerido por um *Oronho* da Djorçon Oraga, que habita o bairro de Etighatchunque, conhecido Augusto Fernandes Pereira, mais conhecido por nome nativo de **Utomb** e também por um conselho de anciãos de representação de ambos os sexos. O

poder é vitalício tanto para Oronho como para o conselho; mas, caso o conselho não concorde com o mandato do mesmo, ou se perceber que não há sustentabilidade do mandato, tem deixar a tabanca no calar da noite sem que ninguém o veja sair.

No tocante à administração religiosa da tabanca, existem duas balobas, mas uma principal que é aquela onde são realizadas as cerimônias de fanado (iniciação) de todos os moradores de ambos os sexos, sendo que essa cerimônia começa aqui e termina nas matas sagradas bem longe da tabanca. Também essa serve para a realização das cerimônias que dizem respeito aos assuntos de todos os bairros da tabanca.

Também todos os problemas e assuntos sociais, culturais, econômicos e políticos de toda ilha de Orango é gerenciado nesta baloba principal, onde o Oronho é figura principal, sempre em paralelo com o conselho de anciãos e os assessores, lembrando que todas essas pessoas já terminaram todas as cerimônias de fanado. Não só isso: também devem ser pessoas idôneas e experientes e, acima de tudo, respeitadas pela comunidade, por serem de referência de uma conduta inquestionável. Segundo Oronho, é nessa baloba que se concentram todos os poderes naturais e sobrenaturais de prevenção das doenças, consultas sobre os mortos, entre outras, como a fertilidade das terras e das pessoas.

Sendo assim, percebemos que a gestão dessa ilha é feita de uma maneira tradicional de um jeito participativo, de responsabilidade de diferentes autores sociais da própria comunidade, que negociam e garantem uma repartição equitativa das funções, dos direitos e das responsabilidades e gestão da ilha. Mas hoje, com a criação dos Parques no Arquipélago, essa gestão foi ampliada é feita em parceria com Governo e outras organizações nacional e internacional (ONGs), que são partes interessadas na proteção e conservação da biodiversidade no arquipélago, de uma forma geral. Esses autores implicados têm a consciência de parte dos seus interesses relativamente à gestão e conservação da biodiversidade no arquipélago e ambos desejam investir particularmente na gestão e conservação da mesma, com saberes,

tempo, fundos, poder, políticas, entre outros, mas sempre com integridade ecológica acompanhada de um diagrama representativo dos aspectos que, em equilíbrio, permitem alcançar um desenvolvimento sustentável. A gestão de áreas protegidas guineenses do meio ambiente são formuladas a partir de algumas políticas de modo a assegurar uma proteção adequada da biodiversidade e a manutenção dos principais processos ecológicos e dos sistemas que suportam a vida.

Com isso, o sistema agrícola mais praticado no arquipélago é a agricultura itinerante, conhecida como **pam-pam**, que é um saber baseado na prática milenar do arroteio e cultivo durante alguns anos de áreas de floresta ou savana, que são depois deixadas de pouso para regeneração da fertilidade. Desse modo, as culturas mais praticadas no arquipélago são o arroz de sequeiro; mancara (amendoim), os milhos, os tubérculos e também são importantes algumas culturas hortos-frutícolas, tendo nas últimas décadas aumentado a área plantada com cajueiro, sempre com uma melhoria contínua seguido de uma lógica de progressão contínua rumo à sustentabilidade.

A Medicina tradicional conhecida com saber da terra é uma prática cotidiana no seio dos Bijagós, em que os agentes da medicina tradicional se caracterizam por partilharem os valores culturais e socioculturais, que conforme os seus pacientes entrevistados na ilha de Canhabaque são sempre profissionais acima de qualquer dúvida; a busca da cura pelos bijagós sempre tem um sentido holístico, natural e sobrenatural dos profissionais e dos doentes, e constituem assim um grupo com raízes na comunidade. Em toda África, são encontrados vários agentes ou profissionais que trabalham como agentes na medicina tradicional. Cada um se designam de um modo diferente, na Guiné-Bissau esse profissionais são conhecidos de seguinte maneira: Balobeiro, Curandeiros, Djambacosses, mouros e matronas, e conforme Indjai (1996) a distinção entes esses profissionais não é muito clara.

Conforme Mancagli, apud Indjai (2010), os agentes da medicina tradicionais são divididos em três categorias:

- I. Especialista em plantas medicinais ou em algumas técnicas específica (consertadores de ossos/ortopedistas, dentistas, matronas, especialistas em massagens e aplicação de chifres)
- II. Especialistas na religião e na cura com cerimônias (djambacosses, balobeiros e mouros)
- III. Especialistas que fazem uma combinação de duas especialidades acima referidas.

No arquipélago, esses profissionais são conhecidos tradicionalmente como médicos ou especialistas religiosos ou não religiosos. Todos eles tratam as doenças na base do saber e práticas milenar transmitida de geração em geração, socializada, produzida e reproduzidas, através das plantas medicinais e ervas, ou através das outras técnicas terapêuticas, como massagens recolocação dos ossos entre outras técnicas e outros, uma prática que no arquipélago ainda vivem um distanciamento entre Medicina oficial, esses saberes prevalece com a necessidade de assegurar a melhoria da qualidade de vida local em geral, tanta nas gerações presente com nas futuras.

No entanto, hoje não podemos negar que ambos têm saberes e práticas milenares e as práticas terapêuticas tradicionais são, em geral, passadas por alguns distanciamentos e desconfianças mútuas. Mas, no arquipélago, em especial em Orango, a medicina oficial está ainda pouco acessível, a ilha não tem médico, somente enfermeiro/a. Em muitos dos casos, não há meios que permitam tratar convencionalmente os problemas da saúde dos moradores da ilha.

No entanto, no nível local, os conhecimentos da medicina tradicionais têm sido muitas das vezes a única alternativa, mas já se vê um sinal de aproximação no arquipélago entre esses dois saberes, científica e tradicional principalmente na técnica de recomposição dos ossos quebrados e outras doenças. Essa aproximação se dá no outro campo científico, nas pesquisas e recolha de eventuais receitas de medicina tradicionais para avaliar

cientificamente as suas propriedades medicinais e terapêuticas, para depois, num futuro próximo, juntar esses dois saberes ao serviço da comunidade.

Há integração de conhecimentos Bijagó associados à biodiversidade na Ilha de Orango, que vão desde as técnicas de manejo de recursos naturais; métodos de pesca e caça; saberes sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas encontrada entre população local, alimentícias e agrícolas de espécies até as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais. Com isso, devem ser criados os meios adequados para assegurar a integração desses saberes há políticas de crescimento econômico, social e de conservação da biodiversidade no arquipélago, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável.

Um dos pontos de interação entre o homem Bijagó e a natureza reside na agricultura, medicina tradicional, nos métodos de pesca e caça. Todos os Bijagós são agricultores e conhecem alguma planta com utilização medicinal e terapêutica. Esse intercâmbio faz com que todos, ao longo da sua vida, vão aprendendo as propriedades e mas muitos nunca revelam como especialistas ou curandeiros e esses trabalham com muita ponderação e humildade.

Na filosofia dos Bijagós, a vida avança através de Orebok (um ser sagrado ou entidade superior), que determina os passo a passo de cada um de nos, fazendo que cada um aprenda com consigo mesmo, com outros e também com natureza (plantas animais) adaptar-se ao meio e a relacionar-se com esse meio natural em todos os momentos (dentro e fora da tabanca). Essa filosofia de saberes e práticas Bijagó, mostram um aprendizado importante, qualquer pessoa tem as mesmas oportunidades de obter algo na vida (riqueza e posição), e cada um é livre de se comprometer com as responsabilidades do dia a dia e com aqueles com quem vive e com os espíritos dos antepassados e meio ambiente.

Os conhecimentos são sempre adquiridos de várias formas, mas a principal forma da aprendizagem se dá na família, sobre tudo dos pais para filho. Outra

forma é através da comunidade em cerimônias coletivas do fanado, e para exercer qualquer função deve atingir certa maturidade, ou seja, certa idade, sendo a idade condição *sine qua non*¹⁹.

Apesar de muitos atribuírem o conhecimento e práticas medicinais aos homens, as mulheres Bijagó participam ativamente na cura tradicional, muitas das vezes com uma participação bem melhor do que a dos homens, pois elas participam ativamente na vida da família e das crianças, e sempre têm um importante papel na saúde da comunidade, principalmente das crianças e mulheres, na gravidez no parto e tantas outras formas de tratamento, e das velhas, principalmente no tratamento da saúde delas.

Porém, apesar de as mulheres serem muitas das vezes melhores detentoras desses saberes (das propriedades das plantas), em geral não se assumem como tal, pois, na comunidade Bijagó, essa prática terapêutica e medicinal pertence aos homens, quer dizer, faz parte da competência dos homens e não das mulheres.

No entender deste estudo, os saberes e as práticas sobre as curas da Etnia Bijagó, no geral todos eles sempre são relacionados aos poderes naturais e sobrenaturais e sempre a sua transmissão é feita de cima para baixo; quer dizer, sempre dos velhos para os mais novos, o que confirma a confiabilidade das receitas, por se entender que essas propriedades das plantas medicinais já foram testadas muitas vezes e são confiáveis para ser usadas de outra forma de transmissão desse saber. É feita sempre nos processos de caráter mágico-religioso, que não é também habilidade das mulheres.

Assim, é fácil entender por que as mulheres não se manifestam como tal, por receio em apresentarem em público aquilo que são ou sabem. Mas hoje muitas delas já se manifestam com tal. Outras alegam vários motivos, conforme a constatação das repostas dadas a este estudo; por serem únicas na tabanca com esse conhecimento ou a filha única, muitas para desafiarem o tabu, e

¹⁹ Sem o qual não pode ser líder ou fazer parte do conselho.

mostrar a bandeira feminina, lembrando que isso é repugnado no uso e costume bijagó.

No entanto, por esse motivo, as crenças religiosas na Ilha de Orango ou no arquipélago, inserem-se na linha das religiões tradicionais africanas, de contornos animistas. Conforme esse saber religioso tradicional, existe uma entidade superior, intangível, que é coadjuvante por numerosas entidades espirituais, e os Irãs com diferentes graus de poder, que são corporizados em objetos de culto ao um Deus supremo.

Sendo assim, é manifestada, através de um lugar sagrado, a *Baloba*. A Baloba é local de culto, que abriga o altar e o símbolo religioso da aldeia e também segundo os Bijagós é também onde pairam as almas dos antepassados. Além disso, esses lugares de cultos (balobas) se reproduzem na família, sendo que quase todas as famílias dessa comunidade têm uma pequena *balobas* familiar em casa e são em geral cabanas bem construídas, habitualmente com uma única sala e porta sem janela onde se faz as cerimônias religiosas e algumas outras atividades de caráter religiosas e sociocultural.

Também esses lugares de culto têm funções sociais e socioambiental, a cujo acesso sempre é restrito. Somente o balobeira/o e o sacerdote/sacerdotisa têm livre acesso por serem pessoas responsáveis pelo culto religioso, nomeadamente são eles/as que acendem todos os dias o fogo na baloba, um ritual sagrado de continuação de vida na aldeia, prosperidade e de guardião da tabanca ou ilha.

Por essa razão, a estrutura social, política, econômica e sociocultural dos Bijagós têm uma grande função na vida diária dos mesmos, que é baseada sempre em Clãs/dgorçom (gerações de uma família, ou descendente de uma pessoa), que são grupos de indivíduos pertencentes à família matriarcal não somente isso, mas que partilham um antepassado comum. Como já foi mencionado neste trabalho, na etnia Bijagó, existem apenas quatro Clãs, (Ominka, Ogubane, Oraga e Orakuma).

Sendo que todas são equivalentes e conferem os mesmos direitos salvo o de Oronho (rei) esse somente é dado ao dono de chão, quer dizer o Clã que chegou a essa ilha primeiro. Sendo que, na Ilha de Orango os Oraga; Ilha de Bubaque – Orakuma; Ilha de Canhabaque – Oraga; e restantes ilhas têm outros sistemas tradicionais político e administrativas parecidas, mas que nem sempre vem na figura de Oronho. Esse sistema político e sociocultural dá a cada um desses clãs uma parcela de responsabilidade com a sociedade; cabendo a ele/a zelar por aquilo que foi dado; esse saber e práticas vêm ser levado a sério em todos esses quatros clãs até hoje.

Segundo a sabedoria Bijagó, as tarefas são divididas por orebok a todos esses quatros Clãs/Djorçons, sendo assim, os Ogubanes são dados a responsabilidade de todos os animais e o mar ou tem uma relação especial com gado e certos animais selvagens, como os hipopótamos e com o mar, ao passo que Ominka tem poder sobre chuvas, Orakuma tem poderes sobre a terra e Oraga sobre Céu. Por outro lado, o estatuto de cada indivíduo da etnia bijagós depende do seu nível etário ou classe de idade que pertence havendo diferença entre classe de ambos os sexos, o que é fundamental na cobrança das responsabilidades e nos direitos que a comunidade tem com os velhos e crianças.

O sistema de níveis etários na etnia Bijagós permite a divisão dos direitos e deveres e responsabilidades isso se dá conforme a capacidades que se supõe aumentarem com o aprendizado e experiência. As classes de idade não só constituem a forma de organização dos bijagós, mas também é onde cada membro usufrui os mesmos direitos e se encontram sujeitos as mesmas obrigações.

Essas práticas e saberes se dão na medida em que cada membro ou indivíduo de um grupo etário passa para outra. Com isso, vai aumentando as suas obrigações com a comunidade e também ao mesmo tempo ganha privilégios, e aumenta a sua categoria social e vai ficando cada vez mais próximo dos círculos de decisões e de poder. Por essas e outras razões, os mais velhos são

sempre respeitados e obedecidos em tudo. Não se pode questionar nada do mais velho em público. Todas as discórdias são resolvidas em sigilo.

Conforme Cardoso (2008), a passagem de classe de idade depois de *manrass* (iniciação), representa vantagens sociais garantidas pelo reconhecimento profundo dos segredos, saberes e tabus do grupo étnico Bijagó. Em todo o arquipélago, a cura através das plantas medicinais é o hábito de todos aos habitantes, mas tendo alguns com dedicação exclusiva a essa dádiva. A recolha das plantas medicinais está profundamente enraizado no seio da comunidade bijagós, pois há dimensões de uso sagrado das mesmas - a sua função no itinerário da iniciação, na religiosidade, não somente isso, a vida do Bijagó é profundamente irizada na natureza e faz da natureza um ente sagrado e místico, para tudo que relaciona com seu cotidiano.

Nesses termos, em que a igualdade dos saberes ainda está longe de ser aceita e reconhecida pelo ocidente e academia. Ao contrário desses, os ambientalistas e alguns governos abraçaram essa causa. Hoje, já se faz ver uma luz no fundo do túnel, principalmente na conservação da biodiversidade e essa aceitação ainda se dá em nível local, e nos países do terceiro mundo, mas ainda que em muitos deles, como Guiné-Bissau, há ausência de aparatos legais equitativos, ponderados e justos, que considerem as várias formas de posse, muitas delas legitimadas, pela cultura, pelo trabalho, como geralmente é o caso de populações tradicionais, pode levar a situações de desapropriação e exclusão, se não for preservado e divulgado.

As discussões sobre direito de propriedade e a produção intelectuais dos povos tradicionais é uma questão muito delicada, permeada por controvérsias, pois chocam interesses, costumeiros, públicos e privados. Em virtude da especificidade do abelhudo no centro da discussão, há um contorno bastante delicado que divide os direitos costumeiros das populações tradicionais, a propriedade intelectual e o interesse geral da sociedade.

Instala-se, desse modo, o conflito em torno da apropriação dos frutos do saber e das práticas tradicionais o que não é diferente da etnia Bijagós, porém, ao

contrário do que acontece em outros lugares do mundo, Guiné-Bissau, tem abraçado nos últimos tempos os saberes e práticas das comunidades tradicionais guineenses, em pró da preservação e conservação da biodiversidade, o que já é um passo importante para outras etapas.

4. BIODIVERSIDADE E COMUNIDADES TRADICIONAIS

4.1 A corrida pelo conhecimento tradicional Bijagós

Após apresentar nas seções anteriores, o conceito e definição da biodiversidade e as teorias convencionais da mesma e saber tradicional, deste trabalho, cabe aqui delinear mais precisamente o recorte de como se dá a corrida pelo conhecimento tradicional Bijagós. Desse modo, buscamos, primeiramente, caracterizar o quadro de elevada diversidade biológica e cultural existente na Guiné-Bissau. Adiante, apontamos um esboço do que se entende como a dinâmica do conhecimento tradicional na Guiné-Bissau entre os povos Bijagós.

A ideia escolhida para ilustrar a dinâmica do conhecimento das populações tradicionais é a de que se vive hoje conhecida como: corrida pelo conhecimento tradicional (IBAP, 2009). Na urgência de uma corrida, tanto nos termos de sua apropriação, por estudantes, professores, pesquisadores, empresas nacionais e multinacionais e tantos outros, empenhados em transformá-lo em inovações tecnológicas lucrativas, quanto nos termos de sua preservação e uso, já que existe uma tendência ao desaparecimento, dado que seus detentores, frequentemente, não possuem uma tradição escrita de repasse desse conhecimento e muitas populações vêm sofrendo ameaças à manutenção de seus estilos de vida tradicionais o que não é diferente na Guiné-Bissau.

Esse fato é confirmado tanto pelas denúncias de biopirataria de plantas medicinais no mundo, (IBAP 2007), como pela existência de inúmeros contratos de ecoeficiência esperando a normalização oficial a ser criada pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético Mundial, Laymert Garcia Santos (2002). No atual contexto, em que a competitividade capitalista globalizado

um novo imperialismo, está fortemente baseada na capacidade de inovação associada à garantia da sua apropriabilidade completa - mesmo que limitada no tempo, as patentes são um instrumento chave para as empresas e indústrias que utilizam o saber tradicional para a criação de inovações.

Nesse âmbito, os saberes das propriedades medicinais das plantas é uma das maiores riquezas da cultura tradicional Bijagó, afinal, as plantas têm os mais diversos usos pela sociedade tradicional, tais como condimento, fonte de sal, construção de moradias, utensílios domésticos, brinquedos, canoas, tecidos, ornamentos, armas e armadilhas para caça, fonte de pigmento e fixadores, gomas, sabões, veneno, borracha acima de tudo alimento, por além das variedades de funções mencionadas acima, para Bijagós ainda é a ligação entre mundo natural e espiritual (IBAP, 2007).

A utilização das plantas como medicamento pela etnia é uma prática historicamente tão antiga quanto o aparecimento do próprio homem no continente africano. Porém a evolução da arte de curar tem numerosas etapas, com isso, torna-se difícil delimitá-las no tempo exato ou com exatidão, já que a medicina tradicional esteve por muito tempo associada às práticas mágicas, místicas e ritualísticas e continua ainda ser tratado do mesmo jeito, mas hoje por outro ângulo e outra visão.

A preocupação com a cura de doenças, ao longo da história da humanidade, sempre se fez presente. Sabemos que o isolamento do arquipélago fez do Bijagó, o verdadeiro conhecedor das propriedades das plantas medicinais e da cura e também na tentativa de descobrir a sua ligação com outro mundo “espiritual” contribuíram e muito na evolução da arte de curar e tratamentos terapêuticos.

O conhecimento das propriedades medicinais das plantas, dos minerais e de certos produtos de origem animal é uma das maiores riquezas da cultura tradicional de um saber que passa de geração em geração pela arte da oralidade e de uma sensibilidade as coisas sagradas, um tabu importante na etnia na cura de doenças, por entenderem que as doenças são espíritos

daninhos que vem para acabar com vida ou inveja da pessoa má. Vivendo em permanente contato com a natureza, a etnia Bijagó é habituada a estabelecer relações de semelhança entre as características de certas substâncias medicinais naturais e seu próprio corpo (INDJAI, 2010).

Com relação à efetividade dos tratamentos à base de plantas empregados pelos Bijagós, Indjai comenta: *“O efeito das compressas de ervas frescas que algumas vezes vimos os médicos bijagós empregam nas úlceras malignas foi tão rápido e eficaz que atingiu as raias do maravilhoso”* (INDJAI, 2010, p.15).

Na busca da origem do saber Bijagós relacionado às plantas, o mesmo autor ponderou: *“Nenhum conhecimento seguro explica onde o Bijagós as encontrou, nem quando e como, pela primeira vez as utilizou”* (2006, p.28). E concluiu: *“Sem dúvida, recebeu a orientação essencial pelo sentido da analogia que se acha no íntimo da natureza humana”* (2006, p.29).

A atual corrida pelo conhecimento tradicional tem implicações importantes tanto para a manutenção dos estilos de vida de comunidades tradicionais Bijagós, como para as empresas, pesquisadores, curiosos envolvidas no processo de concorrência e inovação tecnológica do setor industrial internacional, pois guiné padece de tecnologia avançada para levar esse projeto. Para embasar essa afirmação, faz-se necessário, antes, um breve exame do quadro da diversidade biológica e cultural de Guiné-Bissau.

Na constituição dessas riquezas culturais guineense, além de comunidades tradicionais como Balantas, Mancanhas, Fulúpes, Mandingas, Pepeis e Fulas, entre outras se destacam nessa prática os Bijagós, as culturas Bijagós como elemento mítico e sociocultural, matizaram originalmente quase que a totalidade das populações tradicionais, compondo, juntamente com a cultura das outras etnias guineenses, africana e euroafricana, a subjetividade de uma matriz fundamental da cultura guineense.

Sua contribuição é quase presente e cotidiana, e se dá em diversas áreas, como mitos, rituais, identidades, fábulas, lendas e tanto outros, que enriquecem

nosso mosaico imaginário, culinária, agricultura, arte esculpir as madeiras (arte bijagó) e plástica, tipos de habitação, crenças, credences, hábitos e religiosidades que fazem parte do cotidiano guineense.

É preponderante destacar o grande avanço que os povos tradicionais tiveram e têm na terapia. Esse avanço foi abordado por Indjai (2010), que defendia o ensinamento de "menzinhos de Orango", segundo o qual as plantas medicinais apresentavam uma divindade que indicava suas virtudes curativas.

De acordo com esse saber Bijagós, a semelhança que existe muitas vezes entre certas plantas e alguns órgãos animal e humano, é o que determina ou ajuda na escolha de muitas medicinais e o seu efeito curativo sobre essas doenças. As plantas, pelas suas propriedades terapêuticas, adquiriram fundamental importância na medicina tradicional bijagó.

Dessa maneira, a afirmação dessa imensa riqueza cultural representada pelas comunidades tradicionais guineense, faz-se necessária e importante, na medida que a própria sociedade guineense ainda não a constatou. Esse quadro de altíssima diversidade biológica e sociocultural permite enquadrar Guiné-Bissau na hierarquia dos países de megabiodiversidade.

Depois da apresentação desse quadro, cabe aqui fazer uma caracterização, em linhas gerais, como acontece à dinâmica dessa corrida pelo conhecimento tradicional. Para tanto, podemos tentar buscar responder às questões: Quem visita as populações tradicionais bijagós? O que essa pessoa quer ou procura? Por que a escolha do arquipélago? O que acontece com o saberes tradicionais bijagós neste mundo globalizado? Quem se beneficia do saber tradicional Bijagó?

De uma forma a outra, as pessoas que visitam o arquipélago Bijagós podem ser algumas de agência de desenvolvimentos, empresas multinacionais, turistas nacionais e internacionais, entre outros, no entanto, não podemos colocar todas as pessoas que visitam essas comunidades na mesma categoria,

mas muitas fazem essas visitas de maneira mal-intencionada, como objetivo de tirar a custo zero o saber dessas comunidades.

Por mais óbvio que isso possa parecer, também importa entender que, às vezes, mesmo sem intenções escusas, os visitantes podem ignorar os impactos negativos de suas atividades, como agente turístico. Outros exemplos de pessoas que, ocasionalmente, visitam as populações tradicionais são pesquisadores, representantes de organizações não-governamentais, representantes do Estado, de empresas, de grupos religiosos, fotógrafos, jornalistas e algumas agências de notícias que nos últimos tempos tem aumentados as suas atividades no arquipélago.

Os interesses que dirigem essas visitas ao arquipélago Bijagós são os mais variados, que vão desde lazer, no caso de turistas, a uma reportagem interessante, para jornalistas, ou até a conversão religiosa das pessoas da comunidade, no caso de alguns missionários, sendo que, o interesse voltado para o conhecimento tradicional dessas populações, que pode ser tanto com fins comerciais ou não, geralmente está voltado para o desenvolvimento de pesquisas científicas na área agrícola, botânica, arqueológica, antropológica e das etnociências de modo geral.

Já que há pesquisas com propósito comerciais das grandes multinacionais ou visitas de pesquisadores diretamente voltados para aplicação comercial do saber tradicional pelas indústrias, busca-se, geralmente, conhecimento do uso atual, prévio, ou potencial tanto de espécies de plantas e animais, como de minerais e outros componentes do solo; conhecimento das formas de preparação, processamento ou armazenamento de espécies úteis; conhecimento de formulações envolvendo mais de um ingrediente; conhecimento de espécies individuais (métodos de cultivo, critérios de seleção, entre outros); conhecimento de conservação do ecossistema (métodos de proteção ou preservação de um recurso que tenha valor comercial) e sistemas de classificação do saber tradicional, tal como a classificação sistemática tradicional Bijagó, lembrando que esse estudo é fruto desse ato.

Conforme Posey (1996), esses tipos de saber e práticas tradicionais são procurados pelas empresas nacionais e multinacionais como insumo para o desenvolvimento de novos produtos, servindo como “atalho” que permite uma maior eficiência no processo de desenvolvimento de inovações tecnológicas, e ao mesmo tempo economiza tempo e dinheiro, por encurtar caminho.

Os Bijagós têm um profundo conhecimento da utilização de vegetais e dela retiram os mais variados remédios, que empregam de diferentes formas. As práticas curativas dos Bijagós estão profundamente relacionadas à maneira como os Bijagós percebem e diagnosticam a doença e suas causas. Tanto as medidas curativas como as preventivas são realizadas pelo *Okinca*²⁰ ou outro representante autorizado para isso como curandeiros, Djanbacus, madronas (mulheres parteiras). Os rituais, conduzidos pelas Okinca/as (sacerdotisa), são carregados de elementos mágicos e místicos que refletem o modo de ser do Bijagós e o relacionamento deste com o mundo natural e sobrenatural, (KIZERBO, 2006).

A importância do conhecimento tradicional para a consecução dessas inovações no setor farmacêutico é corroborada por Farnsworth (1999) quando ele relata que mais de 80% dos fármacos, com algum princípio ativo derivado de plantas comercializadas, atualmente, têm correlação positiva entre a sua aplicação na medicina tradicional e a sua indicação terapêutica pelos médicos.

Cabe ressaltar neste estudo que, além do setor tradicionalmente famoso de “fármacos”, outros setores também se beneficiam do uso desse conhecimento tradicional, como as empresas de cosméticos, produtos agrícolas modernos e produtos para higiene pessoal, alimentos e nutracêuticos, e outros campos da biotecnologia, além do campo da saúde e da agricultura e a pesca artesanal e industrial.

Após caracterizar a importância do uso econômico da biodiversidade e do conhecimento tradicional para as indústrias de ponta, cabe aqui apresentar

²⁰ Okinka significa sacerdotisa (pessoa idônea, detentor de conhecimento e sabedoria).

alguns dados para exemplificar a importância do conhecimento tradicional para as populações que dependem dele para sobrevivência, como os Bijagós.

No entanto, conforme Organização Mundial de Saúde - OMS (1993), conforme os dados dessa instituição, 80% da população mundial dependem de alimentos produzidos pela aplicação de técnicas e práticas costumeira derivadas de conhecimento tradicional aplicadas ao cultivo agrícola e cerca de 90% da população mundial depende da medicina tradicional para tratamento de suas necessidades de saúde.

Segundo o IBAP (2007), os pescadores artesanais, que representam mais de 98% da força de trabalho envolvida na pesca na Guiné, também dependem de técnicas derivadas de conhecimento tradicional para localizar cardumes e navegar de modo seguro. Conforme a mesma instituição, outro dado acentuado nesse contexto é que cerca de 97% do alimento produzido na Guiné-Bissau ou em toda África ocidental e subsaariana é produzido através de técnicas agrícolas costumeiras, ou derivadas de conhecimento tradicional. Conforme esse dado pode afirmar que o conhecimento tradicional é importante para países em desenvolvimento, desenvolvidos, como para as indústrias de ponta e indispensável para segmentos mais pobres da sociedade, incluindo as próprias populações tradicionais, agricultores familiares, dentre outros.

Após uma descrição dos benefícios advindos do uso do conhecimento tradicional pelas populações tradicionais e pelas empresas engajadas no processo de competição capitalista, cabe aqui ressaltar alguns elementos que se configuram como uma ameaça para a manutenção dos estilos de vida das populações detentoras do conhecimento tradicional.

Em primeiro lugar, uma grande parte do território mundial e do estilo de vida dessas populações está ameaçada por uma combinação de ações de desmatamento, construção de rodovias e represas, mineração, urbanização e conversão das florestas em grandes monoculturas, dentre outras atividades. Atualmente, os monocultivos promovidos do chamado Mundo Verde ou Revolução Verde, que baseia as suas práticas no conhecimento tradicional,

ligado, muitas vezes, à agricultura industrial, também está se revelando a cada dia como uma ameaça ao saber pelos extensos campos agrícolas.

Nos monocultivos, sempre são acompanhados de pacote tecnológico e das sementes híbridas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e irrigação substituem os métodos tradicionais de cultivo, promovendo o estreitamento da diversidade genética das plantas cultivadas e, conseqüentemente, das suas técnicas de cultivo. Posto de outro modo, o que importa assinalar nesse caso, é a ligação entre a erosão da diversidade de espécies cultivadas, com a erosão do conhecimento tradicional.

Porém, apesar de reconhecer a gravidade das ameaças ao saber tradicional citadas acima, este trabalho acredita-se que o conjunto mais complexo de problemas que afeta seu futuro advém da apropriação indébita do conhecimento tradicional. Para esclarecer esse fato, interessa aqui apresentar em forma de embate, um conceito que se propõe esclarecer, o modo como se dá a dinâmica de apropriação do conhecimento tradicional na sociedade capitalista: bioprospecção.

4.1.1 Bioprospecção dos saberes tradicionais no Arquipélago Bijagós

A Guiné-Bissau carece da lei jurídica referente ao acesso aos recursos genéticos e à proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, pois essa matéria apesar de referir-se aos saberes milenares dos povos nativos guineenses, é bastante recente no cenário nacional, sendo que a legislação sobre o tema ainda está em processo de construção.

Na Guiné-Bissau, até pouco tempo atrás, as discussões sobre o acesso ao conhecimento tradicional e conservação da Biodiversidade tinham como base apenas a proteção da floresta e caça, e estudos sobre possíveis áreas protegidas no continente e no arquipélago, mas não das populações tradicionais. No entanto, nesses últimos anos, com a criação do IBAP, a preocupação passou a abranger não só as florestas, mas também as

comunidades tradicionais residentes nesses sítios de conservação da biodiversidade.

Os estudos abordam as questões jurídicas ligadas ao acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, diante de atividades de bioprospecção em comunidades tradicionais guineenses no território nacional, sob o enfoque da proteção dos direitos dessas comunidades. Dentre estes direitos, é enfatizado o consentimento prévio e informado acerca do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados; a repartição justa e equitativa dos benefícios auferidos da exploração desses recursos; e o direito dessas populações a manter o sistema de produção desses saberes.

No entender de muitos estudiosos e pesquisadores desse assunto, como Catry, Diógenes Indjai, Shiva, Lopes, Ki-Zerbo, Rafi e tantos outros, Bioprospecção é uma exploração da biodiversidade na intenção de descobrir recursos genéticos e bioquímicos para fins comerciais. Nesse sentido, as amostras sempre são coletadas em alguns países que são considerados ricos em biodiversidade, mas financeiramente pobres, tanto no nível de recursos humanos como no nível tecnológico.

O conhecimento local é utilizado, no entanto a matéria-prima é mandada para as grandes potências desenvolverem as avaliações a fim de utilizar as plantas como medicamentos e outros produtos afins, sendo que não há nenhum retorno às populações tradicionais. De maneira comparável, para o IBAP (2007), bioprospecção é a exploração, extração e avaliação da biodiversidade e do conhecimento tradicional para obtenção de recursos genéticos e bioquímicos comercialmente valoráveis.

Segundo Scantamburlo (1991), na filosofia Bijagós as plantas são responsáveis pela cura devido à presença de um espírito inteligente. Graça aos estudos farmacológicos, atualmente sabe-se que aquilo que os Bijagós denominavam

de espírito inteligente nada mais é do que a propriedade e princípio ativo, produzido pelas plantas e vegetais.

A evolução e o uso de plantas medicinais pelo homem estão associados a sua evolução antropológica, da época em que era um simples nômade até tornar-se um espécime sedentário. Com a fixação de moradia, surgiram as mais variadas necessidades e outras se acentuaram. Assim, o uso de plantas medicinais ficou comprovado através da experimentação, observação e necessidade, através de erros e acertos.

A bioprospecção parte de uma visão contratualista e política, segundo a qual, resumidamente, deve-se vender a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais para salvá-los. Desse modo, juntamente com a efetivação de uma normatização para o acesso e uso de conhecimentos tradicionais e recursos genéticos, bem como da chamada repartição de benefícios, a natureza e a cultura dessas populações seriam “preservadas” através de sua mercantilização (SANTOS, 2004,).

Na prática, existe grande dificuldade de compreensão do tema, seja no âmbito das comunidades tradicionais seja em nível governamental, como também entre os próprios operadores do direito e outros profissionais que atuam nesse campo.

Essa dificuldade ocorre, fundamentalmente, porque os conhecimentos tradicionais são bens imateriais de titularidade coletiva e, muitas vezes, difusa no tempo e no espaço, compartilhados entre diversas comunidades, que não raramente habitam regiões distintas (LIMA, BAPTISTA e BENSUSAN, 2003 p. 205). O adjetivo “tradicional” atribuído a esses conhecimentos é dado, fundamentalmente pelo sistema de transmissão oral, entre coletividades e gerações.

Conforme o raciocínio unidimensional apresentado pelos seus expoentes, o desenvolvimento das comunidades seria alcançado gradualmente através da completa apropriação desses recursos por parte da iniciativa privada, com o

uso de instrumentos de propriedade intelectual, tais como patentes, marcas, denominações geográficas e outros instrumentos, transformando o valor de uso do saber tradicional para essas populações em valor de troca para o mercado (SWANSON, 1995).

Cabe alertar aqui que o uso da denominação bioprospecção, neste estudo, reflete também o maior alcance que encontra no mundo acadêmico. Porém, sem dúvida, ao lembrar que o foco deste trabalho é os saberes e as práticas da etnia Bijagós e as relações que esse saber tem com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau e apropriação de conhecimento tradicional e não de recurso genético. Sendo assim, o uso do termo etnobioprospecção seria, *a priori*, mais preciso, pois permitiria discriminar o processo de bioprospecção que parte, especificamente, do uso de conhecimento tradicional (DIAS, 2007).

Nesse sentido, vale acrescentar nesta discussão mais um acrônimo que surgiu recentemente com o intento de precisar melhor a problemática da apropriação do conhecimento tradicional: o conceito de biogrilagem, que, segundo Carvalho (2003), tem sido usado nos debates da Organização Mundial da Propriedade Intelectual com objetivo de relevar o fato de que, usualmente, não ocorre um roubo de conhecimento tradicional, mas, sim, uma apropriação indébita. Desse modo, em termos advocatícios, não haveria pirataria no sentido estrito, pois esse termo implicaria uma ação de roubo; haveria, então, uma grilagem, ou seja, a apropriação indébita do conhecimento tradicional mediante o uso de pedidos de propriedade intelectual ilegítimos.

Mas, antes, vamos ver como isso se dá no contexto Internacional. A questão da proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos vem sendo tratada pelos seguintes fóruns internacionais: Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB); Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi ou Wipo); Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Alto Comissariado sobre Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHCHR) e Organização Mundial do Comércio (OMC ou

WTO). Na cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), em Johannesburgo, em 2002, esse assunto também foi abordado. “Os enfoques são muito diferentes e o tratamento dado à questão varia principalmente com o foco da instituição” (BENSUSAN, 2003, p. 17).

Apesar de concordarmos com a distinção que o termo biogrilagem busca ressaltar, entendemos que, para os fins deste trabalho, o uso dessa atualização conceitual seria um retrocesso em termos analíticos. Dada a relativa consagração do uso do termo bioprospecção, o uso do neologismo implicaria em uma maior dificuldade na comunicação da problemática estudada. Feita essa ressalva, acreditamos que o uso do termo bioprospecção, apesar de mais genérico, reflete, de modo suficientemente preciso para os fins deste trabalho, a concepção dos países do Norte acerca do ainda problemático processo de apropriação indébita de conhecimento tradicional.

A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB – trata da proteção aos conhecimentos tradicionais em seu Artigo 8j, que estabelece que cada parte signatária deve, em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Os saberes dos povos tradicionais foram, até pouco tempo, ignorados pela sociedade auto-intitulada industrializada. Com o desenvolvimento da biotecnologia, “derivado, em parte, do crescimento de indústrias que possuem recursos genéticos como matéria-prima, como as indústrias farmacêuticas, químicas e agrícolas” (BENSUSAN, 2003, p. 9), esses saberes tradicionais passaram a ser vistos como preciosos atalhos para que cientistas encontrem substâncias potencialmente interessantes para a biotecnologia.

No contexto do desenvolvimento tecnológico, a informação ou conhecimento tornou-se fonte geradora de riqueza, passando a ser considerada, visivelmente, como mercadoria. A riqueza gerada por essa “mercadoria”, por sua vez, depende do controle do domínio da informação. Dessa forma, os institutos de Direito Intelectual aparecem para viabilizar a apropriação desses conhecimentos e satisfazer a interesses comerciais.

Dessa maneira, pode-se retomar o debate conceitual, afirmando-se que, para os propósitos deste estudo, a bioprospecção pode ser entendida como uma leitura que faz alusão ao modo como os países do Norte atuam face aos sistemas locais de conhecimento. Isso, segundo Esty (2005), seria o divisor entre o Norte e o Sul no que se refere à produção do conhecimento, o que gera uma consequência para a governança ambiental global.

Em contraposição, a concepção de ecoeficiência ilustraria a perspectiva dos países do Sul frente à problemática da apropriação indébita de conhecimento tradicional associada à visão de produzir mais com menos recursos naturais, o que faz com que a poluição, os resíduos e o lixo sejam diminuídos, e leva as empresas a utilizarem adequadamente os recursos. Da perspectiva dos países do Norte, a ecoeficiência pode significar a imposição de um modelo de desenvolvimento iníquo e insustentável, na medida em que não levam em consideração as necessidades dos países do Sul.

O Artigo 15 da CDB, por sua vez, trata do acesso a recursos genéticos, condicionando-o ao “consentimento prévio fundamentado da Parte Contratante provedora desses recursos” e à repartição justa e equitativa dos “benefícios derivados de sua utilização comercial”. Na OMC – Organização Mundial do Comércio, a questão dos conhecimentos tradicionais é tratada pelo Conselho do TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio).

Para Laymert Garcia Santos (2002: p. 82), a Convenção da Diversidade Biológica - CDB, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro, em 1992,

aparentava ser uma vitória para os países detentores de diversidade biológica, na medida em que cada país signatário passou a ter reconhecida sua soberania sobre seus recursos genéticos, tendo o direito de determinar e regulamentar seu uso.

No entanto, a questão em torno da CDB, porém, permeia a dificuldade de sua implementação pelos países signatários diante da complexidade da matéria referente ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados, uma vez que envolve questões não só jurídicas, mas também econômicas, ecológicas, sociais e éticas.

No contexto internacional, há conflitos entre o acordo TRIPS e a CDB. O acordo TRIPS, diferentemente da CDB, não reconhece a soberania dos países sobre seu patrimônio biológico. Com isso, não prevê uma contrapartida pelo acesso a esse patrimônio, o que vai ao encontro dos interesses econômicos dos grandes bioprospectores.

Além disso, o acordo TRIPS considera que o conhecimento tradicional deve ser tratado dentro do Instituto de Direito de Propriedade Intelectual por meio do sistema de patentes, o qual se refere aos chamados conhecimentos novos, individualmente produzidos. Os conhecimentos tradicionais, porém, em sua maioria, são produzidos de forma coletiva e informal, sendo transmitido oralmente de geração para geração, “difícilmente se enquadrando nos rígidos padrões que norteiam a propriedade intelectual” (ARAÚJO, 2002, p. 94).

Desse modo, surge uma questão, ainda não resolvida: O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético deverá ser tratado dentro do Instituto de Propriedade Intelectual, ou deverá ser criado um regime especial, diferenciado, por muitos denominados *sui generis* (de seu próprio gênero, ou seja, único em seu gênero), em que esses conhecimentos seriam tratados como direitos intelectuais coletivos?

A questão do acesso ao patrimônio genético e da proteção dos conhecimentos tradicionais associados é bastante recente, sendo que ainda há muito a ser

regulamentado e, principalmente, implementado pelo Estado guineense e fiscalizado pelo mesmo para, assim, garantir os direitos que essa população merece.

Segundo Araújo (2002, p. 87), além de nova, essa questão é “profundamente técnica e sua regulamentação esbarra em problemas elementares, como a dificuldade de compreensão dos conceitos nela envolvidos”. Para ele, esse assunto “é multidisciplinar e as discussões que lhe servem de base exigem, quase sempre, conhecimentos muito estranhos ao mundo do direito”, sendo que, a cada dois anos, a Convenção sobre Diversidade Biológica é atualizada durante a chamada "Conferência das Partes", ou COP, a reunião mais importante para a CDB.

4.1.2 A questão no âmbito nacional

A Guiné-Bissau é um país pequeno em tamanho, mas com ampla diversidade biológica e cultura. Os lugares mais preservados, florestas e rios, ainda coincidem com espaços interiores ocupados por nativos e outras culturas tradicionais. Portanto, é preciso reconhecer a importância do papel das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade.

Além dos produtos, os *saberes* das populações tradicionais têm recebido cada vez mais atenção de pesquisadores e de grandes empresas bioprospectores voltadas ao mercado farmacêutico, alimentício, cosmético e agrícola. Diante desse contexto, torna-se imprescindível o aumento dos debates acerca das ferramentas de controle do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados, de forma a protegê-los e possibilitar que o Estado guineense, que é detentor de tais componentes de saberes possa, efetivamente, exercer sua soberania sobre os mesmos.

Muitas vezes, porém, o poder conferido ao Estado, pela CDB, para regulamentar o uso da biodiversidade em seu território acaba esbarrando nos interesses econômicos das grandes empresas, que acabam por pressionar os governos dos países detentores de grande biodiversidade para a confecção de

uma legislação convergente aos interesses econômicos desses grandes grupos empresariais. Como vimos, a legislação sobre o tema ainda está em processo de construção, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Acredita-se que é do embate entre esses conceitos, oriundos de concepções de mundo tão distintas e até mesmo opostas, que este trabalho poderá lançar mão para compreender a interface dos sistemas locais de conhecimento com algumas formas de desenvolvimento, bem como da relação, muitas vezes conflituosa, entre conhecimento tradicional e o conhecimento científico.

Em outras palavras, a problemática caracterizada pela questão do saber do povo tradicional é, em certo momento, um ponto de articulação que permite analisar de modo detalhado a dinâmica da relação entre conhecimento tradicional e científico. Acreditamos que somente através do estudo aprofundado dessa fronteira com o foco na bioprospecção é que se delinearão alguns pressupostos para uma análise crítica da gestão sustentável e equânime do conhecimento tradicional.

Essas considerações são importantes para salientar que, mais do que um embate semântico, a questão da ecoeficiência / bioprospecção é central para a discussão da apropriação indébita do conhecimento tradicional. Nesse sentido, fica claro que não pode haver justiça social sem justiça cognitiva, ou seja, conhecimentos suprimidos significam, em última instância, grupos oprimidos, o que vem a configurar a ecoeficiência como uma nova forma de imperialismo na nova era, que é a da globalização.

Tendo isso posto, e após discutir nesta seção a questão da corrida pelo conhecimento tradicional como pano de fundo para a caracterização da diversidade cultural e biológica e seu elo inextrincável para os estilos de vida das populações tradicionais (neste caso específico, dos Bijagós), definições de conhecimento tradicional, ecoeficiência e bioprospecção, faremos, no próximo tópico, uma breve apresentação de alguns elementos de contextualização da discussão da biodiversidade e manejo pelas comunidades tradicionais Bijagós.

4.2 Biodiversidades e o manejo pelas comunidades tradicionais Bijagós

Depois de apresentar o fenômeno da corrida pelo conhecimento tradicional bijagós como elemento importante para o entendimento da biodiversidade e manejo pelas comunidades tradicionais e possíveis mecanismos de proteção a esse saber e práticas costumeiras, apresentação desses instrumentos é antecedida de uma contextualização e discussão dos principais acordos internacionais que condicionam a relação entre saber tradicional e propriedade intelectual no marco legal e a questão da bioprospecção com uma prática nociva, a saber, tradicional.

Ao expormos a contextualização do debate do marco legal-institucional internacional que visa a encapar as discussões entre o desenvolvimento sustentável, conhecimento tradicional e propriedade intelectual, no tópico anterior, cabe relevar adiante, alguns dos instrumentos existentes e potenciais para a gestão do saber e práticas tradicionais praticadas pelos bijagós e sua importância na conservação da biodiversidade e manejo pelas comunidades tradicionais.

O debate dessa temática há muitos anos vem ganhando espaço no arcabouço institucional da Organização das Nações Unidas (ONU) desde o estabelecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pela resolução 2.997 da sua Assembleia Geral em 15 de dezembro de 1972.

No que concerne ao estabelecimento das áreas protegidas para conservação da biodiversidade, Diegues (2001) coloca que é um objetivo recente no cenário mundial, uma vez que, a grande motivação de criação dos parques norte-americanos, é a recreação e envolvimento das populações urbanas, pesquisa e educação ambiental. A manutenção da biodiversidade apareceu depois em consequência do desaparecimento desenfreado de espécies e ecossistemas nos anos 60.

A questão da biodiversidade apareceu claramente na convenção de Estratégia Mundial para a Conservação, realizada por União Mundial para a Conservação-UNCN em 1980. No documento assinado, os objetivos fundamentais da convenção são: manutenção dos processos ecológicos essenciais; preservação da diversidade genética; utilização sustentada das espécies e ecossistemas. Isso acontece para desenfrear a perda das espécies e também para assegurar o fornecimento de alimentos, de fibras e certas drogas quando para progresso científico e industrial.

No entanto, somente muitos anos depois é que biodiversidade e manejo pelas comunidades tradicionais associaram-se à questão do desenvolvimento sustentável em âmbito mundial. Com o objetivo de tentar reverter o quadro de pressão excessiva sobre os recursos naturais e estabelecendo responsabilidades políticas individuais e coletivas para as partes contratantes, ganhou nome e corpo (DIEGUES, 2001).

Segundo o conceito, Desenvolvimento Sustentado é um modelo de desenvolvimento que leva em consideração, além dos fatores econômicos, aqueles de caráter social ecológico, assim como as disponibilidades dos recursos vivos e inanimados, as vantagens e os inconvenientes, a curto, médio e longo prazos, de outros tipos de ação. O primeiríssimo de defesa desse modelo é do teórico indiano Anil Agarwal, segundo o qual não pode haver desenvolvimento que não seja harmônico com o meio ambiente.

Conforme a definição da Comissão Brundtland da ONU em 1987, no relatório "Nosso futuro comum", é o desenvolvimento social, econômico e cultural que atende às exigências do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Para os países pobres, de acordo com o relatório "Nossa própria agenda", da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, o desenvolvimento sustentado é essencialmente a satisfação das necessidades básicas da população, sobretudo dos grupos de baixa renda que chegam a mais de 75% do continente (SACHS, 1993).

Nesse contexto, tomando como modelo os parques nacionais norte-americanos, foram estabelecidas áreas de proteção ambiental, cuja criação se relaciona mais a razões estéticas e de turismo do que a razões de proteção da biodiversidade. Lembrando que os conceitos de criação dos parques como áreas de conservação era um lugar sem a presença do homem, por entender que a presença do mesmo não era boa a conservação, mas hoje, alguns países chegaram à conclusão de esse conceito não traz benefícios a conservação, pois a exclusão do homem resultou em perda da biodiversidade.

Nesse contexto, a problemática se resolveu com exemplos encontrados nos parques do Serengeti e Ngorongoro, no Quênia e na Tanzânia (África), respectivamente, nas comunidades de pastores, com atividades de pastoreio e queima de pasto, permitiram que os rebanhos e os animais selvagens coexistissem, criando uma paisagem que hoje é valorizada pelos conservacionistas e patrimônio mundial de UNESCO.

Porém, segundo Colchester, em outras localidades, a constituição de parques nacionais e a exclusão de suas populações levaram à conversão do pasto em arbustos, com impactos negativos sobre os animais herbívoros, que desempenham papel fundamental para a diversidade biológica da região (COLCHESTER, 1997).

Um dos argumentos apresentados pelos preservacionistas contra a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas é a pretensa incompatibilidade entre a presença dessas populações e a manutenção da biodiversidade. A criação de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade é, no entanto, um objetivo recente, uma vez que, como já é mencionado acima, os parques foram criados fundamentalmente para a recreação das populações urbanas, para educação ambiental e pesquisa. A manutenção da biodiversidade surgiu com o objetivo de conservação, como resultado rápido do desaparecimento de espécies e ecossistemas, a partir da década de 1960.

Lembrando que são objetivos básicos da conservação: preservação da diversidade genética, manutenção dos processos ecológicos essenciais, ecossistemas e utilização sustentada das espécies.

Com isso, a proteção da diversidade biológica se completa com a manutenção da diversidade genética, necessária tanto para assegurar o fornecimento de alimentos, de fibras e certas drogas, quanto para o progresso científico e industrial, e ainda, para impedir que a perda das espécies cause danos ao funcionamento eficaz dos processos biológicos (IBAP, 2007).

Nos documentos mais recentes da UICN de 1988, como o *From strategy to action*, há uma primeira vinculação entre a proteção da diversidade biológica (entendida como diversidade de espécies e de ecossistemas) e a diversidade cultural.

Assim, avalia-se que, até agora, o movimento conservacionista foi liderado por naturalistas, incluindo amadores e biólogos treinados. Ainda que sua contribuição tenha sido essencial, eles foram incapazes de resolver os problemas básicos da conservação, porque mais fatores limitantes não são de ordem ecológica, mas principalmente políticos, econômicos e sociais. As opiniões para a conservação têm que ser procuradas entre os políticos, sociólogos rurais, agrônomos, educadores, gestores e economistas. Em última análise, os usuários dos recursos naturais locais são aqueles que tomam as decisões.

Estudos recentes de Gómez-Pompa, Balée, e outros (1971; 1992) afirmam que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais estão relacionadas intimamente às práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos “primitivos”. A regeneração da floresta úmida parece ser, em parte, consequência das atividades do homem primitivo. O resultado do uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono no pousio é semelhante ao produzido pela destruição ocasional das florestas por causas naturais.

Esse tipo de atividade pode ainda ser visto em muitas áreas tropicais, onde um padrão de mosaico costuma ser encontrado, com a ocorrência de grandes porções de floresta úmida primária e porções de floresta desestruturadas de diferentes idades, a partir do momento de seu abandono. Vários estudos dessa série de sucessões já existem, e em muitos casos, tendem a concordar que a agricultura itinerante tem sido um meio natural para usar as propriedades regenerativas da floresta úmida em benefício do homem (Gómez-Pompa, *et all*, 1992, p. 15). Os autores vão mais longe: *“Un hecho bien conocido por los ecólogos tropicales es que gran parte de la vegetación primaria de muchas zonas reconocidas como vírgenes presentan vestigios de perturbación humana y cada día se hace más difícil encontrar zonas totalmente vírgenes”*.

Os mesmos autores afirmam que alguns pesquisadores descobriram que muitas espécies dominantes das selvas primárias do México, África e América Central são, na verdade, espécies úteis protegidas no passado pelo homem e que sua abundância atual está relacionada a esse fato. A seguir, lançam a hipótese de que a variabilidade induzida pelo homem no meio ambiente das zonas tropicais é um fator que favoreceu e favorece de maneira considerável a variabilidade das espécies, e, provavelmente, sua especiação.

Se essas hipóteses vierem a ser comprovadas, e muitos estudos recentes apontam nessa direção (OLIVEIRA, 1992) é inevitável repensar o conceito de florestas virgens e sua modalidade de conservação por meio de unidades em que se proíbe a ação da agricultura itinerante. Além disso, torna-se necessário resgatar os sistemas tradicionais de manejo, pois tais técnicas têm contribuído para a manutenção da diversidade biológica.

Nesse sentido, são relevantes os trabalhos de Posey (1987), o qual confirma que, ao lado de espécies domesticadas, semi-domesticadas, os nativos têm o hábito de transplantar várias espécies da floresta primária para os antigos campos de cultivo, ao longo de trilhas e junto às aldeias, formando os chamados campos de floresta. Esses nichos manejados foram denominados por Posey ilhas naturais de recursos e são aproveitados no dia-a-dia dos povos tradicionais, bem como no tempo das longas expedições de caça que duram

vários meses. Balée (1993) demonstra que a floresta secundária tende a alcançar à primária, em termos de diversidade, ao longo do tempo, o que pode ocorrer em menos de oitenta anos.

Os trabalhos anteriormente citados atestam o grande cabedal de saber das populações tradicionais sobre o comportamento da floresta tropical. Apontam também para a necessidade de incorporar as populações no manejo dessas áreas. Hoje muitos estudiosos e pesquisadores acreditam que culturas e saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu um equilíbrio entre a natureza e o Bijagós. Pois, os Bijagós respeitam a sensibilidade para com a diversidade natural e seus processos inerentes aos sistemas socioeconômicos de produção menos sofisticados.

Trabalhos mais recentes do Banco Mundial (CLEAVER, 1992) também apontam na direção da desmistificação das florestas intocadas e para a importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. Por causa da longa história de pousio da agricultura itinerante, junto com os povos nômade-pastores na África Central, todas as florestas atuais são realmente patamares de vários estágios sucessivos de crescimento criados pelo povo e não existem áreas que muitos relatórios e propostas chamam de prístinas (antigas) intocadas primárias ou floresta madura.

Em resumo, essas florestas podem ser consideradas artefatos culturais humanos, desta forma a atual biodiversidade existe na África é uma harmonia entre home e natureza, o que é de extrema importância na conservação dos saberes e práticas das populações tradicionais, não somente isso, mas também a participação deles na gestão dessas áreas conservadas.

5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL

5.1 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável não é novo, tendo surgido pela necessidade de se analisarem formas de conciliar a atividade econômica e a ambiental para a promoção do uso racional dos recursos naturais. Porém, é bom lembrar que o conceito é novo para o ocidente e não para populações tradicionais, que historicamente viveram e vivem a sustentabilidade, por estabelecerem na natureza um equilíbrio ecológico, uma prática milenar dos povos tradicionais bijagós.

De acordo com Bezerra (2000) o conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado em 1988 como resultado da Assembleia Geral das Nações Unidas no relatório “Our common future” (Nosso futuro comum), conhecido como Relatório Brundtland²¹. Esse diz que desenvolvimento sustentável é *“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas”*. Nesse sentido, é um conceito aparentemente indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento principalmente da sociodiversidade tradicionais na contemporaneidade.

5.1.1 Sustentabilidade

A sustentabilidade age como elo entre o respeito ecológico e as operações economicamente viáveis, as quais são regulamentadas pelas leis ambientalistas. A sustentabilidade lança às empresas, de todos os portes, o questionamento da sobrevivência em longo prazo, ou seja, sua perenidade diante dos desafios impostos pela natureza e pela sociedade.

Vale ressaltar que a sustentabilidade exige a consciência das variáveis tempo e espaço. O tempo é fundamental para a gestão da sustentabilidade, pois

²¹ Foi chamado de Brundtland devido ao fato de o encontro ter sido presidido por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega.

oferece um parâmetro de como os acidentes podem ocorrer em longo prazo, como também, em curto prazo.

Conforme Sachs (*apud* MININNI-MEDINA e LEITE, 2001), a sustentabilidade assume vários aspectos, sociais, econômicos, ecológicos, espaciais e culturais. Esses aspectos²² podem ser assim definidos:

i) Sustentabilidade Social – o desenvolvimento de um processo que crie um padrão na distribuição da renda para assegurar a melhoria da condição de vida da maioria da população, evitando a continuidade da desigualdade social, já que existe uma parcela maior de pobres e uma menor de ricos;

ii) Sustentabilidade Econômica – refere-se a um melhor manejo dos recursos naturais através de investimentos públicos e privados, sendo a eficiência econômica avaliada mais em termos macro-sociais que micro-empresarial;

iii) Sustentabilidade Ecológica – refere-se ao uso controlado dos recursos naturais, evitando a deteriorização dos ecossistemas através de práticas de redução da poluição, da emissão de gases, da conservação de energia, redução do consumo de combustíveis fósseis, reciclagem entre outros;

iv) Sustentabilidade Espacial (Geográfica) - refere-se a uma melhor distribuição geográfica da população para proteger a diversidade biológica e proporcionar uma melhoria de vida, já que existe uma concentração muito grande de pessoas vivendo em áreas metropolitanas e causando destruição dos ecossistemas dessa região;

v) Sustentabilidade Cultural - o desenvolvimento deve estar apoiado em soluções locais, adaptadas a cada ecossistema, atendendo a culturas diferentes aproveitando os conhecimentos tradicionais das comunidades locais.

²² Adaptado do modelo de Sachs (*apud* MININNI-MEDINA e LEITE, 2001, p. 348)

Nesse contexto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável segundo Sachs (apud MININNI-MEDINA; LEITE, 2001) é definido como:

Uma nova consciência dos limites da [nave espacial terrestre] e da fragilidade de seus equilíbrios ecológicos globais, um enfoque do desenvolvimento sócio-econômico orientado para a satisfação de necessidades básicas e o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha neste processo. (MININNI-MEDINA e LEITE, 2001, p. 350).

Sua função é dupla: assinalar a direção geral dos processos de mudança e oferecer um conjunto de critérios para se avaliar a pertinência de ações específicas. Nas empresas, o desenvolvimento sustentável é empregado como meio de garantia da sobrevivência global, contudo ele exige a consciência da importância de uma reparação cada vez mais rápida, em que seja evitado um impacto ambiental em curto tempo.

Após a apresentação do conceito de desenvolvimento sustentável e as etapas importantes da evolução desse conceito, que se baseia na alteração que acende este trabalho, caberá à próxima seção a caracterização da governança ambiental global e seu impacto nas comunidades tradicionais.

5.2 Governança ambiental Global e seu impacto nas comunidades tradicionais

Neste capítulo, debateremos a maneira como se dá a governança global ou a globalização governamental ambiental e de onde vem essa governança, como as decisões são executadas, que impacto isso tem para uma população tradicional e para os países em desenvolvimento. Este trabalho pretende abordar os avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção do meio ambiente e ao componente intangível da biodiversidade que envolve os saberes e as práticas tradicionais das comunidades na conservação e uso sustentável da biodiversidade, que indissociavelmente estão ligadas à rica biodiversidade, sociodiversidade guineense.

No plano internacional, a referência legislativa básica é a Convenção da Diversidade Biológica - CDB, e também, outros instrumentos internacionais, que reconhecem os direitos culturais das comunidades tradicionais e asseguram proteção à sua diversidade cultural, sociocultural e estilo de vida da

mesma, tais como a Convenção 169, da organização Internacional de Trabalho e a Resolução 1.990/27, do Grupo de trabalho sobre populações Indígenas (população tradicional) criada em 1982 pelo Conselho Econômico e Social da ONU, dentre outros, que reconhecem já em seu preâmbulo, a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e população tradicional com estilos de vida tradicionais. O Art. 8, Inciso j da CDB estabelece que os países signatários do acordo devem “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e população tradicionais com estilo de vida tradicionais relevante à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica” bem como “incentivar sua mais ampla ampliação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas”, e “encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Do mesmo modo, a Agenda 21, no capítulo 26, trata do “reconhecimento e fortalecimento do papel dos povos tradicionais” pelos Governos nacionais a fim de assegurar aos povos tradicionais maiores controles sobre suas terras e recursos, “a adoção e o fortalecimento de políticas apropriadas ou instrumentos legais que protejam a propriedade intelectual e cultural dos povos tradicionais e o direito à preservação de sistema e práticas de acordo com seus costumes”.

Assim, a fala de um dos gestores do PNO reconhece que o Governo guineense na sua legislação interna protege a sociodiversidade, intrinsecamente associada à biodiversidade, e as áreas protegidas.

No entanto, ainda não existe no ordenamento jurídico guineense um sistema de proteção legal que eficazmente proteja os direitos de comunidades étnicas tradicionais guineenses-Bijagós, nem os seus saberes. Essas comunidades, ao longo de várias gerações, descobriram, manipularam, selecionaram e manejaram espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas (CATRY et, al 2009).

A governança ambiental planetária é o maior desafio da comunidade internacional ligada à conservação do meio ambiente. Essa governança, por sua vez, estabelece comunicação com todas as nações mundiais, a fim de, juntos, cooperarem no estabelecimento de instituições e regras voltadas para o bem estar comum. O homem tradicional, historicamente, sempre conviveu e continua convivendo com o meio ambiente e fazendo dele fonte e mitos de inspiração para tudo em perfeita harmonia com a natureza.

Desse modo, as populações tradicionais Bijagós não somente convivem com as florestas ou meio ambiente e conhecem as espécies que aí habitam como a manejam, ou seja, manipulam seus componentes orgânicos e inorgânicos, aquilo que os cientistas naturais classificam como Orgânicos, Biológicos e Ictiológicos; chamam de biodiversidade, traduzida em longas listas de espécies de plantas e animais sempre descontextualizadas do domínio sociocultural, diferente do conceito da biodiversidade, em grande parte construída e apropriada material e simbolicamente pelas populações tradicionais.

Nos fóruns internacionais e alternativas legais de proteção, o papel das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade tem sido tratado intencionalmente em vários fóruns de decisão. A exemplo disso, houve o grande evento que aconteceu dentro da Organização Mundial de Comércio – OMC, quando Brasil, China, Cuba, República Dominicana, Equador, Índia, Paquistão, Tailândia, Venezuela, Zâmbia, e Zimbábue solicitaram aos membros do Conselho do Trips²³ que modificassem o acordo de proteção de conhecimento tradicional por meio do princípio do sistema ocidental de propriedade intelectual. Tal acordo visava a exigir a “divulgação das fontes e país de origem dos recursos biológicos e conhecimentos tradicionais utilizados na invenção” como “prova de obtenção do conhecimento prévio, informando por meio da aprovação das autoridades sob os regimes nacionais

²³ O TRIPS, *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*, ou, em português, *Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*, integra o Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e representa o modelo conceitual atual do Direito da Propriedade Intelectual.

pertinentes²⁴. Essa discussão sobre a necessidade de criação de um regime legal de proteção aos direitos intelectuais coletivos, ou direitos coletivos de propriedade intelectuais ocorre no plano internacional (BASSO, 2000).

Conforme Manuel Correia da Cunha (2002), o sistema de patenteamento ou de patentes torna reservado um conhecimento que era compartilhado de maneira diversa, seja por especialização local, seja por livre circulação de ideias e informações. Ao mesmo tempo, esse sistema prejudica o modo como se produzem e usam-se os conhecimentos tradicionais, pois não é possível usar, para proteger os conhecimentos tradicionais, os mesmos mecanismos que protegem a inovação nos países desenvolvidos, sob pena de destruir o sistema que os produz e matar o que se quer conservar.

Com o avanço das tecnologias na última década, em poder da humanidade ou dos países do primeiro mundo ou industrializados, hoje somos capazes de nos destruir num segundo. Entretanto, podemos fazê-lo também de outro jeito, lenta e inexoravelmente, destruindo o meio ambiente.

Apesar de os problemas ambientais virem agravando-se há vários séculos, somente nessas últimas décadas é que a comunidade internacional fez a primeira tentativa de governança ambiental global, pois a iniciativa da política ambiental já estava legitimada em nível nacional e os problemas, processos de manutenção vital da biosfera tiveram que ser percebidos como uma preocupação de todos os povos do planeta.

Desse modo, as primeiras tentativas de governança ambiental global deram os primeiros passos e tiveram grande importância no despertar da consciência doméstica, mas também é bom lembrar que tiveram mais fracasso do que sucesso, pois as ameaças dos problemas ambientais globais que atraíram a atenção do mundo trinta anos atrás continuam inalterados. Mas, ao mesmo tempo, não podemos negar que também houve avanço importantíssimo ou

²⁴ Segundo o artigo "Consentimento prévio informado: princípios orientadores e modelos concretos" Laurel Firestone. Harvad Law School & Instituto Socioambiental jun-ago. 2002.

significativo nesses últimos anos. A exemplo disso, a maior poluidora (EUA) do mundo, entrou na roda de negociação, em favor de um mundo melhor.

Afinal, o que é governança ambiental global? A terminologia não significa governo global, ou tirar autonomia dos países, nada disso, nem tão pouco incluir ações dos governos.

Para, melhor entendimento, é interessante constatar o uso da língua no campo ambiental e no campo econômico. No campo econômico internacional, é frequente a expressão *gerenciar a economia global*. Essa expressão é bastante comum e frequentemente usada porque representa uma prioridade dos governos, das instituições multilaterais de fomento e de muitos outros setores, mas não é vista e ouvida a expressão *gerenciar o meio ambiente global*. Pelo visto, o meio ambiente global é mais integrado do que a economia global. No entanto, é ainda mais fundamental para o bem-estar do ser humano, e recebe mais impacto das atividades humanas, por isso requer gerenciamento coletivo.

A ressalva feita acima sobre esse assunto, governança ambiental global, não é foco deste capítulo nem tão pouco a preocupação deste trabalho. Interessa-nos discutir como é feita a governança ambiental global? Quem são as pessoas que tomam decisões nessa governança? Como surgiu essa agenda? O meio ambiente melhorou? As exigências humanas sobre o meio ambiente são sustentáveis? Como as questões foram identificadas e equacionadas? Como são gerenciadas as decisões deste fórum mundial? O que se conseguiu até agora no campo da governança ambiental global? Que impacto essa governança tem para a população tradicional, em especial a etnia bijagó, e para os países em desenvolvimento, caso de Guiné-Bissau?

Entretanto, para responder essas questões em perspectivas, é de extrema importância começar nos anos 1960, início da conhecida *Era Moderna* das preocupações ambientais. Lembrando que, tias preocupações se resumiam aos aspectos domésticos, sobretudo locais: poluição da água e do ar, mineração de superfície, construção de rodovias, poluição sonora, canalização de represas e córregos, desflorestamento, disposição de resíduos

contaminados, usinas nucleares, exposição às substâncias tóxicas, vazamentos de petróleo, crescimento suburbano, dentre outros. Foi nessa época que a preocupação com as questões do meio ambiente ganhou força. Posteriormente, nos Estados Unidos, tais preocupações levaram à aprovação da Lei Federal e Política Ambiental em dezembro de 1969; e à criação do primeiro Dia da Terra, na década de 1970, criação da Agência de Proteção Ambiental e o Conselho Presidencial sobre qualidades Ambiental; e o Código sobre Qualidade da Água e do Ar, e tantas outras leis federais.

Foi nessa mesma época que se criaram grupos, como o Conselho de Defesa dos Recursos Naturais e o Fundo de Defesa Ambiental, e foi realizada a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972; a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, quando se bateu o martelo para a adoção da Agenda 21: Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável. Com a criação da Agenda, teve-se a nítida sensação de que as nações do mundo estavam a caminho da sustentabilidade, pois a força canalizadora da cúpula abriu caminho para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), a Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC) e a Convenção para Combate à Desertificação (CCD), que entraram em vigor durante os anos 1990.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, em 2002, continua imprecisa uma definição factível de desenvolvimento sustentável. Também continuaram deficientes, quase irrelevantes, as estruturas de apoio institucional a esse modelo de desenvolvimento, tanto em nível nacional quanto internacional.

Uma razão fundamental para esse alto nível de insatisfação, discórdia e desconforto é a falta de capacidade de mostrar progressos reais em relação aos objetivos fixados pela Conferência do Rio de Janeiro. O princípio nº 1 da Declaração do Rio de Janeiro afirma que uma “vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza” é à base do desenvolvimento sustentável e um direito das pessoas em todo o mundo.

Tendo isso como pano de fundo, é instrutivo comparar o surgimento da agenda global com emergência predominantemente doméstica de uma década antes. As diferenças mostraram-se úteis para que os governos fizessem correções de rota. A agenda global não nasceu na escala de baixo para cima, a partir de um impacto real sobre as pessoas; ao contrário, foi forjada de cima para baixo, em nível internacional, pela ciência, por ONGs e por uma diminuta agência da ONU, escondida em Nairóbi, capital do Quênia, leste da África.

Ao contrário da agenda doméstica, o respeito pela soberania nacional requer acordos entre muitos governos, amiúde com diferentes escalas de prioridades. Sendo assim, nenhum governo pode ser compilado nem obrigado a concordar. Portanto, é difícil conseguir tratados obrigatórios; eles são raros. Conforme se observou anteriormente, há uma lista significativa de realizações que se seguiram ao surgimento da nova agenda global.

O que é que a governança ambiental global tem a ver com comunidades tradicionais ou saberes e práticas tradicionais bijagó? Aqui brota o embrião da questão; se as decisões são tomadas em nível global e executadas em nível local. Sabemos que todos os parques de conservação são criados nos territórios das comunidades tradicionais, e sempre são retirados os residentes com a política de melhor conservação do lugar, esquecendo que há milhões de anos essa comunidade ou grupo étnico vem convivendo em harmonia com o meio ambiente.

Tentamos responder a todos esses questionamentos neste trabalho, após falar com algumas entidades e instituições governamentais e não governamentais – ONGs, ligadas à conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, através da aplicação de questionários semiestruturados e abertos, sobre impacto negativo e positivo da globalização governamental ambiental, no estilo de vida da comunidade bijagó.

Todos os entrevistados concordaram que é necessário que haja uma agenda em nível nacional e internacional sobre o gerenciamento do meio ambiente; não somente isso, mas também um mecanismo de controle. Ao mesmo tempo,

todos concordaram também que há uma deficiência no funcionamento da governança ambiental global, alegando que o mundo continua a perder habitats e espécies animais e vegetais a uma taxa espantosa, e a capacidade dos sistemas nacionais de responder às exigências humanas diminuiu, provocando inundações, secas e outros graves desastres naturais, às vezes provocados por mau gerenciamento do meio ambiente por parte de alguns governos.

O crescimento das populações humanas e os padrões ineficientes de consumo continuam a exercer pressão adicional sobre os recursos e os sistemas naturais já extenuados. No entanto, olhando do outro ângulo, também reconhecemos que as expectativas de vida têm aumentado ligeiramente, e os países em desenvolvimento tiveram alguns ganhos nesse sentido. Houve avanços significativos nas áreas de Medicina, mas surgiram, ao mesmo tempo, novas doenças e novas ameaças à saúde humana e ao meio ambiente.

A combinação desses fatos, não permite que se tenha um quadro abrangente do processo rumo à sustentabilidade global. Podemos afirmar, que na melhores hipóteses, que algumas vidas humanas melhoram e outras continuam enfrentando grandes necessidades ou vivendo na miséria absoluta, debaixo da linha de pobreza, alguns sistemas naturais estão indo bem, mas nenhum permanece intocado, pois todos já sofreram ação maléfica do homem.

No entanto, isso significa que as questões ambientais tratadas pela governança ambiental em nível global tendem a ser aquelas constantes da agenda de prioridades dos países do Norte - industrializados. Todavia, os efeitos da mudança climática tendem a ser mais adversos, sobretudo para os países em desenvolvimento, que têm preocupações mais imediatas e urgentes com outros problemas.

Nesse contexto, a maioria dos entrevistados alegou que já está na hora da incorporação outros tipos conhecimentos, a fim de aproximar Norte e Sul na governança ambiental global, o que significa uma nova forma de pensar dentro das instituições globais, para que se possam ampliar categorias de conhecimento a serem considerados na preservação do meio ambiente global.

Contudo, isso exigiu que os responsáveis pelas decisões reconhecessem que a “ciência ocidental” do Norte, não está em condições nem tão pouco pode fazer tudo sozinho, pois as experiências das comunidades locais e os saberes tradicionais das etnias são soluções para muitos problemas ambientais globais. Temos, como exemplo disso, o meio natural onde vivem essas etnias, que continua intacto no que diz respeito à preservação da biodiversidade.

Os entrevistados alegaram também que não há mistério sobre o que deve ser feito. Contudo, o grande problema ou mistério é como se chega àquele caminho. Os sistemas políticos alternam entre pequenos incrementos e rápidas mudanças – um padrão de equilíbrios intercalados. O meio ambiente global tem sido tratado em pequenas doses pelos governos mundiais, quando precisamos de uma grande reforma, de uma mudança de fase, de um clímax, de uma rápida transformação para um novo equilíbrio global.

Também representantes dessas instituições confirmam que há fortes sinais alvissareiros de que as coisas estão começando a mudar para melhor, mas ainda nos primeiros estágios da jornada para a sustentabilidade e conservação da biodiversidade. Porém, esse primeiro estágio para a sustentabilidade depende ainda da resolução de um grande problema, *a linha divisora de saberes entre Norte e o Sul*²⁵, resultante da significativa diferença de conhecimento científico acumulado nas duas regiões e da desigualdade existente entre ambas na geração de novos conhecimentos e na aceitação de alternativas de saber étnicos ou locais. Conforme se observa, para Esty, as consequências desse divisor para a governança ambiental global se destacam da seguinte forma:

As questões do sul são menos visíveis na agenda da governança global; o conhecimento *globalizado*, produzida em outras zonas ecológicas e em outros cenários socioeconômicos e socioculturais, é menos representativo para as condições no sul; e como resultado disso, sul fica incapacitado para participar em termos equitativos da governança global. (KARLSSON apud ESTY, 2005, p. 63).

²⁵ Os países em desenvolvimento ao qual me refiro aqui como *sul*, todos eles basicamente estão localizados em ecossistemas subtropicais ou tropicais. Os desenvolvidos ou *Norte* localizam-se, sobretudo em áreas de clima e de ecossistema temperada e ártico.

No terceiro maior continente do mundo, a África, com 53 países, há apenas nove academias científicas de prestígio, conforme o conceito usado na classificação das academias pelos países do Norte, (MENESES, 2004). Isso traz grandes implicações e consequências para o continente, em especial para os grupos étnicos, no que diz respeito à governança ambiental global, já que na tomada das decisões sobre os problemas ambientais prevalece a opinião dos cientistas e especialistas em questões ambientais, e nesses fóruns não participa nenhuma comunidade tradicional.

Há um mecanismo de assessoria científica, em nível global, por meio do qual os cientistas são convidados a dar conselhos sobre questões do meio ambiente. A maior parte desses cientistas é do Norte e seus estudos e pesquisas também se localizam, sobretudo, em áreas de clima e de ecossistema temperado e ártico (ESTY, 2005).

Isso significa que o conhecimento científico é frequentemente coletado, analisado e resumido em avaliações de problemas ambientais específicos, e não nos ecossistemas subtropicais ou tropicais. Por essas e outras razões, essas orientações científicas são menos valiosas para os problemas ambientais do Sul:

- a. Existem ecossistemas e espécies únicos de importância ecológica e econômica e social no Sul, mas apenas marginalmente em países desenvolvidos (florestas tropicais, mangues, recifes e corais, dentre outros). Essas importantíssimas informações não são levadas em conta na tomada de decisão global;
- b. Existe uma gama de sistema florestal, agrícola e hidrográfica únicos nos países tropicais e subtropicais;
- c. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, que vão desde as técnicas de manejo de recursos naturais, alimentícias e agrícolas de espécies, métodos de caça e pesca;
- d. Saberes tradicionais sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas; conhecimentos de categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais.

Dessa maneira, os motivos elencados acima levam este trabalho, a concluir que a globalização do conhecimento, em grande parte baseada nas conclusões das sociedades e nos ecossistemas do Norte, apresenta obstáculos adicionais aos países do Sul e às comunidades locais nas deliberações de ordem da governança ambiental global e colocam, assim, os países desenvolvidos em vantagens nos fóruns internacionais em que se discute a governança ambiental global. Não só isso, mas também deixa de fora uma parcela muito importante, na conservação da biodiversidade, do conhecimento das populações locais. O exemplo de isso são os povos do arquipélago dos Bijagós na costa ocidental da África, que mantêm, há milhões de anos, a sua sociodiversidade e seu estilo de vida através dos seus saberes e práticas transmitidas de geração em geração, que jamais será levada em consideração na tomada das decisões na governança ambiental global. Esse sítio sagrado, conservado pelos Bijagós, tem, todavia, um protagonismo discreto na grande cena internacional.

No entanto, afligidos por graves problemas que os têm mantido à margem das grandes tendências de desenvolvimento (com todos os seus aspectos negativos e positivos), os Bijagós conservaram, de forma “natural”, patrimônios culturais e ambientais verdadeiramente notáveis. Sem verdadeiramente o querer, e com pouco reconhecimento dos seus parceiros de cooperação, o arquipélago dos Bijagós exerce um papel importante na conservação da biodiversidade global.

Principalmente, nas densas redes tecidas pelo vôo das aves migradoras, por exemplo, o arquipélago se apresenta como um nódulo fulcral, enquanto local de paragem e invernada para muitas centenas de milhares de indivíduos das aves, grande parte das quais nidificantes na Europa e no Ártico. As suas florestas albergam ainda animais carismáticos e ameaçados, como o hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*) das águas salgadas, (único lugar do mundo onde essa espécie vive na água salgada) (SILVA, 2009). Também as suas tabancas (aldeias) escondem segredos e tradições, preservados numa multiplicidade de sociodiversidade cultural que se mantêm viva, apesar de todas as pressões da globalização em sentido contrário,

Desse modo, no rico panorama do arquipélago dos Bijagós, as tartarugas marinhas ocupam um lugar de destaque. É um dos elementos da biodiversidade mais presentes e conhecidos. As populações reprodutoras, sobretudo nas ilhas Bijagós consideradas sagradas, são, pelo menos no caso de uma espécie, numericamente importantes. Na verdade, os Bijagós albergam uma das maiores concentrações reprodutoras de tartaruga-verde em nível global.

A diversidade dessa também é notável. Encontram-se nos arquipélagos dos bijagós cinco das sete espécies de tartarugas marinhas atualmente existentes no planeta. Isso acontece graças à política e conceito de conservação adotada pelo Governo guineense no arquipélago dos Bijagós, à criação das áreas de conservação nacional e à gestão compartilhada dessas áreas com a população tradicional bijagós, mantendo, assim, a lógica que as áreas de preservação são de comunidades para comunidades e respeitando o estilo de vida e seus usos e costumes.

6. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO SABERES E PRÁTICAS NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO ARQUIPÉLAGO.

Nesta seção, são reunidos todos os dados mais expressivos conseguidos pela pesquisa de campo de maneira a construir-se uma representação da multiplicidade natural existente nas percepções dos entrevistados com relação ao saberes e práticas tradicionais da etnia Bijagó. Observa-se a relação que esses saberes e práticas têm com a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau e aos temas acomodados por essa pesquisa, buscando sempre refletir de uma forma mais clara a realidade encontrada nesta pesquisa de campo.

Parte-se aqui do entendimento do método científico como item de um corpo teórico integrado, que envolve as técnicas, dando-lhes sua razão ou não, perguntando-lhes sobre as probabilidades e os obstáculos que trazem ou podem trazer às teorias a que servem no trabalho para a análise do objeto em estudo (Reymond Quivy, 2003). A técnica aplicada nas entrevistas no campo permitiu explorar as peculiaridades da visão de mundo dos entrevistados.

Dessa maneira, sendo agregada aos dados já levantados pela pesquisa bibliográfica, possibilitou uma perspectiva mais acurada dos fenômenos investigados.

Nesse contexto, sabendo-se das maiores complexidades no que diz respeito à tarefa de análise dos dados encontrados com a pesquisa de campo, os sujeitos entrevistados, em geral, passam a serem co-autores do objeto deste estudo, ou seja, a integração de dados obtidos no campo será correlacionada com o conceito, o método e o sujeito. Dessa forma, esse trabalho espera ter atingido o objetivo fundamental do estudo.

Neste trabalho, tentaremos aproximar ao máximo aquilo que acreditamos ser possível no que diz respeito à compreensão do saber e práticas Bijagós e à relação que esses têm com organização, gestão e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, mais especialmente, na Reserva Biológica do Arquipélago Bolama Bijagós.

Dessa forma, para melhor abrangência e compreensão na pesquisa de campo, os dados obtidos foram agrupados conforme as falas encontradas juntos aos entrevistados e de acordo com o método e técnicas usadas na pesquisa do campo. Isso foi feito para melhor entendimento das responsabilidades das instituições governamentais e não-governamentais que trabalham no arquipélago na conservação da biodiversidade, e para saber qual é a real parcela de contribuição que cada um tem na manutenção do saber e práticas tradicionais e na organização, gestão e conservação da mesma.

O primeiro agrupamento reúne os dados que este trabalho obteve com questionários feitos nas comunidades locais Bijagós e também com representante das instituições governamentais e não governamentais-ONGs, e representantes de algumas entidades religiosas que trabalham no Arquipélago Bijagós.

O segundo agrupamento reúne dados das pessoas que fazem parte da co-gestão Bijagós das áreas protegidas e instituições ligadas aos parques nacionais de Orango-Grande e João Vieira, que trabalham diretamente com

comunidade Bijagós. Foram realizadas 60 entrevistas, todos os questionários foram respondidos, sendo que alguns desses tiveram respostas incompletas. Todos os dois agrupamentos responderam os questionários de roteiros de entrevistas semiestruturados. Os diferentes temas tratados foram divididos em perguntas, cujas respostas eram livres, cabendo ao entrevistador intervir somente quando surgisse uma reflexão peculiar, cujo maior esclarecimento se fizesse necessário. Cabe acrescentar aqui que as limitações de tempo das entrevistas eram condicionadas pelos entrevistados.

Desse modo, apesar das maiores dificuldades de transcrição e tabulação das informações obtidas nesse tipo de entrevista, seu emprego é mais pertinente por ser capaz de revelar as atitudes, ideias e ações relevantes dos entrevistados, que não seriam, em hipóteses nenhuma, detectadas através de outros métodos de pesquisa. A valorização e a caracterização das especialidades entrevistadas com questionários semiestruturados, dessa maneira, permitiram encontrar as relações e percepções da problemática que é os saberes e práticas da etnia Bijagós e suas relações na conservação da biodiversidade e na manutenção do estilo de vida.

Todos os dados que essa pesquisa obteve junto aos entrevistados no campo são analisados através do método comparativo, que, segundo Lakatos (1990), é usado com a finalidade de verificar as similitudes e explicar divergências. Conforme o autor esse método permite analisar os dados concretos, deduzindo dos mesmos os elementos constantes, abstratos e gerais, também em nível de explicação, como neste caso, e pode, até certo ponto, apontar vínculos causais entre os fatores presentes e ausentes nas respostas dos entrevistados.

Dessa forma, este trabalho se respalda numa perspectiva de construir uma relação metodológica que enfoque o objeto de pesquisa como um sujeito histórico e socialmente atuante. Para Limoeiro (1976), esse é também um sujeito empírico, portador de um importantíssimo saber e prática sociocultural e socioambiental que lhe ditam, as maneiras de proceder, as normas a seguir, as preferências, os hábitos, os mitos, dentre outros, de uma linguagem e procedimentos que lhe estrutura o pensamento.

Com isso, conforme encaminhamentos deste trabalho, serão analisados os dados de todos os questionários, começado pelo primeiro agrupamento, que são as comunidades locais Bijagós e também com representante das instituições governamentais e não governamentais-ONGs, e representantes de algumas entidades religiosas que trabalham no Arquipélago Bijagós.

Sendo que esses foram obtidos através dos questionários que abordaram os seguintes temas: modo de vida Bijagós; trabalhos das ONGs no arquipélago; a globalização e definição de saberes e práticas tradicionais Bijagós; importância da oralidade; modo de organização, gestão e conservação, dentre outras. Em cada um desses questionários, o entrevistado respondia de acordo com seu grau de saber tanto ele científica como tradicional a respeito dos temas apresentados acima.

Desse modo, a seguir, serão analisados todos os dados obtidos na pesquisa, lembrando que o percentual total de participantes que responderam todos os questionários completos é de 73,4% e os que não responderam por completo é de 26,6%, sendo que esses responderam pelo menos mais da metade das questões.

Quadro Faixa etária dos entrevistados

	15 – 35 anos	36 – 45 anos	46 – 50 anos	51 em diante
n	5	15	20	20
%	8,34%	25%	33,33%	33,33%

Fonte: Próprio autor

90% dos respondentes têm idade maior que 36 anos e outros 10% menos que 35 anos. A intenção do trabalho em ouvir quase todas as faixas etárias é de extrema importância para este estudo, dado que os entrevistados de cada faixa etária respondiam de acordo com seu grau de instrução, conhecimento e experiências que tinham acerca do saber bijagó e das práticas de conservação do homem bijagó e natureza. Essa é uma relação de simbiose ou associação

de homem Bijagó com o meio ambiente ou mais seres de espécie diferente, que lhe permite viver com vantagens recíprocas e caracteriza-o como um só organismo homem/natureza.

O quadro abaixo reforça o pensamento anterior. A intenção foi ouvir essa categoria observando o nível de escolaridade conforme o conceito ocidental e o conceito tradicional. Essa metodologia foi de extrema importância, pois cada um respondeu conforme a convivência e a visão que tem sobre o saber e as práticas Bijagós e suas relações com a conservação da biodiversidade. Muitos responderam frisando os dois conceitos ou as duas visões do mundo tanto tradicional e ocidental. Segundo o grau de escolaridade dos respondentes, verificamos que 50% dos possuem escolaridade de Nível Superior; o restante inclui o analfabeto funcional, o Nível Médio e doutorandos. Destacamos ainda que 80% dos respondentes possuem nível acima do médio, conforme mostra o quadro.

Quadro - Nível de Educação Formal

	Analfabeto funcional	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Mestres / Doutores
n	5	5	11	30	9
%	8,34%	8,34%	18,32%	50%	15%

Fonte: Próprio autor - pesquisa do campo.

6.1.1 Discutindo o conceito de saberes e as práticas tradicionais Bijagó

Para melhor entendimento da análise dos dados obtidos na pesquisa, primeiro será apresentado o objeto das questões que serão analisadas; depois dessa etapa, as questões serão elencadas e, posteriormente, feita a sua análise, tendo em conta os conceitos, objetivos e pressupostos da pesquisa que orientaram este trabalho. Todas as questões serão reunidas em grupos de acordo com a sua divisão de entrevista, de maneira a possibilitar melhor o seu entendimento e análise; caso contrário, a análise será feita de maneira particular.

Nesse sentido, no primeiro questionário procurou-se apurar o grau da concordância dos entrevistados acerca de algumas definições e afirmações do saber e das práticas tradicionais Bijagós. As questões levantadas nesse questionário procuraram erguer as características mais repetidamente citadas na literatura sobre saber tradicional, ou procurou saber sobre a operacionalização socioterritorial, renovação, transmissão desse conhecimento e atual risco de desaparecimento frente aos problemas de aculturação do mundo globalizado, mesmo sem sair do lugar de origem.

Neste trabalho, como já colocamos, as populações tradicionais Bijagós são consideradas produtoras de saberes e práticas de manejos a eles pertinentes, essenciais na manutenção do estilo da vida da própria comunidade e na preservação da biodiversidade no arquipélago do Bijagós há milhões de anos. Assim, há várias gerações essa convivência vem acontecendo, sendo que, nesses últimos tempos, o tema tem sido colocado na ordem do dia face ao reconhecimento da problemática ambiental no contexto global e à necessidade cada vez maior de inventariar os conhecimentos, usos e práticas dessas populações, levando em consideração que a biodiversidade segundo o conceito do governo guineense, não é somente um produto da natureza para o homem tradicional-Bijagós, mas sim, também produto das sociedades ditas tradicionais e culturas humanas.

Dessa forma, acredita-se que, indagando-se os significados dos saberes e práticas tradicionais Bijagós usadas pelos entrevistados, seja possível dar o primeiro passo para a abrangência de como esse saber é organizado, gerenciado, conservado e, acima de tudo, estabelecido, sempre levando em consideração as afirmações levantadas que seguem abaixo, e alguns aspectos ou características básicas que encontramos na maioria das respostas sobre esse saber e as práticas tradicionais Bijagós. Na maioria das partes, as questões buscaram verificar como o entrevistado percebia ou percebe a dinâmica do saber e sua familiaridade, renovação, transmissão, estilo de vida e práticas de convivência com a biodiversidade no cotidiano e nos últimos tempos no mundo globalizado.

1. Os habitantes do arquipélago (Bijagós) são povos que possuem um vasto saber sobre a natureza e uma rica cultura que fora adquirida ao longo de várias gerações, transmitida socialmente e tradicionalmente; 2. Os Bijagós são povos que dependem da natureza para a sua subsistência e utilizam os recursos que a natureza os oferece de forma sustentável, fazendo isso por demonstração e imitação ao longo dos séculos; 3. Os saberes são baseados na experiência cotidiana, produzidos, acumulados e renovados através de várias gerações por experimentação deliberada, tentativa e erro; 4. O saber transmitido socialmente de geração em geração, oralmente, não escrito, apreendido através da experiência, por demonstração e imitação.

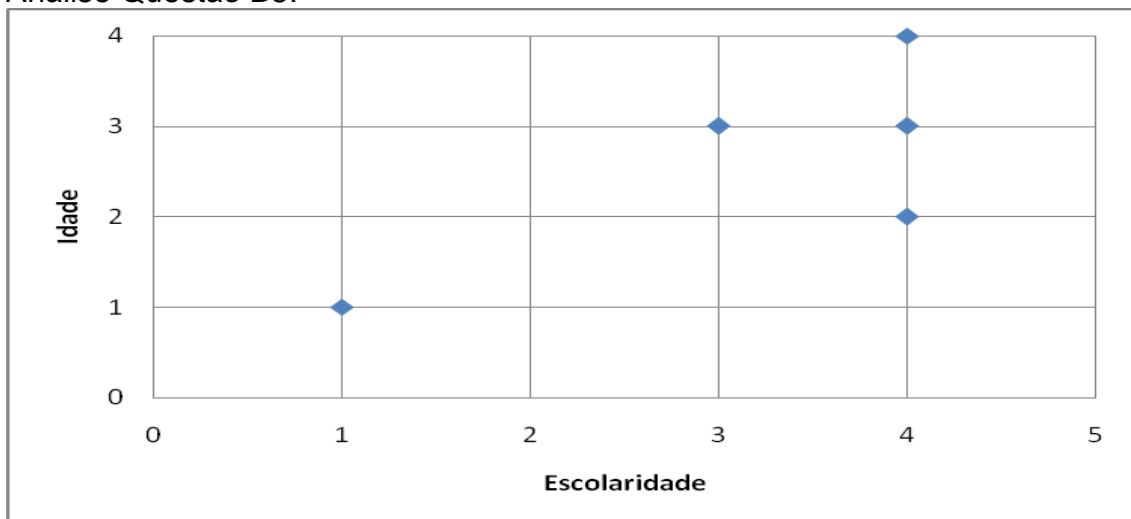
De modo geral, nas respostas dadas pelos entrevistados nessas questões verificou-se uma unanimidade de concordância sobre o tema proporcionado, em especial aquelas características gerais. Essa concordância é constatada a partir das falas encontrada na análise das categorias, o que nos leva a concluir que os entrevistados possuem um bom conhecimento do tema, mas por outro lado.

Apesar da unanimidade encontrada entre os entrevistados sobre o saber tradicional Bijagós na conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, tivemos a sensação de que ainda falta alguma coisa nessas respostas, pois pode ser que eles visem a proteger apenas aquilo que acham essencial para a manutenção do estilo de vida e a preservação (não desaparecimento) do saber. O primeiro passo para melhor entendimento das definições dadas pelos entrevistados sobre os saberes e as práticas tradicionais Bijagós é entender a maneira como esses saberes são transmitidos de geração em geração ou estabelecem a sua gestão, uma vez que ainda não há um controle efetivo sobre os pesquisadores no arquipélago nem sobre os “turistas”, nem tão pouco sobre as “agências de desenvolvimento”, se bem podemos chamar seus agentes de turistas, visto que, segundo os próprios habitantes do arquipélago, muitos se disfarçam assim para poder manter contato com as populações locais e tirar delas aquilo que interessa, sem dar nada em troca, principalmente na área de biomedicina, sistema tradicionais de conservação de espécies e colheitas e tantos outros confirmando, assim, a biopirataria desse saber.

5. São povos cujo saber é ligado ao território por algumas gerações, e corre um grande risco de desaparecimento com a devastação ambiental e transformação de seus modos de vida.

Nessa questão, vimos certa concordância entre os respondentes apenas parcialmente com a questão e, desses, três são de Nível Superior e cada um é de uma faixa etária diferente, iniciando a partir de 36 anos. No entanto, alegam que esses saberes e práticas precisam ser associados a outros modelos atuais de tecnologia avançada para poder manter-se e reproduzirem novos valores, caso contrário corre realmente risco de desaparecer.

Análise Questão B5.



Fonte: Elaboração própria

Já as questões que se seguem remetem à manutenção do estilo de vida da comunidade Bijagós e como essas práticas contribuem para a conservação e manutenção da biodiversidade e modo de ser Bijagós, o seu estilo de vida.

1. Os saberes, práticas tradicionais e a manutenção do estilo de vida da comunidade Bijagós contribuem para a conservação e manutenção da biodiversidade; **2.** As paisagens harmoniosas e selvagens do arquipélago atraem promotores turísticos muitas vezes pouco preocupados em respeitar o meio ambiente ou a sociedade tradicional; **3.** A globalização dos mercados encoraja a monetarização progressiva da economia dos Bijagós, que se orienta pouco a pouco para culturas comerciais, como o caju, em detrimento das zonas

de palmeiras; **4.** O modo de vida tradicional dos Bijagós é baseado numa economia de subsistência em que o conjunto dos recursos naturais do território é aproveitado de forma diversificada.

A questão **3** trata da globalização dos mercados e encorajamento da monetarização progressiva de uso costumeiro dos Bijagós. Essas comunidades, por sua vez, orientam-se pouco a pouco para culturas agrícolas comerciais, como a plantação o caju em detrimento das zonas de palmeiras. Nessa questão, houve maior concordância entre os entrevistados o que é de grande preocupação para a comunidade Bijagós e representantes dessas comunidades tradicionais - visto que essa tendência, caso não seja mudada ou desenfreada, pode levar a um problema gravíssimo no que concerne ao estilo de vida do Bijagó e à manutenção do uso e costumes locais no arquipélago, como também a um posterior desaparecimento das práticas sustentáveis.

A unanimidade encontrada nessa questão leva a entender as preocupações das lideranças das populações tradicionais Bijagós, que têm por obrigação tradicional zelar por interesse da comunidade e buscar manter os direitos coletivos. Muitos alegam a existência dos detentores especializados na mercantilização do saber Bijagós. Essa biopirataria do conhecimento, se prosseguir, poderá dar margem a especulações sobre a possível aplicação de direitos privados individuais para esse tipo de saber. Isso, sem dúvida, traria implicações negativas ao arquipélago, no tocante a sua autonomia do poder tradicional local, sociocultural, religioso e político, já que vem sendo gerenciado ou administrado em paralelo com poder do estado guineense.

Nas questões que vêm a seguir, mostra-se a existência das regras costumeiras, valores socioculturais e religiosos que estão associados à biodiversidade como uma característica única inerente ao Bijagó.

6. Etnia com visão de mundo na qual os valores socioculturais e espirituais estão associados à biodiversidade e também uma elevada importância do mito, ritual e simbolismo; **7.** O modo de vida, os costumes tradicionais e o caráter

sagrado de certas ilhas dos Bijagós explicam o estado de conservação excepcional do meio ambiente.

Conforme as respostas dos entrevistados nestas questões encontramos uma alta concordância, tanto entre os próprios bijagós como também entre as organizações, sejam governamentais e não governamentais, que trabalham na gestão dos parques nacionais do arquipélago, confirmando que a visão do mundo dos Bijagós e seu estilo de vida é o alicerce de sustentação de todas as boas práticas de conservação da biodiversidade.

Essa boa prática se dá na existência de certas ilhas e lugares, por exemplo, considerados sagrados, reservados somente para atos religiosos ou de *Manrass* (áreas reservadas para rituais sagrados, conhecida como iniciação) onde os bijagós não iniciados, e não se pode pisar de jeito nenhum, nem a sacerdotisa pode autorizar qualquer atividade tanto agrícola, sociocultural ou de qualquer outra natureza nesses lugares antes do tempo determinado pelo conselho de anciãos, que é no mínimo quinze a vinte anos. Para outras atividades religiosas e socioculturais, esses lugares são vetados. Esse modo de organização tradicional dos Bijagós, associado aos costumes tradicionais do poder e ao caráter sagrado de certas ilhas e outros lugares no arquipélago, faz-nos entender realmente quem são os Bijagós e explica o estado de conservação excepcional da biodiversidade no arquipélago.

A questão que será apresentada a seguir levanta uma preocupação com o possível desaparecimento do saber e das práticas tradicionais da etnia Bijagós. É um item de extrema importância na discussão que este trabalho vem tratando: a corrida pelos saberes e práticas tradicionais Bijagós e globalização da mesma em função da bioprospecção, que parte de uma visão contratualista e política segundo a qual, resumidamente, devem-se vender a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais para salvá-los, baseado na lógica do capital e do próprio mercado.

8) O saber Bijagós, se não for preservado, corre alto risco de desaparecimento, com a destruição ambiental, globalização, modificação das populações tradicionais e seus estilos de vida.

Esse questionário alcançou uma aceitação unânime junto aos entrevistados uma aceitação boa quase em todas as camadas, menos os jovens. Sendo assim, não foi totalmente unânime entre todos, porém é uma das questões que teve quase consenso em todas as hierarquias da comunidade tradicional e nos movimentos ambientalistas. Por outro lado, a camada juvenil que respondeu a essa questão fez algumas ressalvas no que se trata da globalização, alegando que é de extrema importância a globalização de saberes, que não chega a ser assustadora, pois já era esperada devido à grande pressão do capitalismo, mas é um ponto de preocupação, visto que os jovens são a força da sociedade e os futuros guardiões do saber e as práticas bijagós. Isso indica uma concordância com o fato de que esse saber corre realmente um alto risco de supressão, se as medidas de proteção jurídica não forem tomadas pelo Estado.

Por outro lado, houve uma posição um pouco antagônica nessa questão por parte de alguns cientistas sociais, animadores, técnicos, antropólogos e tantas outras camadas envolvidas na conservação da biodiversidade no arquipélago. Segundo a visão desses colaboradores e gestores das áreas protegidas, os quais se baseiam na visão dominante da ciência moderna e do mundo contemporâneo, ou na lógica do capital e do próprio mercado, a melhor maneira de preservar a sociodiversidade e a biodiversidade é usá-la, porém não como os povos tradicionais fazem ao longo dos séculos, mas segundo o conceito do mercado e do mundo globalizado de mercado. Ao mesmo tempo, eles aconselham que ambas as forças devem andar juntas, o que é um pouco contraditório se olharmos para a história da humanidade e do homem contemporâneo.

A questão que vem a seguir fala sobre os trabalhos realizados por ONGs no arquipélago e da avaliação dessas junto aos entrevistados, fazendo jus à gestão participativa. 5. Como vê o trabalho das três ONGs, a Tiniguena - esta terra é nossa, a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e

a FIBA (Fundação Internacional do Banc d'Arguin), que trabalham no arquipélago entre outros.

Nesse questionário, procurou-se obter as percepções dos entrevistados sobre os trabalhos feitos por organizações não governamentais, tanto nacionais como internacionais. Os respondentes desse questionário tiveram uma discordância com os trabalhos feitos por essas ONGs, alegando que muitos delas não têm ajudado em nada, nem na manutenção nem na conservação da biodiversidade no arquipélago dos Bijagós.

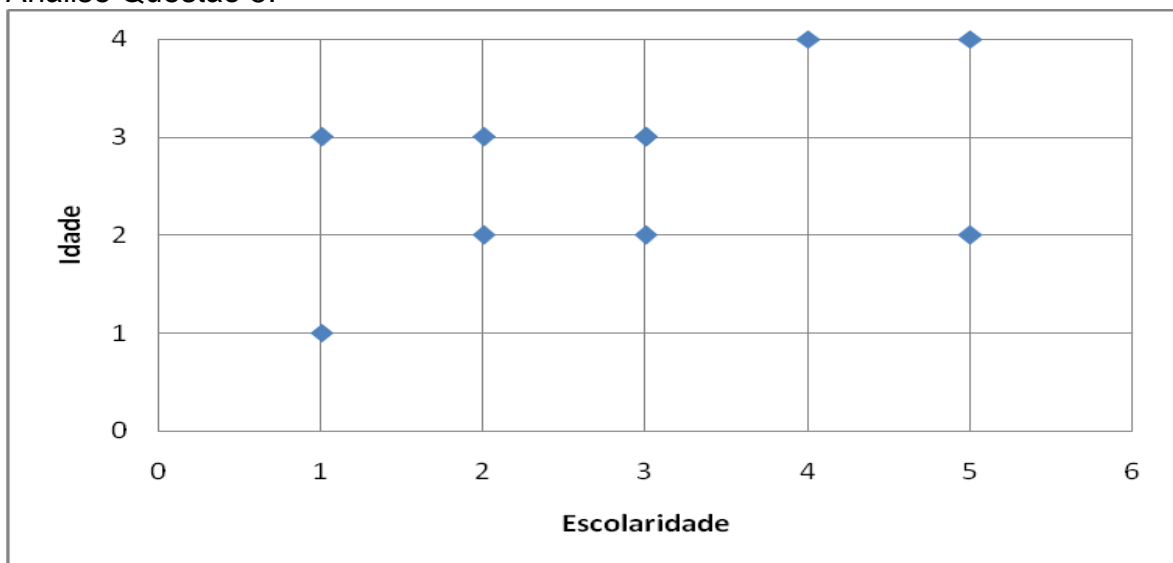
Apenas 1/3 das pessoas responderam que concordavam parcialmente com a questão 5 e observamos que 70% dessas possuem grau de escolaridade até o ensino médio. Ainda sobre esse 1/3 que responderam que concordam parcialmente com a questão 5, os 6 possuem mais de 46 anos. Outra menção importante encontrada junto aos entrevistados, diz respeito ao tratamento que essas organizações tende ao sagrado e a poder local. No arquipélago, as matas de elevada qualidade são as protegidas pela etnia, dada as práticas costumeiras dos mesmos, pois essas matas são usadas para a realização de práticas culturais e religiosas, como já vimos acima.

Por outro lado, a implementação de um sistema de gestão participativa encontrada nos parques nacionais, como na Ilha de Orango Grande, é uma forma eficaz e legal de minimizar os conflitos entre as áreas protegidas e as populações tradicionais locais, respeitando a política sociocultural que essa etnia há milhões de anos vem implementando; uma tradição de gestão dos seus recursos. Conforme muitos respondentes desse questionário colocaram, a forma dessa gestão tem ajudado as populações locais a conhecer os problemas e as dificuldades de resolução associadas à conservação. Essa situação, apesar de ser desejável, também enfrenta dificuldades por ser frequentemente difícil haver consensos entre as partes quanto à forma de gestão.

Para o respondente da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, a sensibilização das populações é uma peça fundamental na

minimização dos conflitos entre as pessoas e a conservação da natureza. O fato de a etnia Bijagós ter algumas espécies de animais como sagradas ajuda na conservação. Eles respeitam esses animais e, conseqüentemente, toleram os estragos provocados por eles. É precisamente prova disso a não matança de hipopótamos na Ilha de Orango, pois ninguém quer perder a bênção ou ser amaldiçoado. Quando os valores patrimoniais das áreas protegidas são reconhecidos como relevantes pelas populações locais (caso Bijagós) a tendência para tolerar os seus inconvenientes é maior.

Análise Questão 5.



Fonte: elaboração do próprio autor

A questão a seguir complementou o que queríamos saber ainda a respeito dos trabalhos das ONGs no tocante a desenvolvimento sustentável do arquipélago e trabalhos desses em médio e longo prazo.

6. Os trabalhos desses com a educação, a prevenção sanitária, a defesa do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais, têm assegurado o desenvolvimento durável do arquipélago.

A maioria das pessoas que responderam este questão considera de extrema importância aos trabalhos desses ONGs nas áreas citadas no questionário acima, já que a Guiné-Bissau tem ainda uma população com um nível educacional reduzido e a sua maior riqueza no presente são os recursos

naturais, e o país tem pouca ou nenhuma indústria no beneficiamento das frutas que a nação tem em abundância.

Até a data presente, os recursos naturais da Guiné-Bissau têm sido suficientes para sustentar a população nacional e graças a isso os guineenses em especial os Bijagós no geral não passam fome e não figuram na classe dos miseráveis. No entanto, se a gestão dos recursos naturais não for bem feita de uma forma sustentável, os alimentos vão começar a escassear e a segurança alimentar das populações poderá estar ameaçado. Com isso, segundo respondente desta questão o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais se forem bem geridos, permitirá a existência de um desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que concilia a qualidade de vida do Homem Bijagó com a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, em particular.

Nesse questionário, buscou-se obter as percepções dos entrevistados sobre como as ONGs e governo guineense têm assegurado o saber tradicional e os recursos genéticos e também a posição dessas entidades frente à lógica intrínseca da proteção dos conhecimentos tradicionais e como componente técnico do manejo ambiental sustentável. Isso tem sido abordado, segundo uma atitude de “conservação pela comercialização” por parte de pesquisadores e outras instituições afins, desconsiderando o aspecto dinâmico do estilo de vida de seus detentores.

7. Tem ajudado os Bijagós a assegurar o seu futuro, respeito pelos seus costumes, pelo seu estilo de vida e meio ambiente.

Conforme afirmações dadas pelos respondentes dessa questão, que tratam o saber e a prática tradicional Bijagós como um sistema de conhecimento em sentido amplo, (oralidade e transmissão oral de geração para geração, reconhecimento de solos, de conhecimento da astronomia para plantio e coleta, de controle natural de pragas, de domesticação de animais e plantas, respeito à natureza, existência de forma coletiva de apropriação, produção coletiva, preservação da língua, sistemas nativos de classificação de espécies

animais e vegetais e de uso de plantas medicinais e aromáticas, dentre outros) e que seria regulado por sistemas tradicionais de autoridade e organização social. Tal situação leva a entender que esses sistemas determinam direitos costumeiros locais acerca do território e uso dos recursos, e, por outro lado, observa o uso e manejo cotidiano dos recursos e delimitam os processos de transmissão e inovação desse saber.

No sentido prático, o saber tradicional contemplativo Bijagós é apenas parte de um todo, uma vez que a biodiversidade é inseparável da visão de mundo e do estilo de vida das populações tradicionais Bijagós e dos outros povos tradicionais guineenses.

6.1.2 A corrida pelo saber e práticas tradicionais Bijagós

Nesses questionários, procurou-se averiguar o grau de unanimidade - concordância dos entrevistados com relação aos eventuais motivos da existência atual de uma possível corrida pelo saber e práticas tradicionais Bijagós. A resposta foi obtida junto aos entrevistados, que são no total 30, sendo 5 “não letrados”, analfabeto funcional segundo conceitos ocidentais. Esse número não é estranho, pois trata-se de uma população tradicional Bijagós, com média de idade entre 45 anos em diante; e 25 letrados, de diferentes níveis de escolaridade (Ensino Médio a Doutorado), com idade entre 20 a 55 anos.

Em termos percentuais, os dados mostram que 8% respondentes são “não letrados” e 92% letrados, sendo que todos os entrevistados responderam às questões, mas a maior precisão de resposta aqui é encontrada entre o grupo “não letrado”, cujos membros são representantes das comunidades locais. Todos responderam que sim, alegando que esse assédio acontece diariamente principalmente por parte de turistas e pesquisadores que vêm à procura de informações, sobretudo, sobre plantas medicinais e algumas espécies de animais considerados sagrados pelas comunidades.

Isso é confirmado em termos percentuais de 100%, por parte dos entrevistados que concordam com a existência da prática de piratagem dos conhecimentos. Pode-se afirmar que, segundo as médias obtidas, todos os grupos entrevistados concordam que a corrida pelo saber tradicional é caracterizada pelo uso de técnicas derivadas das Etnociências para o desenvolvimento de novos fármacos.

Em termos gerais, nessa etapa de questões, conclui-se que as respostas dadas pela maioria dos entrevistados nesses questionários sugerem uma definição ampla de saber tradicional Bijagós, que inclui exterritorialidade da visão de mundo, práticas culturais e estilo de vida de seus detentores. Como sendo um ponto de partida para todas as outras respostas, esse fato como já era esperado atrapalhou um pouco na observância de posições característica dos grupos entrevistados, frente a conceitos e metodologia usados para a análise deste trabalho. Em seguida, apresentar-se-á a análise de dados obtidos a partir segunda etapa de questionário semiestruturado e um aprofundamento do entendimento da sua complexidade, da sua gestão e sua especificação enquanto saber tradicional.

Na seção que segue, serão discutidos os dados obtidos na pesquisa de campo com os questionários abertos, dada a enredamento do tema, durante análise dos dados em alguns momentos serão feitas as citações de alguns comentários dos entrevistados, ou os que forem mais longos e interessantes, de maneira a permitir melhor a compreensão. Também de maneira a permitir uma reprodução mais fiel da perspectiva das suas posições individuais, bem como minimizar possíveis viés decorrentes da edição das suas respostas.

6.1.3 A concepção do saber e práticas tradicionais Bijagós.

Por uma questão de princípio, bem antes de proceder à análise, cabe remarcar aqui que a sua organização e apresentação procuram respeitar ou chegar mais perto da sequência original das perguntas feitas nas entrevistas. Ao longo do trabalho da análise dos dados, sempre será feita a menção aos temas e discussões levantadas com questionário fechado, no sentido de procurar uma

maior compreensão, acima de tudo, para aprofundar a problemática que é objeto deste estudo.

Devido à importância e complexidade de algumas questões no que dizem respeito à problemática do objeto estudado neste tópico, serão apresentadas as respostas que consideramos mais significativas obtidas no campo. No enredamento de algumas questões, optamos por reproduzir algumas citações. A escolha desse método (citação de algumas falas) se fez no sentido de explicar melhor os discursos dos principais grupos de interesse entrevistados, de maneira a mostrar como os argumentos desses são construídos e interligados e também suas proposições de poder política tradicional, bem como as suas opiniões a respeito de saber e práticas tradicionais Bijagós e implicações desse saber no mundo globalizado. Para melhor identificação e compreensão, as falas dos entrevistados foram destacadas em itálico e colocadas entre aspas.

6.1.4 Características do saber tradicional dos Bijagós

Nessa questão, procuramos verificar o nível de conhecimento, de entendimento acerca das características do saber tradicional dos Bijagós. Também procuramos apreender o escopo e as premissas das diferentes definições do saber tradicional Bijagós utilizadas pelos entrevistados. Procuramos analisar essas definições segundo a metodologia empregada neste trabalho.

Conforme definições encontradas nas respostas dos entrevistados, o saber tradicional dos Bijagós é definido de forma idêntica como outros saberes tradicionais, que são aquelas partilhadas em comum a todos os membros que pertencem a uma mesma sociedade, grupo ou povo e que permitem a aplicação direta, composta, combinada, derivada ou refinada dos recursos naturais do entorno com vista à satisfação das necessidades humanas, animais, vegetais e/ou ambientais, tanto de ordem material, como espiritual.

Para alguns respondentes, isso mostra que todo povo que habita um determinado meio ambiente mantém relação com esse ambiente e afinidade

entre si, no seu próprio grupo ou em grupos vizinhos, adquirem determinados saberes para lidar com seu ambiente, com a sua história e com sua identidade, de como lidar com os outros grupos. Portanto, adquirem saberes de vida desses mútuos relacionamentos, e, nesse caso, costumam dizer que são saberes tradicionais. São esses que depois são socializados entre gerações e, assim, há um processo de socialização desses saberes que passam de gerações para gerações.

Uma das características desses saberes, neste caso dos Bijagós, é que eles são transmitidos dos mais velhos aos mais novos, conforme a organização sociocultural, econômica e política desse povo. Uma particularidade única organização da sociedade Bijagó é essa etnia dá muita importância às classes de idade e à forma como se relaciona com o meio ambiente. A relação ocorre entre promotores e promovidos. As classes mais avançadas, com mais idade, promovem as classes menores ou de menos de idade. Isso funciona como espécie de hierarquia social. Esse tipo de organização é encontrado mais ou menos em todo o Arquipélago e assim estruturou-se como o saber tradicional Bijagós. Nesse caso, o saber é transmitido por fases. Há a transmissão de certo modo de um conhecimento em função da idade e da capacidade de aprendizagem de cada grupo etário. Portanto vai se promovendo cada grupo em função de certo modo do domínio que ele tiver desse saber.

Se considerar que esse saber já é suficientemente adquirido, é que se passa para outra fase superior. É uma estruturação parecida um pouco como a universidade/academia ocidental, de certo modo. Respeita-se o conhecimento que é próprio à reprodução da própria vida social dos Bijagós ao conhecimento da memória histórica também dos Bijagós. Procura-se assim, o conhecimento de como lidar com o ambiente de modo a usá-lo de uma forma proveitosa, sem destruí-lo. Essa é uma característica do saber tradicional Bijagós.

Essa diferença, todavia, constitui-se como característica básica, pois ela é fortemente influenciada pela realidade do meio circundante do arquipélago. Considerando as particularidades e a realidade específica do meio insular do arquipélago marcado pelas diferenças duma ilha à outra, os saberes

tradicionais diferem um pouco também em consequência disso. Admite-se, por isso, a existência de saberes genéricos comuns a todos os habitantes do arquipélago, assim como daqueles que são específicos e próprios de cada ilha ou grupo de ilhas mais próximas em particular. Mas, se analisarmos essas variações de pequenas alterações de modo de transmissão de saber entre uma ilha e outra, encontramos as mesmas práticas.

Nas três falas que se seguem, obtidas entre os entrevistados, representantes da comunidade tradicional Bijagós, denominados *kabonga* (homens grandes), que é um conselho de homens e mulheres com vasta experiência de vida. Fica evidente, nas suas visões sobre o saber tradicional Bijagós, o entendimento desses saberes e as práticas cotidianas, a visão de mundo e, sobretudo, o respeito que têm à natureza.

“Tudo aquilo que nós recebemos dos nossos antepassados e temos obrigações de manter e dever de ensinar, a nossos filhos, e a toda tabanca (vila), quer dizer a nossa aldeia, o modo de viver nosso, por exemplo, como lidar com a natureza e o mar ou com tudo o que Nindo nos deu, como curar as doenças, como tirar as vantagem da época do ano, dia e hora do ano devemos fazer tal coisa, é o conhecimento dos animais, dos insetos, de tudo. Cada povo da Guiné tem o conhecimento de seus antepassados. Somente nós, Bijagós, conseguimos manter o nosso saber, porque guardamos o nosso segredo dos estranhos que vieram do outro lado do mar.”

“É aquele saber transmitido oralmente de uma geração a outra. Aquilo praticado todos os dias ou vem sendo praticando desde os nossos antepassados. O conhecimento daquilo que se utiliza no dia a dia é passado de geração para geração, é a nossa tradição Bijagós”.

“A partir desse conhecimento, nós mostramos para o homem branco que nós temos sabedoria e conhecimento de muitas coisas, das matas, de plantas e mar e curamos as nossas doenças. Eles respeitaram isso, espero que continue assim por muito tempo, porque, se perdemos isso, já não somos Ojoco”.

O conhecimento é passado de uma geração para outra, com muito cuidado, remarcado pelas percepções das ancestralidades e com preocupações voltadas ao futuro desse conhecimento. Dessa forma, podemos observar nas respostas acima a importância dada a esse saber, na manutenção dos estilos de vida da comunidade Bijagós. Podemos observar nas respostas acima a auto-afirmação cultural e religiosa nas definições dadas sobre o saber. Além disso, frequentemente percebe-se, nas falas, a importância de preservar esse saber e um cuidado de transmiti-lo às novas gerações como modo de continuidade. Também estão cientes do perigo no que diz respeito à globalização dos saberes e do perigo que isso pode trazer para a preservação da maneira de vida tradicional.

Claramente, podemos ver remarcadas nas respostas e nas definições um viés voltado às características do saber e práticas tradicionais Bijagós, não apenas como elemento sociocultural, mas, além disso, como um objeto de práticas religiosas sagradas e de uma gestão desse conhecimento, manejo e conservação da biodiversidade. Todo esse conhecimento é integrado ao sistema político de organização econômico e social tradicional Bijagós, o que nos remete aos conceitos do saber tradicional dos Bijagós, não somente como um jeito de manter o estilo de vida, mas também como um instrumento de pertença das heranças patrimoniais próprias ou do arquipélago.

“Eles são animistas. Quer dizer aqueles que acreditam que todos os caminhos nos levam a um Deus supremo, conhecido como Nindo. Valorizam esse saber através das folhas, raízes e cascos das árvores e até mesmo com conchas do mar e bonecos pintados e enfeitados com objetos feitos por eles mesmos. Nesses últimos tempos, utilizam objetos artificiais, produtos da colônia”.

“O poder reside no Iran (espírito protetor dos homens), fabricado por eles mesmos, sob força da palavra de todos. Quer dizer, a força reside na coletividade. Uma sociedade organizada por grupos e faixas etárias que começa desde Canhocam, Cavaro, Camabinn, Cassucaí, Okonton e Cabonga, o topo da hierarquia”.

“É dever e direito de toda comunidade respeitar e cumprir severamente as regras estabelecidas sob pena de ser castigado pelo Iran, onde já juraram a sua obediência total. O não cumprimento é fatal. Utilizam essas regras para fazer mandjidura dos matos, rios, espaços ricos em recursos e até para inviabilizar o plano do inimigo ou próprio amigo um jeito de organização social econômica e política. Nesse sentido, são considerados os bons ativistas e especialistas. A palha da palmeira é o objeto principal e básico para as suas práticas animistas”.

“Os cientistas modernos são filhos do outro, quer dizer do saber tradicional, pois só chegamos a esse ponto porque teve no passado outro conhecimento. Às vezes não valorizamos isso, porque esse saber não é uma coisa importante para o ocidente, que acha esse saber como uma coisa não sistematizada, detalhada, segundo eles, pois na prática isso não é assim. Acho que esse é o desafio maior hoje no mundo da ciência, mas para a sociobiodiversidade não, pois essa área está um passo a frente, temos duas formas de conhecimento, o que viveu, o que vive e o que viverá, sempre em paralelo, na prática, com o mesmo fim, mas que uma é valorada e a outras ainda não, mas hoje com a conservação da biodiversidade, o pensamento é outro, mas não é ainda momento de festa. Vamos ver o que vai dar no futuro”.

Os entrevistados, basicamente enfatizam, como uma tendência observada em todas as respostas dadas, a aplicação do saber tradicional como conhecimento ou enquanto elemento de práticas de manejo de conservação e organização social e religiosa conforme as perspectivas do saber. Não somente isso, mas também o termo saber tradicional é usado como autonomia cultural dos Bijagós, partindo de uma visão de ferramenta importante de poder.

6.1.5 Relação entre a sociedade Bijagós e biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos associados à cultura Bijagós

Este estudo, nesta questão, procurou saber dos entrevistados que relação há entre a etnia Bijagós e a biodiversidade e também sobre o conhecimento que eles têm acerca da identidade Bijagós no diz respeito aos espaços e recursos

associados à cultura da mesma, às normas costumeiras na gestão do saber tradicional. Analisemos esta fala:

“Saíram de sul para sudoeste (ilhas) não só pelo fato de fugirem das guerras étnicas tradicionais, mas também são amantes e conservadores da biodiversidade, porque saíram da zona de grande biodiversidade a outra também virgem que é o arquipélago dos Bijagós. Quer dizer que eles sempre dependiam do meio natural e até hoje conservam essa biodiversidade, e tenho a certeza de que donde quer que estejam continuarão as mesmas práticas de conservação. Podemos ver exemplos concretos das zonas ocupadas pelos bijagós de Canhabaque no continente – Bissau sempre tem palmeiras que limpam para tirar o vinho palma, para venda e consumo (palmeiras da cidade ou de outros bairros). Valorizam os recursos naturais mesmo que não saibam para que sirva”.

A fala acima traz um depoimento muito importante, uma vez que começa a tratar da origem do povoamento do arquipélago, alegando que a imigração não aconteceu pelo simples fato de fugirem dos conflitos, mas por serem amantes de conservação da natureza. Isso quer dizer que sempre dependiam do meio natural. Além disso, o entrevistado fala da forte relação de simbiozidade com o meio natural por acreditarem ser parte da natureza e até hoje conservam essa cultura-biodiversidade. Também fala do processo de emigração dos Bijagós para o continente, das mesmas práticas de conservação, e, por último mostra que a prática não acontece porque vivem no arquipélago, mas, em qualquer lugar do mundo em que os Bijagós estivessem, continuariam com a mesma postura.

“A minha análise da relação entre a sociedade Bijagós e a biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais do uso dos espaços e dos recursos associados a sua cultura é de respeito à biodiversidade, visto que os seus usos e costumes dependem largamente da natureza e da boa gestão da biodiversidade”.

A fala acima mostra que a boa prática de conservação da biodiversidade no arquipélago não é meramente uma questão de sobrevivência dessa

comunidade. A vida de Ojoco é parte da natureza, visto que as boas práticas não são casos aleatórios. Trata-se do uso e costume desse povo. Isso nos leva a entender que a biodiversidade é parte integrante dos Bijagós para a manutenção de seus estilos de vida tradicionais. Por isso, há todo um trabalho meritório por parte das instituições do governo e de ONGs que fazem trabalhos socioambientais de relação do ambiente, como é o caso do UCN e outras instituições ligadas ao ambiente nas ilhas Bijagós.

*“Eu respeito os trabalhos deles, participei da primeira conferência, realizada em Bissau, em preparação para elaboração da proposta da Reserva da Biosfera Bolama Bijagós, que mais tarde foi aceita pela UNESCO, com uma comunicação intitulada - **as lições ecologia dos bijagós**. Esse tema não foi muito apreciado na época, pois a sensibilidade do que estava a dizer na altura parecia estranho, porque o olhar de todos estava nas propostas das instituições internacionais e eu estava a prever exatamente que as pessoas que estavam ali a trabalhar em dever das ilhas deveriam ter amplo conhecimento de como acrescentar para o meio ambiente e era necessário conhecer as áreas de preservação, saber dessas áreas de preservação, acima, aprender com os Bijagós as lições ecológicas e não pensar o contrário, como é o costume do conceito ocidental”.*

Essa fala demonstra outra preocupação no que se refere às pessoas e reforça outro aspecto; as fragilidades de certas organizações e agências internacionais que trabalham com as sociedades tradicionais, pois sabemos que nenhuma pessoa, sociedade e cultura são completas; há sempre coisas que nos faltam e podem vir de outros conhecimentos.

É preciso saber o que existe, o que se tem para se poder dialogar de uma forma interessante, eqüitativa, preconizando um diálogo entre saberes. É preciso ter em conta que o saber tradicional é necessário para realmente assumir as necessidades que temos, principalmente nos palanques da conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, há três vieses no mundo de saberes: primeiro, pensar que, no encontro de culturas, um povo tem o conhecimento, o outro não tem nada, ou

não entende nada e precisa do conhecimento daquele que chega.; segundo, pensar que o outro é que tem todo o conhecimento e não se pode contribuir com nada; terceiro, pensar que a história começa com aquele que chega, com o “descobridor”, como aconteceu com os navegadores europeus. É isto que muitos cientistas, pesquisadores e pessoas que estão ligadas às agências de desenvolvimento pensam: que a história começa com a sua chegada, nada mais é levado em conta, mas esquecem-se de que a descoberta é de ambas as partes ou há múltiplas descobertas, pois as duas partes se descobriram, e as lições desses povos é importante.

Os conhecimentos e as práticas tradicionais e uso dos recursos naturais e da biodiversidade pelas comunidades residentes no Arquipélago têm garantido a sustentabilidade. O fato de as comunidades Bijagós dependerem categoricamente da natureza para a satisfação das suas indigências econômicas, culturais e para os cultos religiosos, dos recursos naturais e da biodiversidade evidencia ainda mais essa relação intrínseca entre esse povo com a natureza e faz do homem bijagó um ser místico e cheio de segredos.

6.1.6 Avaliação do trabalho do Instituto da Biodiversidade e das áreas protegidas guineenses e sua experiência de gestão e proteção dos saberes e práticas tradicionais Bijagós.

Nesta seção, procurou-se levantar, junto aos entrevistados, as suas impressões sobre alternativas de gestão do saber tradicional Bijagós e avaliação dos trabalhos feitos pelo órgão governamental guineense (IBAP). A narrativa dos entrevistados, nesse contexto, traz as experiências da gestão Bijagós, e outros instrumentos que podem ser agregados, mas adequados à gestão do saber tradicional. O IBAP busca fomentar a cooperação de gestão entre populações tradicionais do Arquipélago na conservação e uso da biodiversidade para proteger seus estilos de vida tradicionais e gerar uma repartição justa e equitativa do uso econômico de seus saberes. Segundo um entrevistado, o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas – IBAP tem a função de:

- Propor, coordenar e executar a política e as ações concernentes à biodiversidade e às áreas protegidas em toda a extensão do território

nacional; promover e salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e as áreas protegidas e promover por todos os meios humanos e técnicos disponíveis, a utilização social e econômica durável destes recursos dentro do território nacional, incluindo os cursos de águas continentais e marinhas.

Por essa razão, no quadro do cumprimento do seu mandato, a atuação do IBAP pode ser avaliada como positiva, levando-se em consideração os seguintes resultados na gestão compartilhada no arquipélago: desmantelamentos dos acampamentos de pesca artesanal ilegal que se encontravam nas áreas protegidas no arquipélago; realização de encontros regulares e programáticos de concertação participativa em todos os níveis (Conselho de Administração do IBAP, reuniões de conselho de gestão para cada área protegida, reuniões de Comitês de Fundos para iniciativas de Desenvolvimento Ambiental Local, reuniões de concertação com diferentes grupos socio-profissionais, tais como populações tradicionais, pescadores, operadores turísticos, caçadores, entre outros); Elaboração de documentos de planificação e de gestão (Lei Quadro das Áreas Protegidas, Planificação Estratégica e operacional do IBAP, Planos de Gestão e Regulamentos Internos dos Parques no arquipélago e nos outros parques, Plano de Gestão da Reserva de Biosfera e a Lista Indicativa e dossiê de classificação do Arquipélago dos Bijagós como Sítio de Patrimônio Natural Mundial, Avaliação da eficácia de gestão de todos os parques e do sistema nacional das áreas protegidas, Planos de Desenvolvimento das tabancas (vilas) do interior dos Parques; Estudos, Investigação e inventários sobre a viabilidade do turismo no Arquipélago dos Bijagós, sócio-ecológico, recenseamento da população de hipopótamos, inventário de plantas medicinais de Orango; planos de ação para a conservação (tartarugas marinhas e mangais).

Segundo o entrevistado, essa gestão dá-se através da realização de sessões acompanhadas de formações cruzadas (gestão e co-gestão das áreas protegidas, princípios básicos da ornitologia), assim como metodologia de contagem de ninhos, ovos e crias nas colônias de aves, monitoria e

seguimento das Tartarugas marinhas, marinhagem e fiscalização das áreas marinhas protegidas no arquipélago.

Conforme esse entrevistado, as ações ocorrem também no campo da promoção de atividades de desenvolvimento das comunidades residentes nas áreas protegidas e nos parques existentes no arquipélago com vista à redução da pobreza (iniciativas para o desenvolvimento do ecoturismo, rádios, lojas e farmácias comunitárias, campanhas de vacinação, consultas ambulatoriais e fornecimento de medicamentos, construção e equipamento de escolas, centros de saúde, cantinas escolares, transformação e comercialização de produtos, sobretudo das pescas e das palmeiras, apicultura moderna). No entanto, ainda não há nenhum sinal quanto ao saneamento básico e estabelecimento da rede de água potável, uma carência encontrada em todo o Arquipélago.

O entrevistado falou da instituição (IBAP) no engajamento do processo para a criação de um financiamento durável da gestão da biodiversidade e áreas protegidas através de um fundo fiduciário, Fundação BioGuiné na participação ativa na dinâmica sub-regional e internacional de conservação e de gestão sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, mas não explicou como esse fundo será gerenciado e como as populações tradicionais locais terão acesso a ele. Entretanto, nosso estudo constatou as atividades de realização de campanhas de sensibilização, educação, informação e comunicação ambiental junto dos professores, alunos, membros do governo, jornalistas, jovens e comunidades residentes nos parques em geral, em especial no Parque Nacional de Orango-Grande, e também uma escola de educação ambiental no parque.

As falas que seguem ilustram algumas preocupações e atividades feitas e as que estão em andamento junto à comunidade tradicional local.

“O IBAP sempre teve uma atitude correta com respeito às comunidades locais, seus usos e costumes, trabalhou em parceria com varias instituições do estado, ONGs, financiadores e conseguiu chegar ao que podemos ver diferente em várias partes do grupo de ilhas, como, por exemplo, a ilha de Orango,

Formosa, Canhabaque entre outros. Seu trabalho não abrange o Arquipélago em geral. O IBAP tem apenas cinco anos de funcionamento e os seus representantes são quase todos os que participaram na criação de todas as áreas de proteção e conservação criadas até hoje. Sua avaliação foi positiva segundo o parecer anual do Banco Mundial durante os cinco anos financiados (baseando-se nos indicadores biofísicos, socioeconômicos e de governança). As próprias comunidades são testemunhas do que foi feito até agora e esperanças existem com a fundação BioGuineBissau que vai ser criada”

“O Instituto da Biodiversidade e das áreas protegidas guineenses é uma instituição comprometida com a boa gestão da biodiversidade na Guiné-Bissau e tem um bom desempenho em cumprimento dos seus objetivos, mas creio que também a criação de outras instituições não seria coisa demais, pois na realidade estamos amparados pelas leis internacionais”.

Nas falas acima, obtidas entre os entrevistados de diferentes instituições de conservação, e representante do povo tradicional Bijagós, ficam claras as suas avaliações sobre o IBAP. Também se pode observar nas respostas acima a importância dessa instituição na manutenção do estilo de vida da comunidade tradicional guineense e, em especial no arquipélago dos Bijagós, uma vez que a sua atuação é em nível nacional. Por outro lado, na avaliação que fizemos, encontramos uma lacuna no diálogo com a comunidade local e com uma pessoa jurídica sobre os diferentes saberes.

“Evidentemente são bons técnicos e cientistas de diferentes áreas semelhantemente de meio ambiente, de planificação, da associação científica, de biologia, de geografia, mas que devem ser disperso no trabalho, num diálogo constante e realmente sério com os saberes dos Bijagós. Às vezes penso que falham na escuta, pois falam mais do que ouvem a comunidade local. Dessa forma, esse diálogo não é um diálogo eqüitativo, justo e equilibrado”.

De maneira adicional, o que se remarca nas falas acima é o seguinte: devido à carência encontrada entre muitos elementos dessa comunidade e também ao

fato de as pessoas terem carências materiais, portanto o IBAP teria de desenvolver as expectativas da conservação com propostas que pudessem melhorar ou trazer o bem-estar dessas pessoas. Essa é uma das lacunas ou um dos aspectos que falham, porque há muitas dificuldades em termos de acesso a bens sociais e econômicos, como água potável e energia elétrica. Somente Bubaque, uma das ilhas, tem água potável.

No parque nacional de Orango-Grande, encontramos uma situação de conflitos, principalmente entre a camada juvenil. Essa camada parece pensar a idéia de conservação pelo viés do desenvolvimento, com situações pós-econômicas contraditórias, que, às vezes, não favorecem aquilo que a própria sociedade está a esperar.

Essa camada é a força motor de qualquer sociedade, e na comunidade Bijagós essa faixa goza de total liberdade, conforme a tradição. Contudo, no mundo globalizado em que vivemos, os jovens estão à espera, com muita ansiedade e desejo, de algo que possa somar-se ao seu futuro. Esse desconforto e críticas às atividades realizadas pela instituição podem levar muitas vezes à não adesão de alguns jovens às propostas de conservação da biodiversidade no Arquipélago que podem até ser interessantes. Falta, nesse aspecto, a devida colaboração, mas talvez uma revisão das devidas epistemologias, revisão de formas de ver as propostas, partindo de outros pressupostos, pudesse ajudar a resolver esses problemas que ainda não chegar a afeitar os trabalhos, mas, se não forem estancados agora, podem criar uma ferida maior amanhã. Feitas essas ressalvas, o Parque Nacional de Orango é um modelo de gestão que precisa ser aproveitado por outros parques nacionais e internacionais.

“Às vezes não se tem a ideia de que a criação do parque é um ponto de conflito e por que estão lá para resolver os eventuais conflitos. Mas não se colocam na situação nunca de que eles mesmos é que geram os conflitos e devem ter eventuais capacidades de gerir os conflitos que foram criados por eles mesmos (...) quando eu disse e os conflitos que o parque criou e tem estado a criar as pessoas não entendem. Talvez seja uma coisa que eles mesmos não tenham incorporado nas próprias perguntas, pois eu tenho constatado isso”.

Na fala acima, destacam-se os conflitos encontrados entre as instituições governamentais e não governamentais que trabalham no Arquipélago dos Bijagós. A problemática realça a atual predominância dos conceitos às vezes equivocados de criação de parques, apesar de que os parques nacionais guineenses adotaram novos conceitos de criação, pois a população nativa não é colocada foral do parque. Mesmo assim, isso não ameniza os problemas. Realmente o que as falas acima revelam, na prática, é a maneira conflituosa entre diferentes modos de saberes, que precisa ser resolvida para o bem de todos.

6.7 Relação entre a sociodiversidade Bijagós e a Biodiversidade

Os dados trazidos por essa questão são de fundamental importância para a consecução dos objetivos deste trabalho devido à relação existente entre o saber e a prática tradicional Bijagós na conservação da biodiversidade. No decorrer deste trabalho, será mostrada toda a avaliação dada pelos entrevistados referente a este questionário, a partir das falas dos entrevistados. Buscar-se-á nesta seção reconstruir a cena da pesquisa. Isso será feito para confirmar a relação que o saber e as práticas tradicionais Bijagós têm com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau.

Para tanto, acredita-se que a contribuição deste trabalho é promover um debate categórico acerca do saber, práticas e assimilação do conhecimento tradicional e sua valoração, em uma nova perspectiva da relação homem-natureza, conservação e biodiversidade. Nas falas que se seguem, serão apresentados alguns dados obtidos junto às camadas entrevistadas e que revelam um posicionamento sobre o saber e práticas Bijagós na conservação da biodiversidade.

“Os saberes e as práticas tradicionais do uso dos recursos naturais e da biodiversidade pelas comunidades tradicionais residentes Bijagós têm garantido a sustentabilidade dos mesmos e a nossa também. O fato de as comunidades rurais da Guiné-Bissau e dos Bijagós, em particular, dependerem inteiramente da natureza para a satisfação das suas necessidades

econômicas, culturais, política e culto-espirituais dos recursos naturais e da biodiversidade evidencia ainda mais essa relação intrínseca”.

Na fala acima, encontra-se um aspecto marcante do saber e das práticas tradicionais Bijagós, no que diz respeito ao uso dos recursos naturais. Os Bijagós fazem da natureza um patrimônio sociocultural. Por essa razão, é levada a sério a preservação da biodiversidade.

Além da efetividade, a questão levantada aqui remete ao fato de que tendem a biodiversidade como fonte da subsistência, a base da alimentação da etnia Bijagós (biodiversidade domesticada ou não), dado esse importante papel desempenhado pela biodiversidade, a preservação é imprescindível para garantir a subsistência das futuras comunidades. Em linhas gerais, tudo isso pode ser entendido como uma batalha ao longo de séculos, pelo fortalecimento dos direitos de autodeterminação, demarcação de territórios e proteção do seu estilo de vida, tanto político, social, econômico e sócio-religioso.

Frente a esses pleitos, a gestão e a conservação da biodiversidade feita pelos Bijagós é entendida, muitas das vezes, com preservação aos lugares de práticas religiosas e de cultos aos ancestrais. Por estarem na origem de todas as espécies de plantas e animais, são um banco de genes e, acima de tudo, a fonte de medicamento que tem garantido a sustentabilidade dos mesmos.

O que se confirma, através das falas, é que o uso da sociobiodiversidade e a sua preservação não são meramente para manter seus estilos de vida. É também uma base de negociação e constituição de regras de acesso ao ser supremo *Nindo*. Nesse sentido, a reclamação feita pelos Bijagós é uma maior participação na equipe e direções que demarcam os lugares de conservação permanente no Arquipélago. Segundo eles, tem-se verificado alguma atitude desinteressada por parte do poder político guineense, que não dá o verdadeiro valor ao arquipélago, que é base da economia guineense e acima de tudo, patrimônio mundial da humanidade. Por isso, merece implementação de uma legislação própria e política específica que dedique mais cuidado com as lideranças locais, pois esses são gestores e conservadores de toda a biodiversidade.

Constatamos que a preservação desses ecossistemas por parte da comunidade tradicionais Bijagós não só tem prestado um grande serviço ao homem bijagó, mas também a toda a humanidade, por se encontrar nesse Arquipélago algumas espécies de animais de características próprias, que têm uma importância econômica, que em muitos casos, é difícil de quantificar em termos econômicos.

A vegetação contribui com vários serviços de grande escala, como a purificação do ar, água e a proteção do solo contra a erosão e o sequestro de carbono. Por essa razão, a conservação feita pelos Bijagós é de extrema importância, por ser uma conservação em *in situ*, (uma conservação das espécies nos seus habitats), pois, na maioria das partes do mundo, essa prática de conservação das espécies já não existe, mais sim, a conservação *ex situ*, (uma conservação fora dos seus habitats), feita nos laboratórios ou nos jardins zoológicos e botânicos.

6.1.8 A importância do Parque Nacional da Ilha de Orango na conservação da biodiversidade

Antes de falar do PNO, por uma questão de ordem e de entendimento, primeiro é bom explicar o porquê das áreas protegidas, como são escolhidas, o porquê das suas escolhas e a importância dessas áreas para as comunidades guineenses, africana e global.

O Governo da República da Guiné-Bissau, no plano nacional da conservação da biodiversidade, criou várias zonas de conservação ao longo da zona costeira, e continental guineense e outros ainda em perspectiva de criação. A denominada rede nacional de áreas protegidas, que incluem todos os sítios de conservação oficialmente designadas, compreende parques nacionais marinhos, naturais costeiros, área marinha protegida comunitária e uma Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós, por ser considerado um santuário, único no mundo, onde a natureza ainda é praticamente “intacta”, o que confirma a variabilidade de biodiversidade existente. Nessa ordem, o arquipélago de Bolama-Bijagós foi declarado em 1996 como Reserva da Biosfera. Inclui toda a

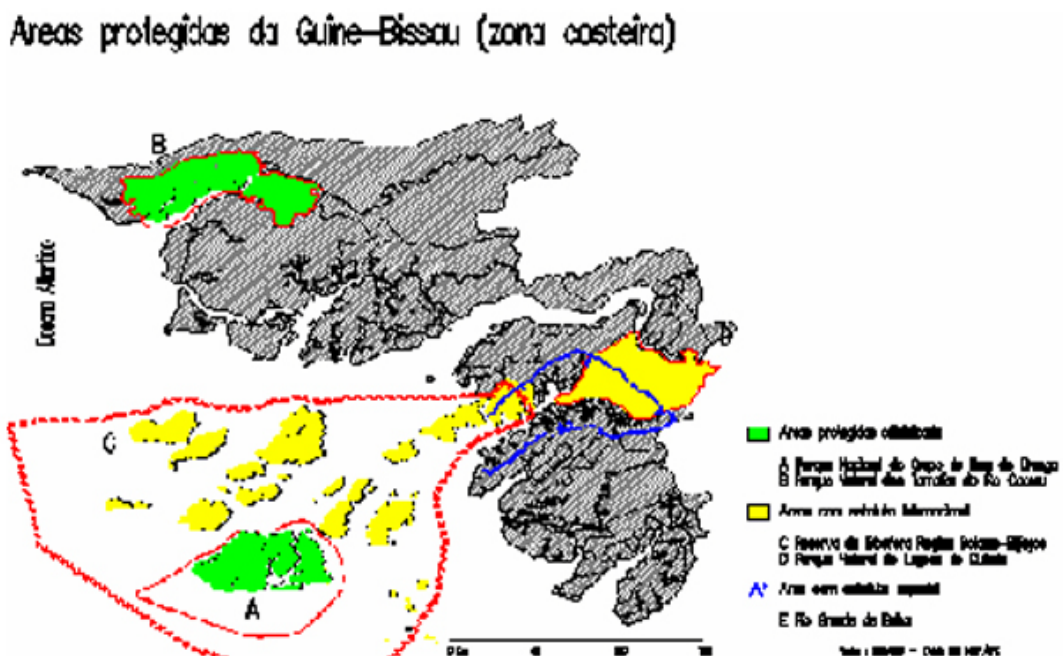
área a oeste de Bolama, as ilhas dos Bijagós, e também as vastas áreas entre marés, dentre elas, os sectores de mar aberto, no oceano Atlântico.

A Reserva engloba o Parque Nacional das Ilhas de Orango-Grande, que foi classificado em 1997, e o Parque Nacional das Ilhas de João Vieira e Poilão, designado em 2000. Parte-se do pressuposto de que toda a área designada como Reserva da Biosfera terá um sistema de gestão diferenciado por zonas em todo o Arquipélago, com vista à promoção dos usos tradicionais dos recursos naturais e marinhos em perfeita harmonia com a manutenção da biodiversidade do sitio. Isso significa que os saberes e práticas tradicionais da comunidade local seriam levados em conta assim como uma co-gestão da reserva, tendo, assim, como principal articulador dessa gestão o UICN, em parceria com entidades governamentais, mas na tutela do IBAP e também a partir de acordos e parceira com outras organizações não governamentais, tanto elas nacionais ou internacionais.

Para Orango, foram preconizadas algumas propostas de plano de gestão (Catry 2001), que inclui uma série de recomendações de ações e de obrigações para uma gestão sustentável dos recursos naturais do PNO, como o desenvolvimento de diversas atividades relativas à Reserva da Biosfera, nomeadamente o zoneamento do arquipélago e a definição de áreas protegidas, documentação sobre a diversidade cultural, apoio a infra-estruturas das comunidades locais, educação e sensibilização pública, investigação, e integração da reserva nas iniciativas sub-regionais de planeamento (UICN, 2006).

Esse planeamento inclui as extensas áreas de Mangrove (maior na costa ocidental atlântica da África), que cobre cerca de 8% do território nacional, lembrando que o território nacional guineense tem uma extensão de 36 125 km², com uma população aproximadamente de 2 milhões de habitantes. O PNO constitui, assim, um habitat importantíssimo para a alimentação, nutrição, reprodução dos peixes, aves e animais entre outros, o crescimento de um grande número de espécies, incluindo as espécies com altíssimo valor comercial em toda a sub-região e global, como os camarões e moluscos.

Nesse contexto, as áreas protegidas e conservadas guineenses cobrem 33,3% do território nacional, constituindo, assim, um dos componentes chaves da rede regional de áreas marinhas protegidas guineenses e são distribuídas de maneira equilibrada, levando em conta as diferentes unidades biogeográficas representativas dos ecossistemas naturais e da biodiversidade biológica da Guiné-Bissau. A gestão desses sítios obedece ao conceito adotado pela Guiné-Bissau, que é de áreas protegidas da população para a população, o que diferencia as áreas protegidas e conservação guineenses das outras adotadas mundialmente para a conservação da biodiversidade. O mapa abaixo mostra essa equidade das áreas protegidas guineenses.



Fonte: IBAP

Nesse contexto, a população local não é retirada do interior dessas áreas, continua vendendo e utiliza os recursos ali existentes para a sua sobrevivência, mas de uma forma orientada e organizada.

As áreas protegidas guineenses levam em consideração os contingentes reais da conservação: sustentabilidade, preservação da biodiversidade e o “desenvolvimento”. Assim, a gestão dessas áreas o estilo de vida da população local, as práticas costumeiras dessas comunidades.

Na linha de pensamento do conceito adotado pelo Estado da Guiné sobre as áreas de conservação (de população para população) a gestão no PNO leva em consideração o saber tradicional de utilização sustentada dos recursos naturais e uma sensibilização da mesma na preservação do meio ambiente e seus recursos naturais, reconciliando as iniciativas de desenvolvimento com a valorização das potencialidades locais, políticas, econômicas, humanas e socioculturais, e um acesso equilibrado aos recursos naturais vigentes no PNO.

Depois da apresentação das áreas de preservação, o conceito que orienta o trabalho nessas áreas é que as áreas de preservação da comunidade são para a comunidade. Baseados na discussão que entusiasma este estudo, a seguir, trataremos das zonas úmidas guineenses e sua importância no cenário nacional, regional e internacional e, em especial, sua importância para as comunidades Bijagós.

6.2.1 As zonas úmidas do Arquipélago dos Bijagós e sua importância local, regional e global

As zonas húmidas estão entre os ecossistemas mais produtivos da Terra, e as do Arquipélago dos Bijagós não foge a essa regra. Elas asseguram as necessidades de milhões de pessoas no mundo e, com isso, fornecem bens e serviços às regiões situadas dentro e fora delas.

Essas zonas no arquipélago são pouco usadas, pois as práticas agrícolas de produção Bijagós se baseiam na ocupação temporária do solo (no quadro do ciclo de *pam-pam*), que é a produção de arroz feita nos arredores das matas (matas auxiliares). Também outras práticas são muito exploradas nessas áreas, como pesca, corte das árvores e palhas para a construção das suas habitações, atividades culto-espírituas e atividades de lazeres e práticas de esportes,

Porém, na Guiné-Bissau, essas áreas ainda carecem de estudos científicos aprofundados no arquipélago e também em todo o território nacional guineense. Na parte continental, é bem explorada, principalmente na produção

de arrozais de bolanhas. Conforme, IBAP (2007), na Guiné-Bissau podem-se distinguir quatro tipos de zonas úmidas.

O mangal “tarrafe” ocupa uma área de 250 761,1 ha, o que corresponde a 7% da superfície de todo o território guineense, como já foi citado acima, flanqueando toda a faixa costeira na maior parte das áreas de estuário de rios e rias, formando assim, maciços de importância considerável e bem preservados no complexo do grupo de ilhas de Formosa e de Orango, assim como nas margens do rio Cacheu, Cacine e Cumbidja (IBAP 2007). O funcionamento desse ecossistema é de extrema importância para a comunidade local e é determinado pelo ritmo das marés, o regime hídrico, deposição de sedimentos e a temperatura.

A vegetação dos mangais encontrada no arquipélago apresenta adaptações especiais para suportarem a influência da água salgada e doce dos sedimentos em que se fixam. Além dessa função antierosiva, faz outro trabalho que é de proteção contra as tempestades. Essa vegetação também dá frutos, que servem de alimento tanto para homem bijagó como animais.

O tarrafe, como è conhecido, tem uma função ecológica de extrema importância para a economia dos Bijagós, por oferecer materiais de construção e de cultos. Por esses e outros motivos, é elemento principal para cerimônias Bijagós e serve de inspiração para a elaboração de vários utensílios, tanto doméstico ou festivo. A exemplo disso, encontramos esse material em frente a todas as *balobas*²⁶.

Como sistemas radiculares muito densos, as plantas desse ecossistema produzem muitos sedimentos e são as melhores produtoras de matérias orgânicas, que servem de estepe para outras plantas, o que cria ótimas condições para a fixação de organismos de pequeno tamanho.

Tornam-se, assim, verdadeiras zonas de produção, reprodução e criação da fauna marinha, terrestre e da avifauna – desovas das mesmas, alimentação,

²⁶ Lugares sagrados de cultos e de reverencia aos antepassados e também de proteção a tabanca -vila.

repouso de muitas aves, crescimento e refúgio de macacos, dentre outros. Esse tipo de vegetação também é a melhor para a reprodução e fixação de ostras e de alguns moluscos e crustáceos, que são a principal base de alimentação e fontes de proteína para homem bijagó. Não somente os homens, os herbívoros marinhos procuram as suas folhas para sua alimentação.

A Guiné é tida como aquário de camarões, por causa da função dos mangues no ciclo de reprodução. Com essa espécie, verifica-se a maioria das concessões de licença de pesca industrial, cujos valores têm grande repercussão no orçamento geral do estado guineense e também para comunidade local.

Conforme esses dados, pode-se afirmar que o saber e as práticas tradicionais costumeiras dos Bijagós são indispensáveis para a manutenção da biodiversidade e também na conservação do estilo de vida das comunidades tradicionais, como o são certas matérias primas para as indústrias.

Após discutir nesta seção o papel das zonas úmidas do Arquipélago dos Bijagós e sua importância local, regional e global como pano de fundo para a distinção da diversidade cultural e biológica existente no arquipélago dos Bijagós e seu inextricável papel na preservação dos estilos de vida do homem tradicional Bijagós, a importância de mangal - tarrafe na manutenção do mesmo, e do conhecimento tradicional associado, parte-se no próximo tópico, para uma breve apresentação de alguns elementos e contextualização da discussão da biodiversidade e manejo pelas comunidades tradicionais nos parques nacionais do Arquipélago Bijagós.

6.2.2 Parques Nacionais do Arquipélago Bijagós

Após apresentar o papel das zonas úmidas do Arquipélago dos Bijagós e sua importância local, regional e global como pano de fundo para o entendimento das áreas protegidas, como são escolhidas e o porquê de suas escolhas e a importância dessas áreas para a comunidade tradicional Bijagós e a população guineense no geral, africana e global, no tópico anterior, cabe relevar adiante, alguns dos instrumentos existentes e potenciais para a gestão do conhecimento.

A apresentação desses instrumentos será precedida a partir da contextualização e discussão dos principais parques que condicionam a relação entre o conhecimento tradicional Bijagós como instrumento de organização, gestão e conservação da natureza, também se destaca primeiramente a importância da biodiversidade e manejo pelas comunidades tradicionais.

No Arquipélago dos Bijagós existem dois Parques Nacionais. O Parque Nacional das Ilhas de Orango-PNO, que inclui o conjunto de ilhas localizadas mais a sul, no seu todo ocupam cerca de 27.000ha. O limite do parque estende-se para o Oceano Atlântico a uma distância de 10 km, estando incluídas no parque zonas de floresta, de savana costeira, de mangais, no tamanho total de 17.400ha, de canais e de águas marinhas pouco profundas, mas navegáveis, e de grande biodiversidade; e o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão-PNMJVP, que inclui quatro pequenas ilhas no sector sudeste do arquipélago e uma área de 495km², também no oceano Atlântico.

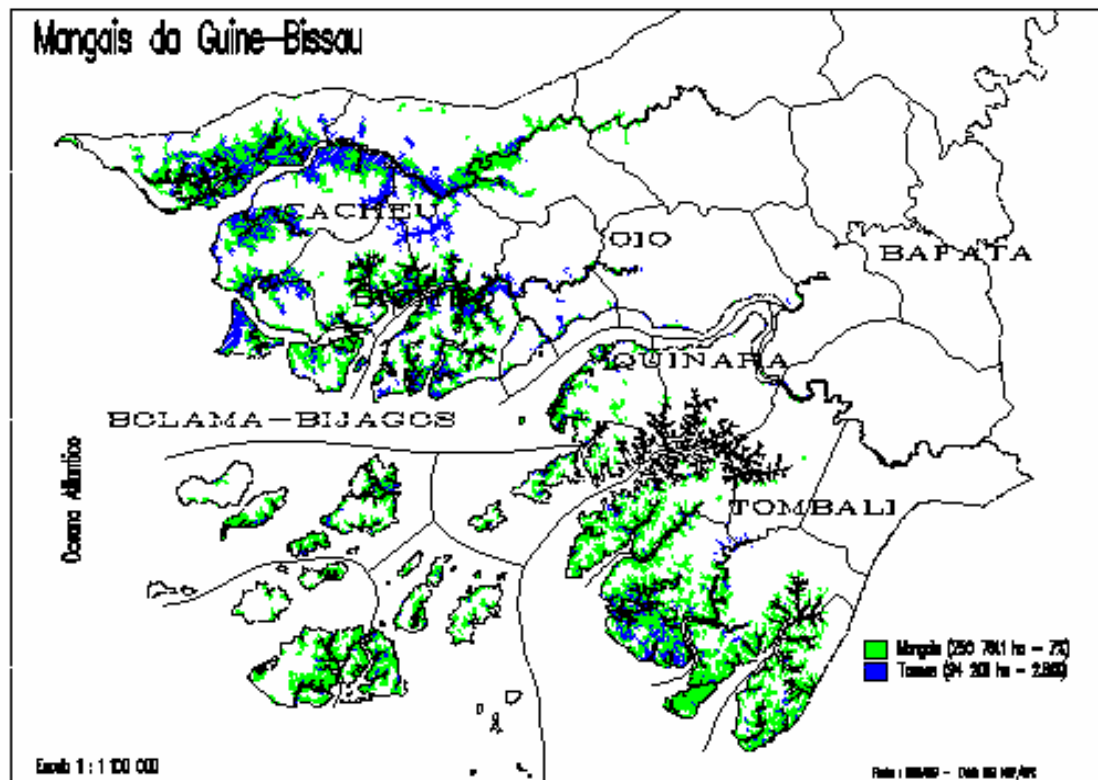
No Nordeste do complexo de Orango ficam as ilhas de Bubaque, Rubane, Soga e Canhabaque, com Galinhas a situar-se entre Rubane e Bolama. A ilha de Bubaque é considerada o centro mercantil e logístico dos Bijagós, sendo assim, atualmente a ilha mais importante, de todo arquipélago por ser a ilha onde se concentra a maioria das instituições e também por ser o mais centro turístico entre todas as ilhas. As ilhas mais a norte - Caravela, Carache, Formosa, Nago e Maio, podem quase considerar-se como extensões do Canal

do Gêba. Entre esse complexo e o grupo de Orango, distribuem-se numerosas ilhas e ilhotas, que incluem Enú, Uracane e Uno, a oeste das quais ficam as mais isoladas, Unhocomo e Unhocomozinho, todas pertencente à comunidade tradicional Bijagós.

Dada a megabiodiversidade existente no sítio, o arquipélago recebe, por ano, mais de um milhão de aves migratórias paleárticas (IBAP), que utilizam os bancos de areia - que totaliza na maré baixa uma área de 1.700Km², de sítios de alimentação. O Arquipélago é conhecido internacionalmente como o segundo lugar mais importante de migração de aves, na Costa Oeste Africano, depois do Banco de Arguin, na República democrata da Mauritânia (UICN/MDRA-DGFC, 1993).

As praias do arquipélago são frequentemente visitadas por Tartarugas Marinhas o ano inteiro, mas principalmente na época chuvosa, sendo que, das sete espécies mais conhecidas mundialmente, cinco desses são vistas no Arquipélago. Por isso, é considerado o local de postura mais importante da África Ocidental Africana para a conservação desses espécies (INDJAI, 2010).

Conforme o mesmo autor, registam-se a presença de muitas espécies consideradas raras ou protegidas em nível mundial que ali são comumente observadas, salientando-se o caso do hipopótamo, duas espécies de golfinhos, a vaca marinha, o papagaio cinzento, entre outros. Cerca de um terço da superfície do Arquipélago é coberto pelo "Mangrove" conforme mostra o mapa abaixo.



Fonte: IBAP

6.2.3 Parque Nacional Orango

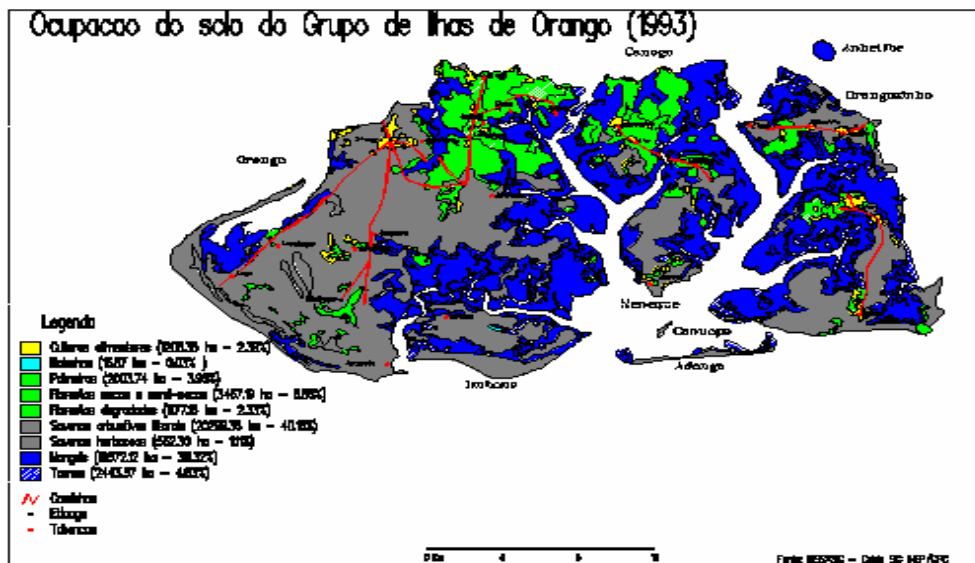
O PNO é formado pelas Ilhas de Orango-Grande, Orangozinho, Imbone, Meneque, Canogo, e outro ilhéus: Adonga, Canuopa e Anhetibe, bem como todas as demais aparências geográficas situadas internamente no perímetro de isóbata²⁷ de 10 km que circunda o complexo de Orango (conforme mapa seguinte).

²⁷ Linha desenhada numa carta marinha que une os pontos que possuem a mesma profundidade.



Fonte: IBAP

O Parque Nacional de Orango tem uma superfície total de 158 479 ha, das quais 26 751 são terras emersas. Da superfície total, 23 % são zonas de preservação; 49 %, zonas de tampão; e 28 %, zonas de desenvolvimento sustentável, tendo uma população residente de 2 200 habitantes e 33 povoados (INEC, 2005). O objetivo principal da sua criação é proteger, valorizar os ecossistemas, assegurar a conservação da biodiversidade biológica, com isso, fazer uso racional dos recursos naturais que promovem o desenvolvimento social e econômico da população residente.



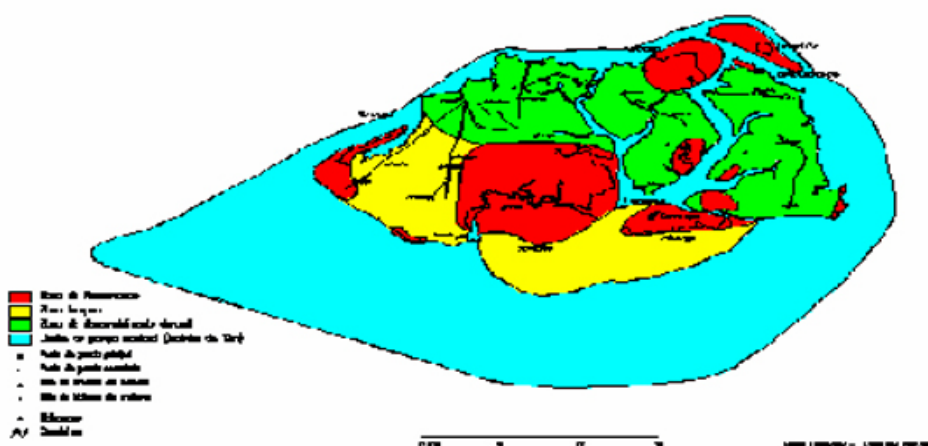
Fonte: IBAP

A criação do Parque Nacional de grupo de ilhas de Orango se justifica pela grande diversidade biológica-flora e fauna, canais, plataforma marinha e pela importância da fauna aquática - hipopótamos (*Hippopotamus amphibius*), 5 espécies de tartarugas marinhas (*Chelonia mydas*, *Liepidochelys olivácea de Ridley*, *Dermodochelys coriacea*, *Entromochelys imbricata*), o delfim corvineiro (*Tursiops tenrcatus*), do golfinho do atlântico (*Sousa teuszii*), manatim (*Trichechus senegalensis*) crocodilos, entre outros, que constituem a sua grande riqueza. Destaca-se também a presença de mamíferos terrestres, por exemplo, a Gazela de "lala" (*Tragelaphus scriptus scriptus*) e diferentes espécies de primatas (CATRY P, BARBOSA, C & INDJAI B. 2010).

No que concerne à Avifauna, os Bancos de Adonga e a Ilha de Imbone localizados dentro dos limites do Parque Nacional de Orango, são considerados sítios de importância nacional e mundial, embora ainda não tenham um estatuto oficial. Segundo o IBAP (2007), a cada ano o parque recebe quase um milhão de espécimes de aves migratórias. O Arquipélago dos Bijagós, como já foi citado, é o segundo sítio de invernagem mais importante da Costa Ocidental Africana, devido às grandes extensões dos mangais, bancos de areia e das vasas, que, quando descobertas na maré baixa, servem de zona de alimentação de repouso para numerosas espécies de aves

aquáticas. Inúmeros ilhéus do Arquipélago, incluindo alguns localizados no perímetro do parque Nacional de Orango, acolhem algumas das espécies recenseadas nos respectivos períodos de nidificação. Mais de 179 espécies de aves já foram recenseadas no Arquipélago dos Bijagós, todas susceptíveis de serem observadas no grupo de Ilhas de Orango. As espécies características desse complexo são: Papagaio cinzento, (*Psittacus erilhacus timneh*), Periquito massarongo (*Poicephalus senegalus*), Pato ferrão (*Plectropterus gambensis*), Íbis sagrada (*Threskiornis aethiopica*) e várias outras espécies de origem palearctica (Indjai, 2010). Sege abaixo o mapa de zonagem do PNO.

Zonagem do Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango



Fonte: IBAP.

Porém, segundo o gestor do PNO, no mesmo já se faz sentir o aumento do número de hipopótamos e a incidência de danos provocados por estes nos arrozais. A falta de uma solução alternativa duradora é vista como um dos principais aspectos negativos da intervenção do parque no grupo das ilhas de Orango. O mesmo alega a incapacidade enfrentada, sobretudo financeira, do parque em oferecer alternativas viáveis à comunidade local e fala das restrições de uso comercial de alguns recursos naturais.

6.2.4 Parque Natural Marinho João Vieira e Poilão

O Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão-PNMJVP é um conjunto de quatro ilhas que o compõem. Não é habitado permanentemente pela comunidade local, porém constituem uma propriedade coletiva tradicional

considerada sagrada, dentre as quatro tabancas (vilas) do sul da ilha de Canhabaque, antiga Ilha Roxa. Essas apenas são utilizadas pelas populações dessas tabancas para fins cerimoniais (iniciações) e fins agrícolas.

O sítio é considerado o local mais importante da costa Ocidental África e do todo o Atlântico Oriental, por ser um lugar frequentado por duas espécies de tartarugas marinhas para a desova: a tartaruga-verde (*Chelonia Mydas*) e tartaruga de pente (*Eretnachelys embricata*). O objetivo principal da sua criação é a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas insulares ali existentes, acima de tudo, a proteção e valorização do patrimônio cultural, político, econômico e socioambiental dos Bijagós, contribuindo, assim, para a regeneração dos recursos haliêuticos e o desenvolvimento do ecoturismo.

Nesse contexto, além das tartarugas marinhas, O PNMJVP abriga também diferentes espécies de mamíferos aquáticos e constitui-se, assim, um sítio de grande importância nacional, regional e internacional para as aves migradoras paleárticas, assim como para espécies raras e ameaçadas da sub-região. A reserva é um verdadeiro berçário de aves aquáticas, terrestres e um aquário natural de variabilidade de espécies de peixes, moluscos e tantas outras espécies.

9.2.5 Ecoturismo - Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

Na Ilha de João Vieira, que faz parte do conjunto das ilhas PNMJVP, é praticado o ecoturismo. Mas antes de falar da prática do ecoturismo, para melhor entendimento, é melhor explicar esse conceito. O Ecoturismo, teoricamente, é uma prática sustentável por natureza, pois demanda a conservação da biodiversidade e os saberes e as práticas tradicionais para existir. A importância do ecoturismo nos arquipélagos pode ser evidenciada principalmente, por ser considerada uma prática alternativa de desenvolvimento sustentável, por utilizar somente recursos naturais, culturais e sociais de maneira planejada, racional, levando sempre em conta a diversidade humana, valorização dos saberes tradicionais e conservação da riqueza natural.

Desse jeito, o que seria a conservação da ilha não habitada da área protegida e a prática de ecoturismo nessa área de conservação? Por que permitir essa prática numa área importantíssima de conservação? Sendo uma área considerada sagrada pelos Bijagós de Canhabaque, reservada somente para rituais sagrados, por que admitir a prática desse tipo de atividade numa zona que nem as comunidades locais têm esse direito?

Essa e outras questões são importantes para entender a dinâmica do conceito de ecoturismo na Ilha. O Ecoturismo é considerado como uma prática alternativa e de desenvolvimento sustentável, por utilizar não só recursos naturais, culturais e sociais de maneira planejada, racional. Será nesse contexto que os gestores desse Sítio (PNMJVP) autorizam a prática? Na autorização, é levada em conta a diversidade humana, valorização dos conhecimentos tradicionais e conservação da riqueza natural existente no lugar? Essa e outras indagações talvez possam nos ajudar a entender o porquê da prática de ecoturismo na ilha de João Vieira. O presente trabalho pretende destacar as inter-relações entre o ecoturismo e a conservação da biodiversidade no PNMJVP.

Além disso, pretende-se enfatizar a importância de valorizar as comunidades locais dos espaços naturais de conservação no arquipélago, já que esses lugares têm uma relação sustentável com a terra e, por isso, trazem consigo saberes e práticas tradicionais importantes. Em especial, essa Ilha faz parte de um patrimônio dos Bijagós da Ilha de Canhabaque, e que, muitas vezes, segundo um dos entrevistados, os praticantes do ecoturismo não levam em conta ou não conhecem. Dessa forma, são desvalorizados pela ciência reducionista e a conduta é altamente voltada ao mercado capitalista, normalmente desvinculando-se do conceito guineense de conservação das áreas e da biodiversidade que são as áreas preservação de população para população.

Nesse sentido, levando em conta que o PNMJVP é uma propriedade coletiva tradicional sagrada, acima de tudo um patrimônio cultural e religioso das 4 tabancas da ilha de Canhabaque, e por uma questão sociocultural, eles

mesmos não podem fazer uma habitação permanente nessas ilhas. Entendemos que, isso posto, o Parque não poderia ser utilizado para outras práticas, nem de ecoturismo, muito menos a introdução de novas plantas não nativas, como plantação de coqueiros e hortaliças.

É considerado o sítio mais importante na costa Ocidental África e de todo o Atlântico Oriental para a desova da tartaruga verde (*Chelonia Mydas*), além da tartaruga de pente (*Eretnachelys embricata*). As duas estão na lista dos animais mais ameaçados do mundo. A direção do parque tenta não criar situações de “conflitos” com a população local já que esses conjuntos de ilhas não são habitados, o que já era uma vantagem para o Parque. Todavia, pelo que parece, esses e outros benefícios não foram levados em conta e a ilha de João Vieira é hoje um patrimônio particular de um cidadão Francês, o que vai ao desencontro do conceito do Estado da Guiné-Bissau, “áreas de preservação da população para a população”.

Conforme a Sociedade Internacional de Etnoecologia, o Direito aos Recursos Tradicionais agrega um conjunto de direitos fundamentais em que podemos incluir os direitos humanos e culturais, o direito à autodeterminação, e o direito sobre a terra e território. O Direito aos Recursos Tradicionais reconhece a autoridade das comunidades locais, nesse caso, dos Bijagós, dos quatros tabancas da Ilha de Canhabaque, e a propriedade sobre tudo o que existe no PNMJVP, tais como plantas, animais e outros recursos, e conhecimentos associados ao seu meio natural envolvente.

Esse tipo de direito leva em consideração os valores espirituais, estéticos, culturais e econômicos associados a estes recursos, níveis de conhecimento e tecnologias. Um importante instrumento jurídico social que prevê a proteção da cultura das populações etnotradicionais e dos seus recursos tradicionais e também a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Essa Convenção define o que pode ser considerado como patrimônio cultural e patrimônio natural.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001, ao correlacionar os direitos humanos e a diversidade cultural, estabelece que a defesa da diversidade cultural seja um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones, caso da etnia Bijagós.

Outro instrumento jurídico importante, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, fez uma previsão da utilização sustentável dos recursos tradicionais, de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias.

6.2.6 Arquipélagos dos Bijagós - direito e populações tradicionais

Não se pode dissociar o direito da biodiversidade do direito das populações tradicionais Bijagós. As sociedades tradicionais Bijagós se diferenciam sob o ponto de vista cultural. Reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza.

A estrutura social autônoma da tabanca e o meio ambiente rico do Arquipélago associado ao modo de ser Bijagós encorajam um espírito de independência da comunidade Bijagós. Nesse sentido, desempenham um papel fundamental na sustentabilidade ambiental de áreas protegidas no Arquipélago.

Os Bijagós acreditam na livre iniciativa e resistiram contra as pressões dos invasores europeus, “descobridores” coloniais, opondo-lhes o seu estilo de vida independente. Com isso, alguns estudiosos, pesquisadores, administradores coloniais europeus rotularam-nos de povo não disposto a empreender um trabalho pesado, mas, de forma alguma tal juízo é uma imagem verdadeira da sua atitude para com trabalho.

As iniciativas individuais de trabalho não são características dos Bijagós, pois qualquer um, antes de envolver-se em qualquer atividade ou negócio, carece da aprovação dos saberes dos velhos e outros habitantes da tabanca. Todas as pessoas da tabanca são iguais, embora se dividam entre si, conforme as classes etárias e cerimoniais, diferentes responsabilidades.

Este estudo percebeu que eles não suportam quem se coloca acima dos outros devido a ambições ou boa sorte. Dizem que isso gera inferioridade entre outros moradores da tabanca. Por isso, quem tiver mais que outros, têm por obrigação dividir com o restante que não tem; mas também não toleram os preguiçosos.

A hospitalidade é um traço predominante da comunidade Bijagós, sendo que, para eles, a amizade é uma dádiva de *Nindo*, e são muito exigentes com os amigos. Na sociedade Bijagós, os acordos são respeitados, feitos com os contratos de concordância secreta perante tabanca e aos espíritos da família conhecido com *heraminde* (espírito guardião da família). Com isso, qualquer bijagó sempre teme ser envergonhado perante tabanca.

Em geral, respeitar os bens e respeitar os mais velhos são as duas normas que todos os Bijagós devem seguir e aprovar para manterem vivas as relações de amizade existentes entre os membros da tabanca, A norma de repartir é tão importante para os Bijagós, que acreditam na reencarnação dos jovens que morrem antes das cerimônias de manrass. Acreditam que eles voltam a fim de cumprir tal obrigação fundamental para qualquer membro da sociedade Bijagós.

Dessa forma, há vários séculos, os saberes e as práticas da cultura e a tabanca Bijagós sobreviveram a várias investidas de tentativas de dominação europeia como uma unidade independente devido à transmissão sucessiva das normas da sua sociedade de geração em geração.

Assim, mantiveram-se todos juntos através das relações de amizade e da necessidade de ajuda mútua, o que desenvolveu no bijagó a convicção de que

a unidade e a responsabilidade para com as tradições poderiam garantir a sobrevivência de todos ontem, hoje e amanhã.

Desse modo, a identidade cultural da população tradicional Bijagós precisa ser valorizada, uma vez que dos seus saberes e práticas depende a conservação dos recursos naturais e a subsistência da etnia.

Com efeito, os Bijagós apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra coletiva e familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de saberes patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável e na base de troca do excedente.

Os Bijagós, no geral, ocupam historicamente o arquipélago há muito tempo, pois não foi encontrado por este estudo nenhum registo de povoação de outra etnia antes dos Bijagós. No entanto, eles não têm nenhum registo legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

Os Bijagós mantêm uma relação peculiar com a natureza, privilegiando a sustentabilidade, que garante a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, a reprodução do meio ambiente. Têm o seu modo de viver baseado em relações familiares, comunitárias, com uso em comum dos recursos naturais, e organizam-se de forma cooperativa para poderem sobreviver.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquipélago Bolama Bijagós, como é conhecido oficialmente, é um sítio não só rico em biodiversidade e bem conservado, mas também privilegiado, pois a natureza oferece aos habitantes tudo que é necessário para o alimento e roupas sem exigir do Bijagó uma tecnologia ocidental, mas na base do saber Bijagós, baseado no seu estilo de vida. Outra grande vantagem é a estrutura dos quatro Clãs matrilineares, que favorecem a independência e a autonomia sociocultural e socioeconômica dos Bijagós, pois todos os habitantes da tabanca (vila) se juntam sempre sob a liderança do Oronho e conselho de anciãos, que exerce toda a autoridade religiosa, sociocultural e política. Essas relações amistosas entre todos os Bijagós do Arquipélago têm permitido, ao longo de vários séculos e gerações, liberdade nas deslocações comerciais e casamento de uma ilha para outra entre os Bijagós até os dias atuais.

Apesar de a comunidade tradicional Bijagós compartilhar algumas características comuns com outras comunidades tradicionais Guineenses e mundiais, no que diz respeito aos Saberes e Práticas tradicionais de manejo do mundo natural e conservação dessa Biodiversidade, este estudo constatou que há entre elas diferenças importantes no que diz respeito à reciprocidade que o homem Bijagó mantém com a natureza e na conservação da mesma.

Essa relação se dá na intensidade existente entre a sociodiversidade e a biodiversidade e também no âmbito dos saberes e práticas tradicionais, a partir dos espaços tidos como sagrados, dos recursos que estão associados à biodiversidade e à cultura Bijagós. Esse conhecimento tradicional é definido por este estudo como o Saber e o Saber-Fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, baseada na estrutura política tradicional bijagós e transmitidos através da ciência tradicionais Bijagós de oralidade, que passa de geração para geração, baseada na fase etária e também nos ciclos de iniciação, fases que compõem o processo de socialização do indivíduo.

A estrutura social Bijagós da tabanca é hierarquizada, mas a sua dimensão sociocultural e econômica dá a todos a oportunidade de se relacionarem de

uma forma amigável, de superarem o medo da coação permitindo, assim, a todos, os mesmos privilégios das vantagens que o Arquipélago lhes oferece para satisfazerem as necessidades da vida cotidiana. Com isso, o sistema de níveis etários e iniciação permitem a organização, a gestão e a distribuição ordenada das forças que estão presentes na tabanca, impedindo a dispersão de energia.

Um exemplo disso são os trabalhos que exigem força e requerem a junção dos esforços dos jovens para tal, por serem eles considerados o motor da comunidade; enquanto que a navegação nos rios, no mar aberto, (oceano Atlântico, cerimônias, doutrinas religiosas, perspectivas filosóficas explicações sobre fenômenos naturais, atmosféricos, cura das doenças, desgraças e mortes prematuras e pesca entre outras), exige saberes, práticas e experiência, e essas são tarefas dos velhos.

As práticas costumeiras de mitos, rituais, cerimônias religiosas, práticas medicinais e tantas outras formas de modo de ser do homem bijagó devem ser observadas e levadas em conta para uma melhor regulamentação do acesso aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no arquipélago Bijagós. É necessário também a elaboração de um marco jurídico específico para a proteção da população do arquipélago contra o atual contexto de globalização, que ameaça os conhecimentos tradicionais Bijagós, um fonte de saberes e práticas milenar, por conta da pesquisa das empresas farmacêuticas.

Os Bijagós possuem um vasto saber sobre a natureza e uma rica cultura que fora adquirida ao longo de várias gerações se tornou o “saber bijagó” . Esses saberes são de extrema importância para a manutenção do estilo de vida de Ojoco, a conservação da biodiversidade e para diversas áreas da ciência ocidental, tais como a Sociologia, Antropologia, Biologia, dentre outras.

O desafio que se impõe é o de afirmar os direitos dos povos tradicionais Bijagós aos seus saberes sobre a biodiversidade. Isso significa manter um conhecimento complexo e milenar sobre os ecossistemas que eles ajudaram

até hoje a preservar. A questão é marcada por uma urgência de pensar a biodiversidade e os direitos das populações tradicionais.

O entendimento das relações entre os povos tradicionais e a natureza exige um esforço de operar com a complexidade, as contradições e os interesses presentes nas pautas das negociações que se articulam nas esferas nacionais e internacionais. Os efeitos das decisões que estão sendo tomadas nesses fóruns, bem como os interesses de grupos econômicos pela biodiversidade guineense refletem-se diretamente nas estratégias e nos modos de vida em nível local; o local que é irremediavelmente ligado, e por várias vias, ao global. A revisão dos conteúdos e fundamentos do Direito não pode mais abstrair essa realidade contemporânea.

Devido ao fato de os Bijagós dependerem da natureza para a sua subsistência, possuem uma íntima relação com essa e um grande conhecimento a respeito da mesma, o que resulta na maneira única de manejá-la. Ou seja, eles utilizam os recursos que a natureza lhes oferece de forma sustentável já que sua sobrevivência depende diretamente dela.

As mulheres Bijagós ocupam um lugar importante na hierarquia social e sócio-cultural do arquipélago. São elas, muitas vezes, responsáveis pela administração e gestão da coisa pública da tabanca, principalmente nos rituais sagrados. Também desempenham um papel importante no matriarcado. São elas as principais detentoras de saberes da oralidade, por desempenharem função de ensinar e educar as crianças até os oito anos, o que reflete na gestão do Estado guineense, em que as mulheres ocupam, às vezes, mais ministérios do que os homens.

Atualmente, já se faz sentir no arquipélago, principalmente nas ilhas, mais turistas. As terras têm sido mais ocupadas em detrimento das intensas atividades turísticas e governamentais. A invasão aos lugares sagrados já é um problema. Além disso, os novos problemas causados pela globalização e as tarefas exigidas pela indústria turística estão a afetar, ainda em pequena escala, o modo e estilo tradicional da vida dos Bijagós. Com isso, em um futuro

bem próximo, se não forem incorporados os saberes e as práticas tradicionais nas escolas oficiais, isso apresentará danos irreparáveis aos Bijagós, pois a estrutura tradicional da tabanca ficará enfraquecida.

Tais informações, muitas vezes, de total desconhecimento para os professores e os cientistas, são de grande valia para se desenvolverem medidas sustentáveis a partir de tais saberes, ainda mais em se tratando do caos ambiental que, nos dias atuais, estamos enfrentando.

Há, portanto, uma carência de estudos nacionais atualizados com enfoque no acesso aos conhecimentos tradicionais na Guiné-Bissau, dentre as diversas populações tradicionais. Qualquer política governamental que deseje programar uma nova estrutura socioambiental e econômica deverá levar em conta a proteção aos saberes e o modo e vida dos Bijagós.

Quando se trata da garantia dos direitos das comunidades tradicionais Bijagós, no tocante à regulamentação do acesso a seus conhecimentos, é fundamental que se levem em conta as diferenças culturais, sociais e ambientais, existentes entre essas comunidades. No caso específico, este estudo optou por estudar a Etnia Bijagós. Este estudo concluiu que essa etnia acumula saberes e práticas há milhões de anos têm preservado o seu modo e estilo de vida. Os Bijagós são reconhecidos mundialmente não somente por serem comunidades tradicionais, mas pela preservação da natureza, feita através de um modelo único de gerenciamento e conservação da biodiversidade, modelo esse de lugares e sítios sagrados.

Desse modo, os Bijagós atualmente precisam de um marco legal jurídico específico que proteja seus saberes, práticas, estilo de vida costumeira e sistema políticos, e que lhes dê a garantia dos seus modos e práticas de produção agrícolas, dentre outros. De fato, trata-se de uma questão nova: a necessidade de regulamentar não só o acesso aos conhecimentos associados das comunidades tradicionais Bijagós, mas também de garantir o direito dessas populações a manter seus sistemas de conhecimento não redutíveis ao sistema tecnocientífico.

Portanto, é preciso lembrar que o consentimento prévio informado e a repartição justa e equitativa dos benefícios auferidos por meio da exploração dos saberes tradicionais associados às etnias não são suficientes. Não basta somente garantir os direitos a essa comunidade tradicional. É necessário que haja políticas públicas que visem a preservar os costumes e territórios dessas comunidades contra as frequentes invasões em suas terras, hoje por parte das grandes instituições turísticas e farmacêuticas.

Vale também lembrar que, em muitos casos, as populações tradicionais Bijagós são prejudicadas pelo avanço da especulação imobiliária turística (caso da Ilhota que fica entre Rubane e Ilha de Galinha hoje propriedade particular), pela transformação de seu território em áreas naturais protegidas e, ainda, pela política voltada para a pesca industrial, a âncora da economia guineense.

Esperamos que este estudo auxilie na compreensão da importância do saber e das práticas tradicionais Bijagós e da importância que esse povo tem na preservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. Esperamos também que estimule outros estudiosos guineenses a pesquisar sobre as comunidades tradicionais e abra novas portas para a continuação de estudos sobre o arquipélago Bijagós.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, António de. As aves em Algumas Superstições Indígenas na Guiné e Cabo Verde. Portugal em África. 1944. pp. 31-39; 90-98.

_____. Da Medicina Gentílica dos Bijagós. Segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (Bissau, 1947). Lisboa. 1952, p. 241-292.

ALMADA, André Álvares. **Tratado Breve dos Rios de Guiné e Cabo Verde**, des do rio Sanaga até os baixos da Santa Ana, 1594.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. 1ed. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras, 2002.

ALENCAR, G.S. **Mudança ambiental global e a formação do regime para proteção da biodiversidade**. Universidade de Brasília, 1995.

ARAÚJO, Ana Valéria. **Acesso a recursos genéticos e proteção aos conhecimentos tradicionais associados**. André Lima, organizador. O Direito para o Brasil Socioambiental. Porto Alegre: Instituto Socioambiental e Sérgio Antônio Fabris Editora, 2002.

AUGEL M. PARENTE. **O Desafio do escombro: Nação, Identidade e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau**, Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARROS, M. Marques de. **Guiné Portuguesa ou Breve Notícia sobre Alguns dos Seus Usos, Costumes, Línguas e Origens de Seus Povos**. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1882, p. 707-731.

BASSO, Maristela. **O Direito Internacional da Propriedade Intelectual**. Porto Alegre. Editora, 2000.

BAYLÃO, Raul Di Sergi e Bensusan, Nurit. **A questão da proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos nos fóruns internacionais**. São Paulo: Instituto Socioambiental: 2003.

BALICK, M. e COX, P. (Ed.) Medicinal resources of the tropical forest – biodiversity and it's importance to health. Columbia – Nova Iorque, 1996.

BALEÉ, W. GÓMEZ-POMPA *et all*, Indigenous adaptation to amazonian palm forest. **Principles**. 1993.

BENSUSAN, N; BARROS, A. C; BULHÕES, B; ARANTES, A. **Biodiversidade:** para comer, vestir ou passar no cabelo. São Paulo, Ed. Peirópolis, 2003.

BEGOSSI, A. **Ecologia Humana:** um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciência*, v.18, n.3, maio/jun.1993.

BERNARTZIK. Hugo Adolf. En el Reino de los Bidyogo. Barcelona. Labor S.A. 1959.

BAGUET, M.A. Voyage dans l'île d'Orango (Guiné Portugaise) 1887, p. 67-83.

_____. L'Archipel des Bissagos, Reportage sobre um Carta de André Brul (1700 circa l'Archipel des Bissagos, Bulletin de la Société Royale de Géographie d'Anvers. 1887, p. 167-204.

BEAVER, Captain. Phillip. African Memoranda relative to an attempt to establish a British Settlement on the of Bulama in the year London. Dawson's of Pall Mall. 1968.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. **Gestão de Recursos Naturais:** subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA/CRA, 2000.

BIAI, J., Campredon, P., Ducroq, M., Henriques, A., Silva, A. **Reserve de Biosphere de l'archipel de Bolama/Bijagós.** Guiné-Bissau, 2003. p. 56

Breve ensaio etnográfico acerca dos bijagos, em "**Bolitim Cultural da Guiné Portuguesa**" nº 1 Janeiro de 1946 p.69-115

BRUSEKE, F. J. **A questão econômica na economia neoclássica e na economia de transformação de matéria e valor.** In HOYOS. J. L. (org). *Desenvolvimento Sustentável: um novo caminho?* Belém, NUMA/UFPa. 1992.

_____, **A questão econômica na economia neoclássica e na economia de transformação de matéria e valor.** *Desenvolvimento Sustentável: um novo caminho?* Belém, 2002.

BOAVENTURA, M. E. Metodologia da Pesquisa. Monografia, Dissertação e Tese, 1ªed. SP: Atlas, 2007.

BOUJU, S., CATRY, P. & CORDEIRO, J. 2001. **Les Aires Protégées de Guinée-Bissau**: Propositions pour une Stratégie Nationale, IUCN, Bissau. 2001.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994. p. 335.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CARDOSO, Leonardo M; PEREIRA, H. CARDOSO, Filipe. **Os Bijagós**: Estrutura e funcionamento do poder. 2008, p. 56.

CAMPOS, Fernando Schiappa de. Habitat Bijagó. Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa. Lisboa. 1970, p. 13-21.

CANDAMOSTO, Luis de. Relation des voyages à la Côte Occidentale d'Afrique (1457)

CATRY, P. **Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango MP**: Plan de Gestão. UICN-Bissau, Primeiro Draft, 2001.

CATRY P, Barbosa C, Paris B, Indjai B, Almeida A, Limoges B, Silva C & Pereira H. **Status, ecology and conservation of sea turtles in Guinea-Bissau**. *Chelonian Conservation and Biology*, 2009.

CATRY P; BARBOSA C. & INDJAI B. **Tartarugas marinhas da Guiné-Bissau**. Estudo, biologia e conservação. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau, 2010.

CARVALHO, N. Em defesa da biodiversidade – Ompi adota o termo biogrilagem para atos de apropriação do conhecimento tradicional. **Pesquisa Fapesp**, fev. 2003, p. 74-84.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

CAVALCANTI, Clovis (org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2ed. São Paulo, 1999.

CUNHA, da Carneiro Manuel. **O alto Juruá**: práticas e conhecimentos das propriedades. Companhia das Letras 2002.

COSTA, Fernando Cotinho. **O problema da origem dos povos da Guiné** 1963 p. 5-40.

_____. Contribuição para a História do Descobrimento da Guiné e Cabo Verde. Boletim da Agência Geral das Colônias. 1963, p. 3-39.

COMISSÃO **Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento** - CMMAD, *Our common future*. Oxford, Oxford University Press (1987).

COELHO, M. do S. G. **Relatório final da comissão que apurou denúncias de biopirataria na Amazônia**. 1997. Disponível em www.socorrogoes.org.br. Acesso em nov. 2009.

COLCHESTER, M. *Salvaging nature: indigenous peoples and protected areas*. 1997.

CLEAVER, K. et al. **Conservation of West and Central African rainforest** Washington, D.C.: IUCN, 1992

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2009.

_____. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo, maio de 1999.

DIEGUES, A. C. Junior. **Etnias e culturas do Brasil**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.

DIAS, B. F. S. Projeto de lei do executivo federal para regulamentar o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios derivados de sua utilização. Disponível em: <www.bdt.org.br>. Acesso em: dez. 2007.

DURKHEIM, E. **De la division du travail social**, (Algumas observações sobre os grupos profissionais) Paris, Alcan, 1983

ELLIS, Lee. **O declínio e a queda da sociologia**. *American Sociologist*, 1972, p. 56-66

ESTY, C. Daniel e IVANAOVA, H. Maria. *Governance Ambiental Global. Opções & oportunidades*.ed. SENAC SP. 2005

FARO, André de. **Peregrinação de (...) à Terra dos Gentios...**, nº 1, 1664..

FARNSWORTH, N. R. Testando plantas para novos medicamentos. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 107-125.

FERNANDES, Raúl. O espaço e o tempo no sistema político Bijagó, in Soronda, nº 8, INEP, Bissau, 1989.

GUINÉ-BISSAU. Comunicação Nacional Inicial da Guiné-Bissau sobre as Mudanças Climáticas. Sat. 2006.

_____. Inventário das emissões de gases, com efeito, de estufa na Guiné-Bissau. 1994.

INDJAI B. **Missão de prospecção das praias do Parque Nacional de Orango**; formação e capacitação dos guardas locais no seguimento e monitorização de tartarugas marinhas, realizada de 11 a 20 de Janeiro de 2008.

UICN. **Archipel Bolama-Bijagós Réserve de Biosphère**: Alliance entre conservation et développement. UICN -Bissau, 2002.

INEC. **“Guiné-Bissau em números”**. Instituto Nacional de Estatísticas e Censos. Bissau, Nova Gráfica, 2005.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau - DRAFT**. Bissau, 2007, p.58.

_____. Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau**, 2009

JECUPÉ, K. W. **A terra dos mil povos**. São Paulo: Peirópolis, 1998.

KI-ZERBO Joseph, **Para quando a África**: Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

_____. **História Geral da África**: I.metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática;Unesco, 1982.

_____. **História Geral da África**: II.A África antiga. São Paulo: Ática;Unesco, 1983.

KIPP, Eva. Guiné Bissau aspectos da vida de um povo. Ed. Inquérito 1994.

LARRÈRE, C & LARRÈRE R. **Du bon usagem de la nature. Pour une philosophie de l'environnement.** Paris, 1997.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do trabalho científico.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990

_____. **Técnicas de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVEILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber.** Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519 p.

LEE, Richard B. & De Vore, Irven, eds. **Man the Hunter Chicago,** Aldine Atherton, 1972.

LEITE, Ana Lucia Tostes Aquino; MININNI-MEDINA, Nana. **Educação ambiental, curso básico à distância:** Gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas sob a ótica da educação ambiental. 2ed. Brasília : MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2001.

LEOPOLD, A. **A sandy county.** New York, 1949.

LÉVY-STRAUSS. C. O uso das plantas silvestres na América do Sul tropical. In: RIBEIRO, B. G. (Coord.) **Suma etnológica brasileira.** Belém: UFPA, 1997 Etnobiologia, v. 1).

_____. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1997.

LEVQUE, C. *La biodiversite.* Paris: PUF, 1997.

LIMA, ANDRÉ, BAPTISTA, FERNANDO MATHIAS, BENSUSAN N. **Direitos intelectuais coletivos e conhecimentos tradicionais.** André Lima e Nurit Bensusan, organizadores. Documentos ISA 8 – Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo: Instituto Socioambiental: 2003.

LIMA, Augusto J. Santos. **Organização Econômica e Social dos Bijagós**. Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947.

LIMOEIRO, M. C. **O mito do método**. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 60-101.

LOPES, C. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Ed. Catez UNESCO 1983.

MACLAUD. M. Étude sur la Distribution Geographique des Races sur la Côte Occidentale d'Afrique de la Gambie à la Mellacorée. Bulletin de Geographie Historique et Descriptive. Paris. 1906,p. 82-119.

MARTINEZ A. **Metodologia do trabalho científico**. 3. ed. Atlas, 1994.

MARETTI, Cláudio C. Comunidade, Natureza e Espaço: Gestão territorial comunitária. Arquipélago dos Bijagós, África Ocidental. SP. Brasil,2001.

MARQUES, José Eduardo A. da Silva. **A gerontocracia na organização social dos Bijagós** 1955 p 293-297.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Livro 1

MATEUS, Amilcar de Magalhães. **A estrutura dos Bijagós**. 1952 p. 683-689

MENESES, M. P. Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção de conhecimento em Moçambique. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004

MOREIRA, Mendes José. **Breve ensaio etnográfico acerca dos Bijagós** 1946. p. 69-115

MOHAMED, H. A. Hassan. "**Can Science Save Africa?**", em *Socience*, 2001

MOREIRA, T. C. **Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no Brasil e a sua abordagem jurídica no limiar do século biotecnológico** 2003.

MUNANGA, Kabengele; **Negritude Usos e Sentidos**, Ed Ática S.A. São Paulo 1986.

OLIVEIRA, A. E. **O homem e a preservação da natureza**. Ciência hoje, São Paulo, 1992.

OWEN, Captain. W.F.W. Narrative of Voyages to explore the Shores of Africa, Arabia, and Madagascar, performed in H. M. Ships Leven and Barrcoutha, New York: J. & J. Harper. 1833. p. 150-152.

PEREIRA, Carlos. **La Guiné Portugaise**, Subside pour san Étude. Lisbonne. Ed. 1914.

PIEROTTI, R. **Traditional ecological knowledge**: The third alternative, 2000.

PNUMA, CBD/WG-ABS/1/3. Disponível em: <www.biodiv.org>. Acesso em: nov. 2007.

POSEY, D. **Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados Kayapó**. In: RIBEIRO, B.G. (Coord.), 2.ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Finep, 1987.

_____. **Qualidade ambiental e ecoeficiência**: nova postura para indústrias de alto impacto. Disp. em <http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php>, acesso em 17 fev.2007.

POSEY, D. A. **Cultural and spiritual values of biodiversity**. Nairobi, UNEP: 1999.

POSEY, D. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados Kayapó. **Suma etnológica brasileira**. 2.ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Finep, 1987. v.1.

POSEY, D. A; DUTFIELD, G. **Beyond intellectual property**: Toward traditional resource rights for indigenous people and local communities. Ottawa: IDRC, 1996.

PRIMEIRO Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica - Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998.

PROVÍNCIA DA GUINÉ. **Proposta do Desenvolvimento econômico da Guiné**: Junto de Investigações do Ultramar, 1972.

QUIVY, Roymond. Manual de Investigação em Ciências Sociais. 3ª Ed. Portugal. 2003 .

SALES, Renato Rivaben de. Gestão tradicional dos espaços e recursos naturais da região de Bolama-Bijagós. 1994

SANTOS, B. de Sousa. (ORG) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social**. In. SILVA Teresa Cruz e, Maputo, 2004.

_____. **Gramática do tempo**: para uma nova cultura política, São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). **Um discurso sobre as ciências**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo: (Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática). Cortez, 2001

_____. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, 2). Record, 2004

_____. (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, 3). 2003

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Nilton. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. 11 edição. RJ. 2004.

SANTOS, Laymert Garcia. **A Difícil Questão do Acesso aos Recursos Genéticos**. Philippi Jr. A, Alves A C, Romero M A e Bruna G C (editores). Meio Ambiente, Direito e Cidadania. São Paulo: Signus Editora: 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, W. (coord. e editor). **Justiça num mundo frágil**: memorando para a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2002.106p.

SCANTAMBURLO, Luigi. **Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 1991.

SEVERINO, A. Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª edição revisada e autorizada-São Paulo: Cortez 2007

SIQUEIRA, Maria de Lurdes. **Imagens Negras: ancestralidade, diversidade e educação**. Belo Horizonte:Ed.Mazza Edições, 2006.

SILVA C. Seguimento da tartaruga de Ridley no Parque Nacional de Orango (relatório nº 3). IBAP, Bissau, 2009.

SIMÕES, Landerset. **Batel Negro. Etnografia, Arte e Cultura dos Indígenas da Guiné**, Porto, 1935, p. 144-154.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Vozes. SP, 1997.

SHERWOOD, R. M. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Edusp, 1992.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria - A pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

STEWART. Julian. **Theory of culture change; the methodo-logy of multilineal evolution**. Urbana, University of Illinois Press, 1995

TACHIZAWA, Takashy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TRIGUEIRO, A. **Mundo sustentável**: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação, ed. Globo, São Paulo, 2005.

União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN. **Estratégia mundial para a conservação**. São Paulo: Versão em língua portuguesa. Cesp, 1984.

UICN. Scherl, L. M., A. Wilson, R. Wild, J.M. Blockhus, P. Franks, J.A. McNeely, T. McShane. **As Áreas Protegidas Podem Contribuir para a Redução da Pobreza? Oportunidades e limitações**. Disponível em PDF: www.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf. 2006. Acesso em: 12 jan. 2009.

UICN. **La gestion des régions forestières tropicales humides - Directives écologiques**. Deuxième édition. Poore D. & Sayer J.. Gland,, Suisse & Cambridge, Royaume-Uni, 1993.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G (org.), São Paulo, Ática, 1989.

VEGAS, Luís António de Carvalho. **Relatório das Operações Militares em Ilha de Canhabaque**. Bolama, 1937.

VIEIRA, Ruy Alvaro. **Estudo de grupos sanguíneos dos indígenas Bijagós da Guiné-Portuguesa**. Contribuição para o estudo da sua soro-antropologia. 1955 p. 585-597.

-----Alguns aspectos da alimentação Bijagós da G- Portuguesa . 1955 297; 463-487

VIERTLER, Renate Brigitte, **Ecologia Cultural, Uma Antropologia da mudança**. São Paulo, Ed. Ática, 1988.